



**UFBA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
EA – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PDGS – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**

**LUCIANA DE FATIMA PINTO SANTOS**

**COMUNICAÇÃO POPULAR E CONVIVÊNCIA COM O  
SEMIÁRIDO: o caso das comunicadoras e comunicadores  
populares da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA**

SALVADOR  
2015

**LUCIANA DE FATIMA PINTO SANTOS**

**COMUNICAÇÃO POPULAR E CONVIVÊNCIA COM O  
SEMIÁRIDO: o caso das comunicadoras e comunicadores  
populares da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social, sob orientação do Prof. Dr. Fábio de Almeida Ferreira.

SALVADOR  
2015

Escola de Administração - UFBA

S237 Santos, Luciana de Fatima Pinto.

Comunicação popular e convivência com o semiárido: o caso das comunicadoras e comunicadores populares da Articulação Seminário Brasileiro - ASA / Luciana de Fátima Pinto Santos. – 2015.  
122 f.

Orientador: Prof. Dr. Fábio de Almeida Ferreira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2015.

1. Comunicação de massa – Aspectos políticos – Caatinga - Brasil, Nordeste. 2. Comunicação de massa e integração social – Caatinga - Brasil, Nordeste. 3. Comunicação no desenvolvimento da comunidade – Caatinga - Brasil, Nordeste. 4. Redes de informação – Caatinga - Brasil, Nordeste.  
I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 302.2308

**LUCIANA DE FATIMA PINTO SANTOS**

**COMUNICAÇÃO POPULAR E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: o caso das comunicadoras e comunicadores populares da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Fábio, de Almeida Ferreira (Orientador)  
Doutor em Comunicação Universidade do Texas – Austin.  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof. Dr. Ernani Coelho Neto (Examinador Interno)  
Doutor em Comunicação (UFBA)  
Universidade Federal da Bahia

---

Profa. Dra. Sarah Roberta Oliveira Carneiro  
Doutora em Ciências Sociais (UFBA)  
Universidade Federal do Recôncavo Baiano

---

Sr. Adriano, dos Santos Martins  
Sociólogo, Consultor Independente em Planejamento,  
monitoramento e avaliação de programas sociais.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE LUCIANA DE FÁTIMA PINTO SANTOS DO CURSO DE MESTRADO INTERDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e quinze a Comissão Julgadora, eleita pelo Colegiado deste Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, composta pelo Prof. Dr. Fábio Almeida Ferreira (UFBA), orientador da aluna, pelos membros titulares Prof. Dr. Ernani Coelho Neto (UFBA), Profa. Dra. Sarah Roberta Oliveira Carneiro (Dra. em Ciências Sociais) e pelo Esp. Adriano dos Santos Martins (Consultor em Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais), se reuniu para julgar o trabalho de dissertação intitulado: "COMUNICAÇÃO POPULAR E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: O CASO DAS COMUNICADORAS E COMUNICADORES POPULARES DA ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO - ASA", de autoria de Luciana de Fátima Pinto Santos. Após a apresentação da dissertação, a mestranda foi submetida à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora reuniu-se para analisar e avaliar o referido trabalho, chegando à conclusão que este merece ser APROVADA.

Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Julgadora encerrou a reunião da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientador, pelos demais membros da comissão e pela mestranda.

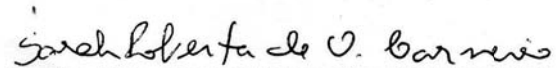
Salvador, 23 de março de 2015.



Prof. Dr. Fábio Almeida Ferreira  
(UFBA - Orientador)



Prof. Dr. Ernani Coelho Neto  
(UFBA)



Profa. Dra. Sarah Roberta Oliveira Carneiro  
(Dra. Em Ciências Sociais)



Sra. Luciana de Fátima Pinto Santos  
(Mestranda)



Esp. Adriano dos Santos Martins  
(Consultor em Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais)

*A Ribamar e a Sulamita, meus pais, que do seu demasiado humano, tanto me ensinaram sobre fé na vida.*

## AGRADECIMENTOS

“(…) e pela lei natural dos encontros  
Eu deixo e recebo um tanto.”  
*Moraes Moreira e Luís Galvão – mistérios do planeta*

Dos versos de Galvão e Moraes, interessa destacar o quanto recebi nos caminhos percorridos durante o Mestrado e, assim, expressar minha gratidão.

Ao CIAGS, e ao seu corpo docente, pela oportunidade de troca e aprendizagem intensa na busca por novos conhecimentos, em especial ao professor Fábio Ferreira, pelo estímulo durante a orientação, por sua escuta e leveza; ingredientes fundamentais para o exercício desta reflexão.

Aos tantos afetos construídos na turma V do mestrado, que tornaram a maratona do curso mais leve e solidária, com especial carinho para as queridas Andréia Nery, Benilda Brito, Cinthia Sento Sé e Isabel Angelim.

A Adriano Martins e a Sarah Carneiro, pelo cuidado e amizade, por terem aceitado participar de modo tão especial dessa importante etapa. Por todas as apostas!

Às queridas Dalva Mota, Evinha Duarte, Maria Railma, Raquel Gomes de Oliveira, e aos queridos Ivan Faria e Zé Carlos Franco, cada qual de seu canto do mapa, pela disponibilidade para trocas durante o período da pesquisa e da escrita da dissertação. A Roberto Marinho Silva, pela gentileza com que acolheu minhas angústias diante do debate acadêmico sobre a convivência com o Semiárido. O olhar de vocês melhorou o meu.

À Articulação Semiárido Brasileiro - ASA, em particular à equipe da ASACom, pelo carinho e atenção com que me receberam durante a pesquisa. Pela abertura e confiança de Fernanda; pelas trocas com Catarina e pelo reencontro com a amizade de Gleiceani. Às Comunicadoras e Comunicadores Populares, por me emprestarem suas “lentes de contato” para eu enxergar a transformação pela comunicação. Sem deixar de mencionar, entre elas, Daiane Almeida, Cidinha Amado, e Luciana Rios. O encontro com vocês foi e é para além das entrevistas.

À equipe com a qual trabalho em Terre des Hommes Suisse, pelo apoio e confiança diante do desafio de conciliar afazeres, e por favorecerem condições à realização da Residência Social, em especial à cumplicidade e parceria com Sophie Recordon e Fábio Amorim.

No percurso colombiano da Residência Social, minha gratidão a Efraín Botero, e a Yannet Soto, por todos os ensinamentos, por dividirem comigo suas casas e suas famílias. Aos integrantes do Programa Sinú, pela parte do aprendizado que não coube em um relatório, por ajudarem a reafirmar meu pertencimento latino-americano e pela correção ao meu espanhol.

E quando a Bahia me deu régua e compasso, também me presenteou com pessoas especiais, que desde 2009 tornam meus dias aqui mais alegres e me fazem, cada vez mais, apostar na força da amizade. Gratidão a Adriana Alvarez, Aline Costa, Ana Luisa Fagundes (onde quer que você esteja), Bruna Hercog, Emília Marques, Keu Ribeiro, Laurenio Sombra, Ludmila Correia, Louisa Huber, Marcelo Matos de Oliveira, Neide Miranda, Olga Matos e Raquel Besnosik.

E por fim, mas não menos importante, à torcida incondicional de dona Sulamita, minha mãe, de toda a minha família, e das amadas amigas e amigos de Recife. Torcida essa que se fortaleceu na paciência com minhas visitas apressadas. Vamos compensar isso!



“Um galo sozinho não tece uma manhã.  
ele precisará sempre de outros galos.  
De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro; de outro galo  
que apanhe o grito que um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzem  
os fios de sol de seus gritos de galo,  
para que a manhã, desde uma teia tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos.

De João Cabral de Melo Neto,  
Tecendo a Manhã

SANTOS, L. F. P. **COMUNICAÇÃO POPULAR E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: o caso das comunicadoras e comunicadores populares da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA**. 2014. 125 f. Dissertação. (Mestrado em Gestão Social e Desenvolvimento Territorial)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

## RESUMO

Analisar a contribuição de comunicadoras e comunicadores populares da Articulação Semiárido Brasileiro, ASA, para fortalecer o conceito de convivência com o Semiárido foi o objetivo central da pesquisa que desencadeou essa dissertação. A partir do estudo de caso, foi possível conhecer o perfil desses sujeitos, e entender como se apropriaram dos conceitos de convivência com o Semiárido e de comunicação popular, o que foi complementado pela percepção de seu papel junto à ASA. A análise do perfil das comunicadoras e comunicadores populares traduziu a importância da relação entre habilidades técnicas e sensibilidade política para o desenvolvimento de sua prática. A significação dada à convivência com o Semiárido é um importante definidor dos conteúdos de trabalho, e os valores da comunicação popular interferem no modo de atuar e na apreensão de seu papel. As atividades desenvolvidas pelas comunicadoras e comunicadores foram analisadas nas dimensões de acesso à informação; sistematização; disseminação; e formação. Esse conjunto de elementos demonstrou a capacidade de influência das comunicadoras e comunicadores populares sobre a ação comunicacional da ASA, à medida que contribuem com a ampliação do enfoque político da comunicação, intensificando o caráter de ruptura de estereótipos que a comunicação proposta pela ASA se dispõe.

**Palavras-chave:** Comunicação popular; convivência com o Semiárido, Articulação Semiárido Brasileiro.

SANTOS, L. F. P. **POPULAR COMMUNICATION AND LIVING IN THE SEMIARID REGION: the case of popular communication agents at ASA.** 2014. 125 f. Master's Thesis. (Masters in Social Management and Territorial Development) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

## **ABSTRACT**

The main goal of this thesis is to analyze the contributions of popular communication agents at a Brazilian network entitled ASA (Mobilization for the Semiarid Region - Articulação Semiárido Brasileiro) aiming to strengthen the conceptual framework behind the expression "living in the Semiarid." A case study was used as a tool to identify the profile of this group as well as to understand their level of ownership of the concepts of popular communication and living in the semiarid - complemented by how they perceive their role at ASA. The analysis of the profile of these communicators led to the understanding of the relationship between their technical skills and their political sensitivity in developing tasks. The meaning attributed to living in the Semiarid Region defines the work of the agents whereas the values of popular communication interfere in how they perform and understand their role. Issues, such as level of access to information; systematization; dissemination; and education were taken into consideration in the analysis of popular communication agents' activities. The sum of these elements expressed the ability of these agents to influence communication actions at ASA – they contribute with the intensity of a more political focus in communication practices, which in turn promotes a disruption from stereotypes.

Keywords: Popular communication, living in the Semiarid Region, Mobilization for Brazilian Semiarid Region (ASA).

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 –</b>	Mapa I – Nova delimitação do Semiárido Brasileiro. .....	23
<b>Figura 2 –</b>	Nuvem de palavras expressadas sobre o Semiárido. .....	75
<b>Figura 3 –</b>	Conceito de comunicação popular pelo olhar das comunicadoras e comunicadores. .....	79
<b>Figura 3 –</b>	Nuvem de palavras sobre o papel das comunicadoras e dos comunicadores populares .....	85

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 01</b>	– QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS DO SEMIÁRIDO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUDENE.....	24
<b>QUADRO 02</b>	– OS SENTIDOS DA CONVIVÊNCIA.....	38
<b>QUADRO 03</b>	– TIPOS DE DOCUMENTOS LEVANTADOS.....	57
<b>QUADRO 04</b>	– RELAÇÃO ENTRE CONTEÚDOS E OBJETIVOS DA PESQUISA, IDENTIFICADA NOS INFORMES DE ATIVIDADES.....	59
<b>QUADRO 05</b>	– QUANTITATIVO DE COMUNICADORAS E COMUNICADORES POR INSTITUIÇÃO ESTADO.....	62
<b>QUADRO 06</b>	– ÁREA DE ESTUDOS.....	67
<b>QUADRO 07</b>	– CONCEITOS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO PELAS COMUNICADORAS E COMUNICADORES..... POPULARES	76
<b>QUADRO 08</b>	– SENTIDOS DA CONVIVÊNCIA E EXPRESSÕES RELACIONADAS, APRESENTADAS PELAS COMUNICADORAS E COMUNICADORES.....	77
<b>QUADRO 09</b>	– PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS COMUNICADORAS E PELOS COMUNICADORES POPULARES....	87

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	Alagoas
AP1MC	Associação Programa Um Milhão de Cisternas. ASA
ASD	Áreas Suscetíveis à Desertificação
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
BA	Bahia
CAA	Centro de Assessoria do Assuruá
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
ECO 92	Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (1992).
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
Embrater	Empresa Brasileira de Assistência Técnica Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
MA	Maranhão
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrícola
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MG	Minas Gerais
MI	Ministério da Integração Nacional
NIS	Número de Identificação Social
NSA	Novo Semiárido
ONG	Organização Não Governamental
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PI	Piauí
RN	Rio Grande do Norte
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
Sasop	Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais
SE	Sergipe
Sudene	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UGC	Unidade Gestora Central
UGM	Unidade Gestora Municipal
UGT	Unidade Gestora Territorial

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1 –CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E A COMUNICAÇÃO POPULAR.....</b>	<b>21</b>
1.1 O SEMIÁRIDO BRASILEIRO E SUAS CARACTERÍSTICAS.....	21
1.2 ASPECTOS QUE INFLUENCIARAM A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO.....	27
1.3 CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO – CONCEITO E SENTIDOS.....	33
1.4 - REFLETINDO A COMUNICAÇÃO À LUZ DA COMUNICAÇÃO POPULAR.....	39
1.4.1 - COMUNICAÇÃO POPULAR – ABORDAGEM CONCEITUAL.....	41
<b>2 - A ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO – CONTEXTUALIZANDO O CASO ESTUDADO.....</b>	<b>46</b>
2.1 - A ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO – ASA.....	46
2.2 A INCORPORAÇÃO DE COMUNICADORES POPULARES PELA ASA.....	49
<b>3– METODOLOGIA.....</b>	<b>54</b>
3.1 - LEVANTAMENTO DOCUMENTAL.....	57
3.2 - A OBSERVAÇÃO.....	59
- AS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	61
<b>4 - RESULTADOS ENCONTRADOS.....</b>	<b>66</b>
4.1 O PERFIL DOS COMUNICADORES E DAS COMUNICADORAS POPULARES.....	66

4.1.1 A convivência com o Semiárido pelo olhar das comunicadoras e comunicadores populares.....	74
4.1.2 A convivência com o Semiárido pelo olhar das comunicadoras e comunicadores populares.....	79
4.1.3 A comunicação popular: como as comunicadoras e os comunicadores se apropriam.....	84
4.2 - O PAPEL DAS COMUNICADORAS E COMUNICADORES POPULARES.....	84
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>91</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>96</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>103</b>
Anexo A.....	105
Anexo B.....	107
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM COMUNICADORAS E COMUNICADORES POPULARES.....</b>	<b>117</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM INTEGRANTES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA ASA – ASACOM.....</b>	<b>118</b>
<b>APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM COORDENAÇÃO EXECUTIVA DA ASA.....</b>	<b>119</b>



## INTRODUÇÃO

A definição da temática para estudo durante o mestrado foi fruto da relação estabelecida entre a pesquisadora e a realidade pesquisada, partindo de curiosidades e questionamentos, que convidaram à reflexão, aportada por conhecimentos teóricos, metodológicos e empíricos.

O vínculo pessoal com a temática proposta: comunicação popular e convivência com o Semiárido é situado a partir de distintas experiências profissionais que conduziram ao ambiente do campo. Isso associado ao interesse por ações de comunicação, apreendidas em experiências de gestão de projetos sociais. Tais vivências se iniciaram com a conclusão da graduação em Serviço Social, e a partir da inserção profissional em Organizações Não Governamentais ONGs<sup>1</sup>, em particular àquelas que atuam na promoção e defesa de direitos de populações vulneráveis, ainda nos anos 1990.

A primeira inquietação se relacionou à forma como as ONGs comunicavam suas ações e resultados a seus públicos, a entidades afins e à sociedade em geral. A tentativa de entender empiricamente como se estabeleceu essa comunicação foi uma provocação que se apresentou com bastante força, em particular quando da participação da pesquisadora em redes e articulações de ONGs, que muitas vezes envolviam também movimentos sociais e instituições do poder público.

---

<sup>1</sup> No decorrer do trabalho, tratar-se-á com mais precisão o conceito de ONGs.

No âmbito das ruralidades a pesquisadora conheceu a realidade das populações do campo partindo de Pernambuco, mais precisamente na Zona da Mata Canavieira, durante sua inserção na equipe do Projeto de Monitoramento e Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PET. A partir daí, e através da participação em outros projetos e instituições foram desenvolvidas aproximações graduais com o ambiente do campo, até se chegar à Caatinga, culminando na atuação com instituições promotoras da convivência com o Semiárido, conduzindo ao contato com a Articulação Semiárido Brasileiro – ASA.

A ASA é uma articulação da sociedade civil, criada em 1999 e é composta por mais de mil Organizações Não Governamentais que atuam na promoção de direitos de populações vulneráveis no Semiárido brasileiro, com enfoque em práticas que visam à promoção do desenvolvimento sustentável, destacando-se a agricultura familiar na perspectiva agroecológica, em um esforço por promover a convivência e a ressignificação do imaginário de estereótipos construído em relação à região.

A escolha por focar a ASA enquanto ambiente empírico de pesquisa veio do reconhecimento à sua contribuição para a convivência com o Semiárido e para a transformação da realidade da população destas regiões do país, buscando promover sua autonomia, e envolvendo instâncias e sujeitos diferenciados na composição dos “nós” de sua rede. Além disso, chamou a atenção os valores presentes nas muitas instituições que integram a ASA, relacionados à promoção de direitos e ao ideário do desenvolvimento sustentável. Por fim, valorizou-se nessa escolha também, a forma como a ASA conduz suas práticas de comunicação e os valores partilhados nestas práticas, em diálogo com o conceito e com os sentidos da convivência com o Semiárido.

O desejo de conhecer melhor a dimensão da comunicação promovida pela ASA permitiu um encontro com as comunicadoras e os comunicadores populares incorporados à articulação. Estes, inicialmente contratados para suprir a demanda de um projeto específico, com o passar do tempo, e a partir das potencialidades que revelaram, ampliaram o significado de sua participação em favor da promoção da convivência com o Semiárido.

Para chegar à pergunta que norteou a pesquisa, percorreu-se uma trajetória de inquietações, que perpassaram questões como: a quem interessa a convivência com

o Semiárido? A convivência com o Semiárido é um paradigma consolidado? Qual o diferencial apresentado na(s) proposta(s) para a convivência com o Semiárido, em relação à estratégia historicamente adotada de combate à seca? Quem são os sujeitos envolvidos na difusão do conceito de convivência com o Semiárido? O que é comunicação popular? Como a comunicação popular amplia / fortalece a ideia de convivência com o Semiárido? Quem são as comunicadoras e os comunicadores populares da ASA? Como estes sujeitos se apropriam das duas principais ideias que orientam sua ação – convivência com o Semiárido e comunicação popular?

As questões anteriores precederam a formulação da pergunta central desta pesquisa: qual a contribuição das comunicadoras e comunicadores populares da ASA para o fortalecimento do conceito de convivência com o Semiárido? A relevância da questão residiu no reconhecimento da necessidade de empreender ações para materializar e disseminar a convivência com o Semiárido, enquanto conceito dotado de significados, sentidos e atitudes voltadas à valorização da Caatinga e da sua população. Além disso, no contexto da ASA, chamou atenção a busca por identificar nos comunicadores populares, sujeitos que se ocupam desse exercício de modo mais específico.

A comunicação desenvolvida pela ASA se apresenta como instrumento político e pedagógico que favorece a quebra de estereótipos sobre o Semiárido, ainda visto como uma região desprovida de condições adequadas para se desenvolver e assegurar a qualidade de vida de sua população e ao ambiente.

É fundamental esclarecer aqui, que o enfoque dado a esta pesquisa na ação desenvolvida pelas comunicadoras e comunicadores populares, não expressou e nem sintetizou todas as práticas comunicacionais desenvolvidas pela ASA e pelas comunicadoras e comunicadores populares atualmente. Reconheceu-se, durante a pesquisa, a existência de uma série de ações vinculadas à comunicação, que se relacionam à mobilização de recursos e à relação com a mídia, por exemplo, produção de conteúdos para subsidiar ações no Semiárido, que não foram enfocadas nessa dissertação, ainda que se compreendesse que são partes indissociáveis da busca pelo objetivo comum, de promover e disseminar as experiências de convivência com o Semiárido, proporcionando uma releitura da região, em relação à sua capacidade de produzir vida digna para seu povo e para o ambiente.

A opção pela comunicação popular, enquanto conceito, se relacionou ao tipo de comunicação que se propõe a ASA. A Articulação optou por incorporar à sua prática valores e sentidos relacionados àquele conceito, inclusive adotando a nomenclatura de comunicador popular, para um de seus sujeitos de ação.

No contato com as comunicadoras e comunicadores populares incorporados pela ASA, chamou a atenção a percepção que estes sujeitos trouxeram de seu perfil, e de como veem que seu papel contribui para o fortalecimento da convivência com o Semiárido, a partir da apropriação dos conceitos de convivência com o Semiárido e de comunicação popular, enquanto referenciais que fundamentam suas práticas.

Partiu-se de uma compreensão de que a contribuição desses sujeitos para a convivência com o Semiárido foi determinada pela forma como se apropriam dos conceitos chaves e como incorporam seu papel junto à ASA. Assim, para responder à pergunta de pesquisa, foi estabelecido como objetivo geral: analisar a contribuição das comunicadoras e comunicadores populares da ASA, para o fortalecimento do conceito de convivência com o Semiárido. Para alcançá-lo, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer o perfil das comunicadoras e comunicadores populares da ASA;
- Investigar como as comunicadoras e comunicadores populares se apropriam dos conceitos de convivência com o Semiárido e comunicação popular;
- Analisar o papel das comunicadoras e comunicadores populares na ASA.

Para um percurso metodológico que permitisse atingir os objetivos estabelecidos, tomou-se por base a pesquisa qualitativa, com recorte para o estudo de caso. Em suas etapas principais, a pesquisa foi dividida em três fases: revisão bibliográfica; coleta dos dados empíricos; e análise das informações coletadas.

A revisão bibliográfica privilegiou os conceitos de convivência com o Semiárido e de comunicação popular. O primeiro, alicerçado com apoio do conceito de desenvolvimento sustentável, cunhado com contribuição das experiências de ONGs e movimentos sociais ligados às lutas do campo e à valorização da agricultura familiar. Para isso, foram utilizadas as reflexões teóricas de Roberto Silva, Álamo Pimentel, Roberto Malvezzi. A comunicação popular foi tratada em função de se conhecer os

valores que são incorporados ao papel do nosso principal sujeito de pesquisa, a partir de referências conceituais trabalhadas principalmente por Cicília Peruzzo, que se alimenta da fonte de Paulo Freire, e também se buscou amparo em reflexões de Luciana Miranda Costa e Inesita Araújo, entre outros autores.

Na pesquisa empírica, a coleta de dados contou com o levantamento documental, a observação em espaços formativos promovidos pela ASA para as comunicadoras e os comunicadores populares, e a realização de entrevistas semiestruturadas com as comunicadoras e comunicadores populares, e representantes da equipe de gestão da comunicação da ASA - A ASACom, além de integrantes da coordenação executiva da ASA.

A análise dos dados permitiu a organização e o tratamento das informações coletadas, favorecendo a formulação de categorias, para que se chegasse aos resultados finais e apresentação das conclusões da pesquisa, tendo por base de análise os conteúdos revisados no marco teórico dessa dissertação.

A narrativa das comunicadoras e comunicadores sobre as suas trajetórias de vida e profissional, tanto nas entrevistas quanto nos espaços coletivos promovidos pela gestão de comunicação da ASA, em que foram realizadas observações para essa pesquisa, serviram de apoio para a compreensão do perfil destes profissionais. Entendeu-se que a trajetória percorrida, associada à forma de vivenciar o cotidiano profissional, são aspectos que influenciam no modo como contribuem para a promoção da convivência com o Semiárido.

Embora as comunicadoras e os comunicadores, uma vez incorporados à ASA e às suas organizações, sejam automaticamente inseridos na Rede de Comunicadoras populares, não se trabalhou a dimensão de redes para efeitos dessa pesquisa. Avaliou-se que antes de adentrar na profundidade exigida pela dimensão de rede, seria importante aprofundar o contexto e o universo específico dos comunicadores e comunicadoras, enquanto sujeito principal daquele espaço. Ainda assim, eventualmente os comunicadores e as comunicadoras trouxeram em suas falas, expressões de como se percebem neste espaço articulado, e apontaram dificuldades e pontos favoráveis da Rede de Comunicadores, informações que foram utilizadas à medida que incrementaram e qualificaram os objetivos da pesquisa.

A dissertação foi organizada em quatro capítulos, que têm lugar após essa introdução. O primeiro capítulo tratou os dois focos teóricos priorizados: os conceitos de convivência com o Semiárido e de comunicação popular.

No segundo capítulo, a principal ênfase foi uma explanação sobre ASA, enquanto caso empírico estudado. O terceiro capítulo privilegiou a metodologia da pesquisa, dividindo-a em coleta e análise de dados. Nesse caminho, o último capítulo teceu análises que permitiram chegar aos resultados encontrados, a partir da observação e das entrevistas, e que conduziram às considerações finais do estudo.

A guisa de conclusão, a pesquisa possibilitou perceber que os comunicadores e comunicadoras populares, no que tocou a essa pesquisa, se baseou em dois enfoques: as habilidades técnicas e sensibilidade política, sendo que o segundo ganha uma valoração importante pela gestão da ASA, à medida que traz condições favoráveis à apreensão do significado dos conceitos trabalhados para promoção da convivência, podendo facilitar a internalização das metodologias de trabalho com agricultores e agricultoras do Semiárido, de modo a favorecer sempre sua participação em processos de sistematização de informações.

O significado dado pelas comunicadoras e comunicadores à Convivência com o Semiárido influencia fortemente a definição de seus conteúdos de trabalho, interferindo na escolha e priorização de temas a serem trabalhados, na forma de acesso às famílias das regiões, e na linguagem adotada durante a interlocução. Já os valores da comunicação popular interferem no modo de atuar de cada comunicadora e comunicador, e na apreensão de seu papel.

A parcela das atividades desenvolvidas pelas comunicadoras e comunicadores da ASA e que foram analisadas nessa pesquisa foi percebida nas dimensões de: acesso à informação produzida pela ação da ASA; sistematização; disseminação; e formação, influenciando diretamente a dinâmica de comunicação mais ampla da ASA, e contribuindo com o fortalecimento do seu enfoque político.

# **1–CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E A COMUNICAÇÃO POPULAR**

## **1.1 O SEMIÁRIDO BRASILEIRO E SUAS CARACTERÍSTICAS**

O Semiárido brasileiro transcende a região Nordeste do país, ocupando também parte do Norte de Minas Gerais, no Sudeste. De acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento Social (2013), o Semiárido tem uma extensão de 970.000 Km<sup>2</sup> e uma população de 22 milhões de pessoas, correspondendo a 8,8% da população brasileira. Deste total, 38% vivem na área rural, ou seja, 1,7 milhões de famílias, oito milhões e meio de pessoas, distribuídas em nove estados: Piauí; Ceará; Rio Grande do Norte; Paraíba; Pernambuco; Alagoas; Sergipe; Bahia e Minas Gerais, totalizando 1.133 municípios, que têm na Caatinga seu principal bioma.

A Caatinga se apresenta como o único sistema ambiental caracteristicamente brasileiro. De acordo com dados da ASA (2003), a palavra Caatinga é de origem Tupi-Guarani e significa mata branca, em uma referência à paisagem que compõe a região em períodos de estiagens, quando as árvores perdem as folhas, o que favorece sua resistência às épocas de escassez de água.

Uma característica importante no Semiárido é que as plantas, animais e minerais “[...] guardam os seus segredos e consagram à instabilidade do clima na região as suas misteriosas manifestações de vida. No caso dos vegetais, a capacidade de absorção e armazenamento de água, da qual se abastecem durante os períodos de estiagem.” (SILVA, 2002. p. 164).

Silva (2006) lembra que a capacidade de se proteger dos períodos de grandes estiagens, caracteriza a vegetação como adaptável ao clima seco. De acordo com o autor, enquanto algumas plantas armazenam água, outras têm raízes

superficiais, para captar o máximo de água da chuva. Há ainda aquelas que contam com espinhos e poucas folhas, para reduzir a transpiração. A vegetação, portanto

[...] é formada por três extratos: o arbóreo, com árvores de 8 a 12 metros de altura, o arbustivo, com vegetação de dois a cinco metros, e o herbáceo, abaixo de dois metros. De acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente, 932 espécies vegetais ocupam os solos da Caatinga, das quais 318 são endêmicas, sendo as bromélias e os cactos as principais famílias de plantas da região.<sup>2</sup>

Dentre as centenas de espécies de vegetais presentes no Semiárido, o Ministério do Meio Ambiente (2010) aponta entre as principais a amburana, o umbuzeiro e o mandacaru, que, entre outras, privilegiam a região com a produção de frutas, cera, fibra e óleo.

O Semiárido tem temperaturas médias que variam entre 25 ° e 29° C (vinte e cinco e vinte e nove graus Celsius), e uma grande diversidade de rochas, em seu solo pedregoso. De acordo com o pesquisador João Suassuna (2002)

A região sofre a influência direta de várias massas de ar (a Equatorial Atlântica, a Equatorial Continental, a Polar e as Tépidas Atlântica e Calaariana) que, de certa forma, interferem na formação do seu clima, mas essas massas adentram o interior do Nordeste com pouca energia, tornando extremamente variáveis não apenas os volumes das precipitações caídas mas, principalmente, os intervalos entre as chuvas<sup>3</sup>.

Desde 1989 até o início dos anos 2000, o Semiárido brasileiro foi demarcado como a região inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, que detivesse precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800mm<sup>3</sup>, conforme a Lei federal 7.827 de 27 de dezembro de 1989. Já nos anos 2000, após a extinção da Sudene, em 2001, essa demarcação foi alterada.

A necessidade de imprimir uma nova delimitação ao Semiárido veio da conclusão de que não era suficiente considerar apenas os índices de precipitação pluviométrica, para que um município fosse reconhecido como integrante dessa região. De acordo com dados do Ministério da Integração Nacional (2005), a nova delimitação do Semiárido brasileiro o definiu a partir de três critérios que confirmavam que as

---

<sup>2</sup> Fonte: [www.cerratinga.org.br/caatinga/fauna-e-flora](http://www.cerratinga.org.br/caatinga/fauna-e-flora) Consultado em 02.05.2014.

<sup>3</sup> [http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=659&Itemid=376](http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&id=659&Itemid=376) – consultado em 18.10.2014.



estiagens da região sofrem influência do índice de evaporação, que é maior que o volume de água acumulada. Tais critérios foram:

- A precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm<sup>3</sup>;
- A possibilidade de seca superior a 60%, entre as décadas de 1970 e 1990;
- O índice de aridez de até 0,5, a partir do balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial (entre 1961 e 1990).

Com base nesses critérios, em 2004, o Ministério da Integração Nacional, que assumiu as demandas da Sudene após sua extinção, formou um Grupo de Trabalho Interministerial, GTI, para que em um período de 120 dias, fossem refletidos e definidos os novos parâmetros de delimitação de abrangência do Semiárido brasileiro, cuja definição foi expressa no mapa a seguir:

**Figura 1** -Mapa I – Nova delimitação do Semiárido Brasileiro



**Fonte:** Ministério da Integração Nacional, 2005.

A nova delimitação do Semiárido configurou a região em 1.133 municípios, sendo que Minas Gerais incorporou 45 novos municípios, caracterizando-se como o estado com o maior número de municípios agregados.

**QUADRO 01 - QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS DO SEMIÁRIDO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA Sudene**

Estados	Municípios na área de atuação da SUDENE	Municípios dentro do Semiárido	Municípios fora do Semiárido
Alagoas	102	38 (37,25%)	64 (62,75%)
Bahia	417	265 (63,55%)	152 (36,45%)
Ceará	184	150 (81,52%)	34 (18,48%)
Espírito Santo	28	0 (0,00%)	28 (100,00%)
Maranhão	217	0 (0,00%)	217 (100,00%)
Minas Gerais	168	85 (50,60%)	83 (49,40%)
Paraíba	223	170 (76,23%)	53 (23,77%)
Pernambuco	185	122 (65,95%)	63 (34,05%)
Piauí	223	127 (56,95%)	96 (43,05%)
Rio Grande do Norte	167	147 (88,02%)	20 (11,98%)
Sergipe	75	29 (38,67%)	46 (61,33%)
<b>Total</b>	<b>1.989</b>	<b>1.133 (56,96%)</b>	<b>85</b>

**Fonte:** Sudene.

As alterações conceituais de ordem técnica para o Semiárido, porém, não foram suficientes para minimizar o olhar sobre a região como um ambiente frágil em suas condições de desenvolvimento. A própria Sudene definiu a região ressaltando a seca, como sua principal característica, e com lentes direcionadas para o Nordeste brasileiro. Assim, de acordo com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste: “O Semiárido nordestino, tem como traço principal as frequentes secas que tanto podem

ser caracterizadas pela ausência, escassez, alta variabilidade espacial e temporal das chuvas. Não é rara a sucessão de anos seguidos de seca”. (Sudene, 2014).

Historicamente, a região semiárida foi tratada como problemática, dadas as suas características climáticas. Fato que ocorreu desde o período da colonização, como afirma Paulo Nobre (2011) ao refletir que

[...] a variabilidade climática intrínseca ao clima Semiárido do Nordeste foi tomada como fator de desvantagem regional. A primeira manifestação desta visão do clima flagelo é atribuída ao monarca Pedro II, após a grande seca de 1875, quando teria declarado sua intenção de vender as joias da Coroa para erradicar o problema da seca no Nordeste. Mais tarde, Euclides da Cunha viria a eternizar o conceito da seca-flagelo em sua consagrada obra “Os Sertões”. Assim, a seca foi elevada à condição de vilã de oportunidade, principal causa impeditiva para o desenvolvimento regional. (p.27).

Na verdade, a fragilização do Semiárido se apresenta pelo não reconhecimento dos potenciais da região, e pelo investimento inadequado no processo produtivo local. Caminho que negou os aspectos naturais daquele ambiente. Nesse sentido, Schistek (2013) alerta que a expressão seca, na verdade

[...] quer caracterizar uma situação climática excepcional, de baixa pluviosidade, numa região que normalmente apresenta chuvas regulares. Esta definição não se aplica ao Semiárido brasileiro (SAB). Os anos de mais baixa precipitação não devem assustar a ninguém, ao contrário, devem ser considerados como fatores de produção. (2013. p.33).

As características do Semiárido, no que se refere aos períodos de estiagens e chuvas, e à forma como se comporta a vegetação local na região, não são determinantes dos riscos de desertificação<sup>4</sup> aos quais a região está exposta, processo este que decorre dos efeitos das mudanças climáticas. A desertificação é percebida como um problema a ser enfrentado, e cujas estratégias não podem caminhar à revelia das práticas de convivência com o Semiárido. Nesse sentido, a avaliação dos impactos das mudanças climáticas sobre a estabilidade dos biomas predominantes no Brasil

---

<sup>4</sup>De acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente – a desertificação consiste em grandes movimentos migratórios e intensos processos de devastação ambiental, e começaram a ser detectados em toda a África, especialmente na região semiárida, ao sul do deserto do Sahara, conhecida como Sahel. A situação se caracterizava pela pobreza, fome e destruição de recursos naturais vitais (água, vegetação e solo). Constatou-se, em seguida, que tal fenômeno não ocorria exclusivamente na África, mas se estendia a todos os outros continentes (com exceção da Antártica), principalmente em países com clima árido e Semiárido. Fonte: <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/combate-a-desertificacao> , consultado em 10.10.2014.

aponta a Caatinga entre os mais vulneráveis num cenário de aumento das temperaturas globais, o que coloca a Região Nordeste do Brasil em estado especial de alerta, uma vez que sua vulnerabilidade aos efeitos das mudanças climáticas, enquanto bioma representa um intenso fator de pressão para a desertificação na região (NOBRE, 2013).

As estiagens típicas do Semiárido foram historicamente tratadas como um problema, e não como uma característica climática e ambiental. Assim, as alternativas encontradas para seu “enfrentamento”, em particular na intervenção do poder público, partiram, até o final dos anos 1990, de ações emergenciais, que não promoveram o avanço da região e de seu povo. Ao contrário, influenciou processos de saída da população da região, em busca de outras formas de vida nas capitais, e frequentemente, em outras regiões do país. Não obstante, contribuindo para a conformação de um imaginário sobre o Semiárido, enquanto uma região desprovida de condições de desenvolvimento. Nesse sentido,

A hegemonia das políticas de combate à seca, com a contribuição decisiva dos meios de comunicação social, construiu no imaginário popular e da própria nação uma falsa ideia sobre o Semiárido: um lugar apenas de terra rachada e seca, onde se encontram carcaças de gado morto, crianças desnutridas, agricultura improdutiva. Desse modo, o que era resultado da falta de estrutura e de políticas condizentes virou falta de água; e o que era a ausência do Estado, enquanto provedor de políticas públicas adequadas, passou a ser a incapacidade do povo de inovar e criar alternativas para conviver com as condições de semiaridez da região. (BROCHARDT, 2013. p. 17).

De acordo com Silva (2002) o imaginário de miséria sobre o Semiárido brasileiro está e esteve centrado na mídia brasileira, que contribuiu para a expansão de uma estética da miséria, através de suas narrativas sobre as secas, estereotipando suas populações e para as paisagens desta região, vinculando ao Semiárido um cenário de flagelo, ligado à fome, êxodo rural, carros pipas, morte. Nesse sentido, o mesmo autor afirma que

A mídia brasileira estandardizou a estética da miséria através das suas narrativas sobre as secas. Criou estereótipos para homens, mulheres e paisagens desta região. Para o cidadão comum, deparar-se diante de uma manchete sobre a seca, remete às imagens que se cristalizaram no seu imaginário através do agenciamento midiático. Sem muito esforço, vai produzindo significados para o cenário de flagelo nordestino: fome, êxodo rural,

carros pipas, morte... O discurso produzido sobre a seca pela mídia criou, no âmbito do Nordeste brasileiro, continente de significados que consolidavam o relevo trágico da vida nesta região do país. (SILVA, 2002, p. 09).

Este olhar estigmatizado sobre o Semiárido foi um fenômeno que atravessou séculos e ainda interfere na visão do senso comum sobre a região, resultando na formação de estereótipos que frequentemente negam o potencial ambiental, social, cultural e humano dos territórios, impondo o êxodo rural – entendido de acordo com Carvalho e Evangelista (2001), como “uma aceleração da migração rural-urbana, às vezes caracterizando mesmo um processo de expulsão, quando há conflito em torno da posse da terra (estrutura fundiária muito concentrada) e catástrofes climáticas como secas e enchentes.”(p.7)

O êxodo se apresentou por muito tempo como uma das únicas alternativas de sobrevivência para muitas famílias, o que, segundo Gomes (2005) também decorre do fato de o Brasil ser visto como um país urbano, em que o crescimento demográfico determina a recente urbanização, tendo as cidades como fator central do processo desenvolvimentista.

## 1.2 ASPECTOS QUE INFLUENCIARAM A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Para tratar a convivência com o Semiárido, enquanto conceito, foi importante trazer à tona aspectos históricos que influenciaram seu surgimento, com ênfase à participação das ONGs e articulações da sociedade civil, por serem os sujeitos que posteriormente compuseram a ASA.

Mesmo entendendo-se que o debate sobre as estiagens no Semiárido e o trato emergencial de suas consequências se apresentam desde muito antes, demarcou-se, para efeitos desta pesquisa, o período dos anos 1980, como marco temporal das reflexões sobre o tema. Esta pesquisa, inclusive, foi influenciada pela presença, nesse período, de uma das maiores secas vividas na região semiárida brasileira, no período de 1979 a 1983, que segundo Campos e Khan (1989) proporcionou prejuízos da ordem de Cr\$ 835,6 bilhões na renda, e deixando o pequeno agricultor, ainda exposto a uma menor produtividade, reduzindo assim seu grau de integração aos mercados de

comercialização de produtos, e reforçando sua condição enquanto o sujeito mais vulnerável ao fenômeno das secas.

Em contrapartida, foi naquele período que emergiram também a proposição de alternativas sociais para o Semiárido. Dentre esses Brochardt (2013) destaca a campanha de distribuição de sementes realizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, desencadeando a formação de vários bancos de sementes na região. Além disso, as Romarias da Terra e das Águas, fomentadas pela Comissão Pastoral da Terra – CPT<sup>5</sup>, eventos que influenciaram o surgimento ou o fortalecimento de outros movimentos sociais, articulações da sociedade civil e mesmo ONGs, algumas das quais chegando a formar a ASA. As romarias mencionadas se apresentam como

[...] atividade religiosa de peregrinação, uma manifestação popular ligada, em geral, à relação entre os devotos e o santo de sua devoção. Caracteriza-se por viagens individuais ou em grupos, a lugares sagrados, especialmente quando em visita a uma relíquia. Tem a finalidade de cumprir um voto, uma promessa, agradecer ou pedir uma graça.

Ainda nos anos 1980, algumas organizações da sociedade civil fizeram mediação institucional entre as bases sociais mais vulneráveis e excluídas da sociedade e a esfera governamental, prática que passou a ser conhecida por parcerias entre a sociedade civil, Estado e, às vezes, o mercado. Nesse contexto, parte dos antigos militantes ou lideranças dos movimentos, gradativamente, se incorporaram à esfera governamental, o que, algumas vezes, facilitou o diálogo nas parcerias citadas, mas em outras, implicou em um refluxo dos movimentos contestatórios. Iniciava-se a institucionalização das práticas da sociedade civil face à democratização (SHERRER-WARREN, 2007).

Na interpretação de Sherrer-Warren (2007), a década de 1980 se constituiu como ciclo do Movimento Cidadão. Nesta fase, em decorrência do processo de redemocratização do país, os movimentos sociais se mobilizaram para a ampliação ou criação de direitos de uma nova geração a serem inseridos na Constituição Federal de 1988. Para a autora, as normas e estatutos baseados na nova legalidade democrática

---

<sup>5</sup>A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Inicialmente desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral. Fonte: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico> . Consultado em abril de 2015

estimulavam a institucionalização de novas organizações da sociedade civil, dentre elas as ONGs, muitas delas focalizando sua intervenção no meio rural.

No final dos anos 1980 e início da década de 1990, se apresentou com mais força o debate sobre desenvolvimento sustentável, enquanto conjunto de práticas capaz de “[...] atender as necessidades do presente, sem comprometer as gerações futuras.” (ARAUJO; ROSSI 2008, p. 88-89). De acordo com o relatório da Conferência Rio/92, “Foi naquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza”. (Senado Brasileiro. 2012),

Os anos 1990 foram marcados por uma revisão de paradigmas na relação da Sociedade Civil com o Estado, de forma que a implantação e a consolidação de estruturas participativas, como a criação de conselhos de políticas pública setoriais e a estruturação dos orçamentos participativos em várias capitais brasileiras, foram fatores relevantes para a ampliação da articulação, através de fóruns e redes de movimentos sociais e ONGs. Ao mesmo tempo, este período destacou-se por uma dinâmica de transferência de atendimento das demandas sociais para o chamado “setor público não estatal”, ou Terceiro Setor, sob o argumento de que o “Estado necessita renovar sua própria institucionalidade para poder servir melhor ao deslanche da sociedade e em última instância, ao desenvolvimento socioeconômico.” (COELHO, 2000, p. 232).

Na década de 1990 se registra então uma expansão do número de ONGs e a conseqüente ampliação de suas áreas de atuação, que, em muitos casos, passaram a intermediar o diálogo entre movimentos sociais e governos na perspectiva da negociação. Eram as chamadas – assessorias a organizações e grupos populares. O viés de atuação destas instituições assume uma relação diferenciada com o Estado, focada na ocupação de espaços e canais institucionais de formulação de políticas públicas e na perspectiva do controle social, e por isso, esse período foi classificado por Sherrer-Warren (2007e) como “movimento institucionalizado”.

Em 1992, no Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO 92, ou Rio 92, que teve entre seus pontos importantes, o reconhecimento da necessidade do apoio financeiro e tecnológico a países em desenvolvimento, para que estes avançassem em direção ao desenvolvimento sustentável. Além disso, o evento produziu relevantes documentos de

referência internacional sobre a sustentabilidade ambiental, dentre os quais a Carta da Terra e a Agenda 21, que se configurou como um acordo para definição de estratégias que propõem um novo padrão de desenvolvimento envolvendo o tripé da sustentabilidade, em sua proposta de interseccionar de maneira coerente e eficaz os aspectos ambiental, social e econômico do desenvolvimento (ANTUNES, 2010).

A ampliação das discussões sobre desenvolvimento sustentável e meio ambiente influencia a expansão de ONGs trabalhando com esse enfoque. Muitas dessas instituições, com ações voltadas para o Semiárido brasileiro, ampliaram o debate para a sociedade e provocaram gestões governamentais em suas diversas instâncias, para pensar alternativas de como lidar com o Semiárido, que não perpassassem simplesmente pelas ações emergenciais, destacando-se pesquisas que foram desenvolvidas por empresas governamentais como a Embrater e a Embrapa.

Nesse contexto, algumas mobilizações foram determinantes para se pensar alternativas para o Semiárido e sua população, e já se refletia a necessidade de reorientar o olhar da sociedade para o Semiárido. Dentre essas mobilizações se destacaram a criação do Fórum Seca, em Pernambuco (1991); a ocupação da Sudene, (1993), decorrente da mobilização de centenas de trabalhadores rurais, em muitos casos, com interlocução com Organizações Não Governamentais, para exigir que os governos tomassem providências que amenizassem a situação da população do Semiárido (DUQUE; DINIZ, 2003).

Destaca-se ainda como relevante a mobilização para formar a Articulação no Semiárido Paraibano, que se constituiu por ocasião de uma seca marcante em 1993, e culminou em uma rede de diferentes associações, voltada a pensar e propor políticas de convivência e promoção da agricultura familiar no Semiárido nordestino, visando avançar em relação aos projetos assistencialistas e propor iniciativas estruturantes de superação da fragilidade dos estabelecimentos rurais familiares (DUQUE; DINIZ, 2003).

Em 1994 diversas ONGs elaboraram um documento entregue ao então candidato do Partido dos Trabalhadores à presidência da república, Luiz Inácio Lula da Silva, em sua passagem pelo Vale do São Francisco, sugerindo a elaboração de planos e programas de governo que priorizassem o Semiárido na sua diversidade social e ambiental, destacando sugestões para a irrigação, política agrícola, reforma agrária, pesquisa e a extensão rural, e para o Rio São Francisco, consolidando-se como o



primeiro texto elaborado por representantes de Sindicatos Rurais, ONGs e movimentos sociais de 21 municípios dos estados da Bahia e de Pernambuco (SILVA, 2002).

No que se referiu às intervenções, programas e políticas públicas voltadas à população do campo, a década de 1990 foi marcada pela criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – Pronaf, cujo objetivo, foi de promover

Apoio financeiro a atividades agropecuárias ou não agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. Destina-se a promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural. (BNDES).

Outro fato importante na trajetória histórica e política que favoreceu a construção do conceito de Convivência com o Semiárido foi em 1999, se deu em Recife, quando ocorreu a 3ª Sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação - COP3. A participação de entidades não governamentais nestas agendas permitiu o aprofundamento de temas ligados à vida no campo de forma sustentável, consolidando-se como acontecimentos importantes para as lutas em prol da convivência com o Semiárido. Assim, foi durante realização da COP 3 que

[...] a sociedade civil organizada e atuante na região semiárida brasileira promoveu o *Fórum Paralelo da Sociedade Civil*. Esse fórum provocou grande repercussão nos níveis regional e nacional, dando visibilidade às questões do Semiárido brasileiro. É durante o Fórum que a ASA lança a Declaração do Semiárido, se consolida enquanto articulação e propõe a formulação de um programa para construir 1 milhão de cisternas na região. (ASA:2003).

A intenção de tais organizações e articulações foi de colaborar com a ruptura de um imaginário do Semiárido baseado na inviabilidade das suas condições de desenvolvimento, através da proposição de novas práticas e tecnologias sociais de baixo custo, uma vez que faltavam iniciativas para lidar com as consequências das estiagens, para além de ações emergenciais.

A criação e o fortalecimento de consórcios, fóruns, redes de ONG' se articulações de movimentos sociais se apresentaram como um esforço para estimular

práticas de participação e de influência política para o exercício da cidadania, e na formulação de políticas públicas, disseminando valores ligados à autonomia de populações em situação de vulnerabilidade com as quais atua (SANTOS, 2008).

Chega-se então ao que Sherrer-Warren (2007) chamou de “movimento cidadão crítico ou - controle social pela cidadania”, em que se buscou uma nova presença e engajamento nas questões nacionais. Para isso, se fortaleceu a demanda de capacitar a sociedade civil para a participação e o exercício do protagonismo, particularmente em espaços de formulação e controle de políticas públicas e diálogo com o governo.

Nesse contexto foi criada a ASA. A partir do lançamento da Declaração do Semiárido Brasileiro (anexo B), e de sua Carta de Princípios (anexo A), às quais as entidades interessadas em participar aderiram, afirmando a identidade de valores e os princípios que lhes unificariam na luta em favor da Convivência com o Semiárido.

Nos anos 2000, a partir da ASA, se ampliaram os espaços específicos, que deram vazão a novas possibilidades de articulação, ainda trazendo como contraponto o aumento da migração de muitos quadros da sociedade civil para assumir funções na gestão pública. Fato que ofuscou a dimensão política da relação entre a Sociedade Civil e o Estado. Além do grande risco de o governo se tornar o ator chave, quase exclusivo, de mudança social, esvaziando a sociedade civil organizada. Isso desencadeou na necessidade de resgatar uma diretriz de autonomia para as articulações da sociedade civil, diferenciada daquela vivida nos anos 1970 (ARMANI,1999).

Considerando que o acesso à água para produção e consumo é uma das principais questões na promoção da convivência com o Semiárido, na primeira década dos anos 2000, movimentos sociais, ONGs e articulações da sociedade civil com intervenções consolidadas no Semiárido brasileiro,questionaram o projeto de Transposição do Rio São Francisco, defendido pelo Governo Federal. Em prol desta luta, provocaram junto às populações do Semiárido uma série de mobilizações, e criaram grupos de trabalho para apresentação de contrapropostas, visando o redesenho da versão apresentada pelo poder público, saindo da lógica da transposição para uma perspectiva de revitalização do Rio São Francisco, garantindo maior preservação ambiental da região e democratizando o acesso à água às populações ligadas à Bacia do São Francisco, considerando

[...] sistemas simplificados de abastecimento de água [...] principalmente pelas pequenas barragens; cisternas de placas; bem como a contínua instalação e manutenção de poços tubulares; amazonas e artesianos [...] para buscarmos definitivamente a erradicação dos carros-pipas. (FETAPE, 2013. p. 09)

Questionou-se ainda a proposta da matriz energética (barragens, usinas nucleares, etc.) e o avanço indiscriminado do agronegócio sobre o Cerrado e Caatinga. As mobilizações das organizações, reivindicavam um amplo processo de revitalização do Rio São Francisco, a ser implementado com a determinação e os recursos que a gravidade da situação exigia, garantindo os estudos de impacto necessários, e o amplo diálogo com a sociedade sobre o tema. Isso gerou um processo que favoreceu a articulação interinstitucional, o fortalecimento político das entidades e movimentos sociais envolvidos, além de contribuir para a afirmação de identidade territorial da população. (FETAPE.2013).

A história do Semiárido, porém, é muito mais ampla do que os enfoques demarcados neste tópico. A proposta foi trazer alguns dos principais elementos das características e lutas pelo desenvolvimento sustentável na região, mostrando a partir de quantos sujeitos e estratégias distintas vem sendo construído um novo olhar para o Semiárido, tanto para sua própria população, quanto para a sociedade em geral. Foi a partir das lutas, debates, propostas e das tensões, que foi pensado o conceito de convivência com o Semiárido, e seus sentidos, o que será tratado no item a seguir.

### 1.3 CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO – CONCEITO E SENTIDOS

O resgate histórico trazido no tópico anterior introduziu aspectos para se discutir a convivência com o Semiárido como um paradigma em consolidação, em contraposição à ideia de combate à seca. Portanto, em construção política e acadêmica. Nesse sentido, é possível corroborar com as ideias de Conti e Pontel, que apresentam a seguinte consideração:

A passagem de um paradigma para outro, se configura como uma revolução científica que influi na mudança de concepções de mundo. Esse processo aponta para a superação de valores e de paradigmas estabelecidos, para se chegar a uma concepção do real que seja capaz de responder às questões que

emergem no processo [...]. Nesta acepção, ao mudarem-se os paradigmas, também se alteram as formas de compreender o mundo por meio de novos instrumentos que orientam os olhares em novas direções. (2013, p.22-23).

Silva (2006) também reflete a transição paradigmática à luz de Boaventura de Souza Santos, afirmando que

A contradição e a competição gerais entre o paradigma dominante e o paradigma emergente desdobram-se em contradições e competições específicas ao nível de cada um dos espaços estruturais. (SANTOS apud SILVA, 2006, p. 335).

Nesse processo de transição entre a ideia de combate à seca e a convivência com o Semiárido, esta última se inscreve no debate mais amplo do desenvolvimento sustentável, conceito tratado nessa pesquisa enquanto um conjunto de práticas capazes de “atender as necessidades do presente, sem comprometer as gerações futuras.” (ARAUJO; ROSSI, 2008, p. 88-89).

A transição paradigmática que conduz à ideia de convivência com o Semiárido traduz um movimento que explora as desordens geradas pelas políticas de combate à seca, a partir do pressuposto da convivência com o Semiárido, constituindo um pensamento dialógico que articule as distintas dimensões da convivência, para compor outra visão deste contexto. (SILVA, 2002).

A convivência com o Semiárido se apresenta como alternativa para um novo modo de pensar e relacionar-se com a região semiárida, seu ambiente e sua cultura, sendo, cada vez mais, afirmada enquanto um novo paradigma. Para que se chegasse à compreensão dos valores e princípios da Convivência com o Semiárido, fez-se necessário trazer a este estudo a noção de seca, enquanto referência historicamente adotada para tratar características da região e enfrentamento das suas fragilidades.

O conceito de seca varia segundo o ponto de vista do observador. Para o hidrólogo, por exemplo, uma seca pode ser pensada como uma deficiência da oferta em relação às demandas, em termos das águas correntes dos rios ou acumuladas em reservatórios. Para o agricultor, a seca pode ser encarada como uma falta de umidade disponível no solo em nível do sistema das culturas resultando em perdas na produção agrícola. Por sua vez, no lado socioeconômico, a seca se relaciona ao campo das

atividades humanas afetadas, aos problemas sociais e econômicos gerados (CAMPOS; STUART, 2001).

No discurso institucional, o Nordeste surgiu como a região das secas, portanto, merecedora de atenção especial do poder público. Aspecto que é referendado nas mais diversas expressões artísticas, a exemplo da literatura, dramaturgia, da música e das artes plásticas do início do século XX, aparecendo como fenômeno relacionado aos desastres sociais e morais, uma fatalidade que desorganizava o modo de vida das famílias e da sociedade, sendo responsabilizada pelos conflitos sociais na região (o cangaço e o messianismo), naturalizando as questões sociais (SILVA, 2003).

Para entender a convivência com o Semiárido, optou-se por trazer à tona o sentido atribuído à expressão: conviver, enquanto possibilidade de viver em companhia de outro ou outros, “relacionar-se, viver em comum com”. Seja este outro uma pessoa ou um grupo, inseridos em um determinado ambiente. (Michaelis: 2009)

A expressão convivência se relaciona à ideia de coexistência pacífica de grupos humanos em um mesmo espaço, ampliando-se para uma perspectiva de harmonização entre população e ambiente. Portanto, se aplicada ao universo do Semiárido, contrapõe-se ao movimento de saída do campo para a cidade, como alternativa viável de atendimento às necessidades. Nos dizeres de Malvezzi conviver é encontrar formas saudáveis, harmoniosas e integradas de fazer parte de determinado ambiente. No caso do Semiárido, para o autor o entendimento de convivência reside

[...] em compreender como o clima funciona, e adequar-se a ele. Não se trata de acabar com a seca, mas de adaptar-se de forma inteligente. É preciso interferir no ambiente, é claro, mas respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes. (MALVEZZI, 2007, p.12).

Assim, promover a convivência com o Semiárido implica a apreensão de outras práticas ambientais, culturais, sociais e econômicas, favorecendo uma nova forma de olhar a região. Ainda nesse sentido, refletiu-se que

A convivência manifesta uma mudança na percepção da complexidade territorial e possibilita resgatar e construir relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das famílias [...]. Esta nova percepção elimina “as culpas” atribuídas às condições naturais e possibilita enxergar o Semiárido com suas características

próprias, seus limites e potencialidades. Nesse sentido, o desenvolvimento do Semiárido está estreitamente ligado à introdução de uma nova mentalidade em relação às suas características ambientais e a mudanças nas práticas e no uso indiscriminado dos recursos naturais. (CONTI; PONTEL, 2013, p.27).

Iniciativas de superação das secas e de garantia de condições de vida nos períodos de estiagem passaram a ser pensadas com maior participação social a partir dos anos 1980, quando se evidenciaram alternativas tecnológicas de armazenamento de água, associadas a esforços de entendimento das características ambientais locais.

O acesso à água se mostra como um aspecto fundamental para a promoção da vida no Semiárido. SILVA (2006) reconhece a relevância das tecnologias de captação e preservação de água, como uma das principais estratégias de convivência com o Semiárido, que, inclusive, desdobram e ampliam outras possibilidades de desenvolvimento de tecnologias para criação de animais, irrigação, estocagem e etc., o que precisa estar associado à capacitação para o manuseio adequado dos recursos hídricos, minimizando o desperdício e o uso adequado do solo.

Do ponto de vista teórico, a convivência com o Semiárido tem sua referência original proveniente da expressão convivência com a semiaridez, adotada por Guimarães Duque e posteriormente por Celso Furtado. A partir daí o termo foi apropriado pelas organizações que atuam no Semiárido. Inicialmente esta apropriação se deu através da noção de convivência com a seca, e depois como convivência com o Semiárido. Desde então, quando seu conteúdo ainda era empírico, descritivo e calcado em práticas e exemplos, a expressão passou a ser amplamente divulgada por ONGs que atuavam e atuam com a temática do desenvolvimento rural sustentável, tais como: Cáritas Brasileira, Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP - BA), Movimento de Organização Comunitária (MOC - BA), Centro Sabiá (PE), Centro de Assessoria do Assuriá (CAA – MG/BA), para citar alguns exemplos, entre outras instituições, hoje articuladas à ASA.

Nessa perspectiva, o conceito de convivência com o Semiárido perpassa

[...] pela instituição de uma nova visão do Semiárido – geradora de novos modos de organização social, políticas de desenvolvimento, valores e constructos culturais – e, do ponto de vista micro-social para a consolidação da comunidade como lócus da produção de conhecimento e geração de processo que viabilizem a convivência com o Semiárido. (SILVA, 2002, p.161).

Para conviver com o Semiárido é preciso considerar a presença das condições adversas, que não estão presentes apenas nessa região, mas em diferentes recantos do planeta, a exemplo de desertos, gelos, ilhas isoladas, em que é possível preservar as formas de vida presentes, como afirma Malvezzi (2007).

A mudança que se busca com práticas de sensibilização em favor desse conceito presume transformações culturais e políticas, que vão além da implantação das tecnologias sociais. Significa ajustar o foco para olhar o Semiárido, precisa cada vez mais atingir não só a população do campo, mas, a sociedade em geral. É nessa perspectiva que trabalha a ASA, também através de suas práticas de comunicação, e da ação dos comunicadores populares, cuja prática será explanada e analisada nos próximos capítulos.

O conceito de convivência com o Semiárido vem sendo afirmado também em um espectro mais amplo, a partir das lutas das organizações da sociedade civil, a exemplo das inúmeras entidades filiadas à ASA, dentre outros fóruns e articulações como: a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – RESAB, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, a Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, entre outras, além de movimentos sociais e das populações locais. Mais recentemente, a noção de convivência com o Semiárido, de maneira gradual, também vem sendo incorporada pelo poder público em suas diversas instâncias de governo, nos estados e no próprio Governo Federal, na perspectiva da implantação de programas e políticas públicas.

A interlocução recente entre poder público e sociedade civil promove diálogos articulados entre a implantação das novas tecnologias e a resistência e combate a projetos de impacto que, a despeito do potencial econômico que podem desenvolver, não trariam benefícios para a população local das regiões afetadas, por se tratar de projetos que têm como foco o desenvolvimento econômico, pautado no investimento no agronegócio. Tal investimento apresenta-se, muitas vezes, desfavorável ao adequado desenvolvimento do solo e das condições de plantio, sem a perspectiva sustentável, o que pode ser exemplificado pelo projeto de Integração do Rio São Francisco, principal rio da região Nordeste e que corta o Semiárido brasileiro em suas principais regiões. O projeto foi iniciado em 2007 e tem conclusão prevista para

2015, com o objetivo de “[...] assegurar oferta de água para 12 milhões de habitantes de 390 municípios do Agreste e do Sertão dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte”.

No seio da ideia de convivência com o Semiárido, Silva (2006) refletiu também sobre os seus sentidos, que foram resumidos em cinco aspectos: uso sustentável dos recursos naturais; a economia da convivência; a qualidade de vida; a cultura da convivência; e a dimensão política. Tais aspectos são indissociáveis em termos práticos, e se interseccionam no seu fazer cotidiano. A separação aqui foi feita com fins didáticos, para esclarecer os elementos que compõem esta “mandala” de fatores que promovem o fortalecimento mútuo da região e seu povo.

Sobre cada um dos sentidos mencionados no parágrafo anterior, Conti e Pontel (2013) refletem de maneira específica, no que toca aos seus significados, o que gerou o quadro a seguir:

**QUADRO 02- OS SENTIDOS DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

Sentidos	Aspectos Envolvidos
Convivência com o meio ambiente.	Manejo e uso sustentáveis dos recursos naturais num ecossistema, sem inviabilizar a sua reprodução, em vista do equilíbrio do espaço comum vivido.
Economia da convivência.	Capacidade de aproveitamento sustentável das potencialidades naturais e culturais em atividades produtivas e apropriadas ao meio ambiente.
Convivência com a qualidade de vida.	Possibilidade de viver bem com os outros seres em um lugar, satisfazendo as necessidades fundamentais como condição de expansão das capacidades humanas e da melhoria da qualidade de vida, concebida como redução das desigualdades, da pobreza e da miséria.
Cultura da convivência.	Reconstrução dos saberes da população local sobre o meio em que vive, suas especificidades, fragilidades e potencialidades, gerando a formação de uma consciência sobre a realidade local e sobre as formas apropriadas de conceber, compreender e incidir em uma determinada realidade socioambiental.
Dimensão política.	Destaca iniciativas de mobilização da sociedade civil, via redes de movimentos e organizações sociais, que propiciam a disseminação dos valores sociais da convivência com o Semiárido e pressionam pela melhoria de suas condições econômicas e socioculturais,



	apontando para a necessidade de políticas públicas permanentes e apropriadas que superem as estruturas de desigualdades, de concentração de terra, renda e água.
--	--

Fonte: elaboração própria, a partir das reflexões apontadas pelos autores Conti e Pontel (2013).

A Declaração do Semiárido Brasileiro reafirmou esses sentidos quando trouxe à tona entre suas premissas centrais a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido; e a quebra do monopólio de acesso a terra, água e outros meios de produção. A carta defende ainda que é preciso uma política adequada ao Semiárido, envolvendo a participação dos sujeitos na perspectiva da valorização da diversidade e ao fortalecimento da sociedade civil, (destacando a inclusão de mulheres e jovens), além de orientação dos investimentos, de maneira sustentável e a preservação dos recursos naturais.

Os documentos norteadores da ação da ASA, em especial Sua Carta de Princípios, juntamente à Declaração do Semiárido Brasileiro foram referências relevantes para essa pesquisa, por permitirem articular aos demais conteúdos os elementos chaves para a apropriação do conceito de convivência com o Semiárido. Para isso, buscou-se trabalhar com três enfoques: a caracterização, elementos históricos e o sentidos de convivência com o Semiárido.

#### 1.4 - REFLETINDO A COMUNICAÇÃO À LUZ DA COMUNICAÇÃO POPULAR

A comunicação pode ser tratada com lentes distintas a depender dos enfoques e interesses em questão. Para entendê-la no âmbito deste estudo, é preciso ter claro que ela, nos dizeres de Araújo e Rossi “[...] se situa na encruzilhada de diferentes disciplinas, como a sociologia, a filosofia, a história, a geografia, a economia, as ciências políticas, a biologia, a cibernética etc.” (2008, p. 61).

Apoiada nas reflexões de Castells (2013, p. 15) foi possível refletir a comunicação como “[...]o processo de compartilhar significado, pela troca de informações.” Nessa perspectiva, o olhar para a comunicação, para efeitos desta pesquisa, considerou o que reflete Gomes sobre a comunicação, como

[...] estratégia fundamental na ressignificação e valorização das identidades locais, ferramenta na constituição de redes e mobilização de atores sociais, além de elemento capaz de promover a circulação e difusão de informações de interesses comunitários e a mobilização popular. Sob esta perspectiva da comunicação como um dos locus possíveis de ação na contemporaneidade, os processos comunicativos se configuram como um elemento novo e estratégico no processo de desenvolvimento territorial participativo. (2005, p. 48).

Para Beltran (1981), a comunicação é um processo democrático de interação social, que tem por base o intercâmbio de símbolos, a partir dos quais as pessoas dividem suas vivências de forma voluntária, e desde uma perspectiva livre, equânime e participativa. O autor ainda ressalta a noção de comunicação como um direito, na busca do atendimento de necessidades através dos meios que a comunicação pode oferecer, afirmando que as intencionalidades presentes na comunicação são diversas, e para além da influência sobre os comportamentos.

Na perspectiva da comunicação como um direito, Fischer (1982) reflete que um direito está relacionado a uma necessidade permanente, que uma vez seja negada ao sujeito, pode afetar o seu ser. Para a autora, da mesma forma como não se pode privar alguém de seu direito de viver, de existir, também não é possível negar-lhe o direito de se comunicar, sem que isso reverbere negativamente na sua dignidade.

A partir da abordagem de Beltran e de Fischer, que elevam a comunicação ao status de um direito, a pesquisa foi provocada a trazer a noção de comunicação como direito humano, considerando os sujeitos pesquisados e os objetivos da comunicação que é desenvolvida pela ASA, em especial na prática dos comunicadores e das comunicadoras populares.

Gomes (2007) afirma que o termo humano faz uma diferença determinante, por se tratar de um direito postulado a ser afirmado. Caso o simples uso da palavra direito fosse suficiente para ampliar o status do mesmo à condição de fundamental, não seria formulado o discurso dos direitos humanos. Para a autora,

[...]Os direitos humanos se destacam dos demais por serem garantidores da dignidade humana. Os direitos afirmados historicamente, já fundamentados e positivados não demandam sempre o uso do humano. Já fazem parte dos valores e princípios das sociedades. No entanto, um direito que está em processo de afirmação, ainda longe da sua fundamentação e positivação, necessita sempre ser reafirmado como um direito humano. (GOMES, 2007, p. 131).

Articulando as ideias de comunicação como direito, e agregando a ela o valor dos direitos humanos, foi possível compreender que a comunicação como direito humano, expressa o direito de o sujeito participar dos processos de comunicação, reafirmado enquanto um direito fundamental, fazendo parte da moral e da ética das sociedades, ainda que enfrentando tensões e contradições (GOMES, 2007).

A comunicação como direito humano vem erguendo sua afirmação na história, na medida que ganha credibilidade e legitimidade de grupos cada vez mais amplos e diversos; sua fundamentação enquanto conceito, provocando debates epistemológicos e políticos; buscando assim a ambiência da positivação. E tudo isso, não se pode olvidar, acontece sob a égide da disputa. (GOMES, 2007, p. 131).

A apresentação de conceitos mais gerais de comunicação, conduzindo-os ao conceito de comunicação como direito humano justifica-se pelo entendimento de que a possibilidade de criticar, discutir, produzir e distribuir conteúdos são partes do exercer esse direito. Ao mesmo tempo, é nessa perspectiva que a ASA tem construído sua ação, e em especial absorvido e influenciado a ação desenvolvida pelas comunicadoras e comunicadores populares, buscando fazer ecoar a voz de famílias agricultoras do Semiárido, no fortalecimento de sua autoestima, contribuindo para a ruptura de estereótipos que maculam a imagem desses territórios e suas populações.

#### 1.4.1 - COMUNICAÇÃO POPULAR – ABORDAGEM CONCEITUAL

A busca por explorar o conceito de comunicação popular decorre de esse ser o enfoque priorizado pela ASA, na tentativa de trazer significado político e metodológico às práticas de comunicação desenvolvidas pelas comunicadoras e comunicadores populares, visando maior envolvimento do povo do Semiárido na expressão sobre a sua realidade e suas conquistas.

Ao mesmo tempo, reconheceu-se que há uma hibridização deste conceito, que se apresenta hoje de forma diferenciada em relação ao período em que foi elaborado, no início dos anos 1970. Nesse sentido, sabe-se da existência de inúmeras

terminologias para designar um tipo de comunicação que, com variações, são voltadas para o universo popular: comunicação popular, alternativa, comunitária, horizontal.

A visão que interessou a essa pesquisa, antes de tudo, esteve associada aos valores da comunicação como direito humano. Uma vez que ela, ao mesmo tempo, precisa estar a serviço de uma ação maior, que é a luta e a garantia por outros direitos fundamentais e sociais (direito a terra, direito à alimentação, direito à moradia, etc.) e ser reconhecida, a si própria, como um direito, inclusive vinculado a possibilidades de participação mais equitativas, na qual o sujeito pudesse ser emissor, receptor, produtor e disseminador da informação, tendo sua realidade como ponto de partida.

Antes de entrar diretamente no conceito de comunicação popular, sentiu-se a necessidade de trazer à baila a própria noção individualizada de povo, e de popular, enquanto derivado do primeiro, e por ser a adjetivação que especifica a abordagem de comunicação privilegiada nessa pesquisa.

Para Peruzzo (2004) tanto o adjetivo popular, quanto a ideia de povo, assumem multiplicidades de sentidos e significados. A autora define povo “[...] como um conceito dinâmico, aberto, conflitivo e, portanto, histórico [...] que o dinamiza e atualiza permanentemente, na relação dialética entre povo e antipovo.” (PERUZZO, 2004, p.117). Mais à frente, ainda traduz povo como “[...] todo um conjunto lutando contra algo e a favor de algo, com vistas aos interesses da maioria.” (PERUZZO, 2004, p. 117).

Da noção de povo derivou-se a ideia de popular. Para o senso comum o popular traduz-se simplesmente como aquilo que vem do povo. Porém, é preciso que se atente ao fato de que

O popular não deve por nós ser apontado como um conjunto de objetos (peças de artesanato ou danças indígenas), mas sim como uma posição e uma prática. Ele não pode ser fixado num tipo particular de produtos e mensagens, porque o sentido de ambos é constantemente alterado pelos conflitos sociais. Nenhum objeto tem o seu caráter popular garantido para sempre porque foi produzido pelo povo ou porque o consome com afeição; o sentido e o valor populares vão sendo conquistados nas relações sociais. É o uso e não a origem, a posição e a capacidade de suscitar práticas ou representações populares, que confere essa identidade. (CANCLINI, 1983, p. 135).

Já Peruzzo (1998) aponta três tônicas presentes na noção de popular: o popular-folclórico, o popular massivo e o popular alternativo. O Popular-folclórico se

apresenta a partir das expressões genuínas de determinado povo, incluindo religião, gastronomia, objetos, festas, danças. O popular-massivo, que se relaciona às formas de incorporar e retransmitir linguagens, a partir da apropriação pelos meios de comunicação de massa; em função do poder de penetração e da influência em padrões de comportamento; ou da capacidade de sintonizar as problemáticas de um determinado grupo ou comunidade, ou sob o argumento da utilidade pública e promoção de cidadania. E, por fim, o popular-alternativo, que articula comunicação e cultura em vertentes que se construíram a partir das lutas pela redemocratização, nos anos 1980, e está mais ligado à luta do povo. Noção que avança em 1990/2000 para uma atuação mais flexível, que considera a diversidade de segmentos com os quais a sociedade civil dialoga.

Foi a última noção, de popular-alternativo, a que mais interessou a essa pesquisa, por se aproximar de processos de organização e lutas em prol da conquista e da garantia de direitos, e poder ser mais diretamente associada à própria noção de comunicação como direito humano. Bem como, pela variedade de sujeitos que se incluem nesses processos organizativos, seja a partir de práticas de articulação, seja no campo do enfrentamento e das tensões, seja na inclusão de populações mais vulneráveis.

Uma vez visitada a noção de popular, adentra-se o universo da comunicação popular, partindo de suas raízes históricas. Trata-se de um conceito conflituoso, e que assumiu acepções diferentes no decorrer do tempo, desde sua primeira abordagem, nos anos 1970. A maioria delas caracterizadas por aprofundamentos e complementações das anteriores.

Historicamente, comunicação popular é uma temática gerada, apropriada e disseminada com mais força na América Latina, em função das lutas e processos emancipatórios de sua população. No Brasil, Dornelles (2007) lembrou a efervescência desse conceito a partir das CEB's, no final dos anos 1960.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) deram início na América Latina a um novo fazer popular, no final dos anos 60, discutindo os problemas que dizem respeito à vida da comunidade, de religiosos ou não, e ampliando a discussão para debates sociais e políticos. Assim, ocorreu o surgimento de uma nova palavra, formando uma rede de comunicação popular. Essa comunicação era produzida, considerando a realidade da comunidade. Na estrutura anterior

aos anos 60, as classes populares eram vistas como uma grande massa sem voz nem forma. Na nova relação houve significativas mudanças na cultura comunicacional. (p. 02).

Ao mesmo tempo em que no meio popular o trabalho das CEBs ganhou maior vulto, e a partir dele, emergiram os embriões da comunicação popular, falar dos anos 1960 e 1970 implica mencionar a ditadura militar, período em que para práticas de comunicação ligadas aos movimentos sociais e populares, também foram, segundo Wendhausen (2003) elaboradas e consumidas por ativistas, intelectuais e pesquisadores de esquerda, que lutavam no combate à repressão. Estas produções constituíram especialmente a imprensa alternativa - ou “nanica”, que deixou como herdeiras a imprensa popular e partidária.

Inevitável tratar aspectos históricos e políticos ligados ao conceito de comunicação popular sem mencionar também a contribuição do pensamento do pedagogo Paulo Freire e de seus estudiosos, para essa reflexão. Nesse sentido Wendhausen (2003) resgata que a teoria da comunicação dialógica e libertadora tem como um de seus principais pontos de partida de obras Freireanas como a “Pedagogia do Oprimido (1987)”, “Extensão ou Comunicação? (1983)”, dentre outras, cujo modelo se baseia no diálogo e na participação, elementos comunicativos essenciais de uma dada situação social para que as pessoas possam criar o conhecimento de forma interativa.

Wendhausen (2003), com base em conteúdos refletidos por Cogo e Béltran afirma que as ideias de Paulo Freire serviram como ponto de partida para as reflexões sobre comunicação popular, também por se contraporem às noções básicas das teorias tradicionais da comunicação, que preveem uma potencial relação hierárquica entre quem fornece a informação e quem a recebe, e cujo poder do transmissor está expresso na passividade do receptor. Essa perspectiva, segundo o autor, valoriza a mecanicidade da transmissão da informação e do conhecimento, subestimando a capacidade do receptor, e posicionando-o como incapaz de analisar realidades e relações sociais complexas.

Nesse sentido, Freire aponta que

A comunicação verdadeira não nos parece estar na exclusiva transferência ou transmissão de conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua co-participação no ato de compreender a significação do significado. Esta é uma comunicação que se faz criticamente. (1983, p. 47).

Nesse sentido, os estudos e a ação da comunicação popular se constroem associados à ideia de participação, compreendida aqui como uma conquista, garantida a partir de sua reivindicação, criação e recriação permanentes (DEMO, 1988).

Peruzzo (2006) reflete que

A comunicação popular representa uma forma alternativa de comunicação [...]. Ela não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares. Essa ação tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação. (PERUZZO, 2006, p.2).

A mesma autora refinou essa definição, incorporando a ela novos elementos que interessam ao enfoque dessa pesquisa, afirmando que a comunicação popular é

[...] constituída por iniciativas populares (para além de jornais) e orgânicas aos movimentos sociais. São experiências comumente denominadas de comunicação participativa, dialógica, educativa, horizontal, comunitária ou radical. Trata-se de uma comunicação provinda de segmentos populacionais subalternos, que também pode ser percebida em suas singularidades a partir de outros ângulos, como do conteúdo, do formato, da propriedade e controle coletivo da gestão, do nível de participação popular, do público destinatário que se converte em emissor, da finalidade e da linguagem. (PERUZZO, 2009, p. 133).

A comunicação popular, com a perspectiva mobilizadora que enfatizou Peruzzo, precisa ser dialógica, à medida que defende uma causa de interesse mútuo, que deve ser compreendida e compartilhada entre os sujeitos comprometidos com um fim único, comum a todos (HENRIQUE, 2007).

Foi essa abordagem de comunicação popular que embasou as leituras e análises ligadas à prática das comunicadoras e comunicadores populares, que incorporaram a terminologia – comunicador popular – para sua identidade profissional no âmbito da ASA. Associar a noção de comunicação popular com o conceito e os valores da convivência com o Semiárido, permitiram, nesse capítulo, trazer as

referências que situaram o universo da pesquisa, e criar as bases para as análises do caso escolhido para estudo.



## **2 - A ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO – CONTEXTUALIZANDO O CASO ESTUDADO**

### **2.1 - A ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO - ASA**

A Articulação Semiárido Brasileiro – ASA Brasil, ou simplesmente ASA, é uma rede composta por organizações da sociedade civil, que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com o Semiárido. Dela fazem parte mil instituições, presentes em toda a região semiárida, e que trabalham com o tema da convivência.

Para vinculação destas entidades à ASA não é necessária nenhuma formalização financeira, como pagamento de mensalidades, anuidades, ou taxas similares. As instituições também têm autonomia sob suas ações e não há um requisito que determine que elas atuem apenas no Semiárido, de forma que podem também trabalhar em outras regiões e biomas. Assim, a vinculação de uma instituição à ASA está associada à partilha de valores e princípios da convivência com o Semiárido, marcadas na Carta de princípios da ASA (anexo A) e na Declaração do Semiárido Brasileiro (Anexo B).

Os perfis das instituições vinculadas à ASA são diversos. Participam entidades ligadas à Igreja Católica, advindas de movimentos sociais, ONGs do campo do desenvolvimento territorial sustentável (frequentemente com enfoque agroecológico

e/ou na agricultura familiar). Cada uma delas com dinâmicas, dimensões geográficas, públicos e modelos de gestão diferentes e independentes.

As organizações integrantes da ASA se reúnem em fóruns estaduais, que dispõem de uma coordenação, e a partir daí, elegem uma Coordenação Nacional composta por um titular e suplentes, totalizada por 18 membros (dois em cada estado). As entidades que integram a ASA estão presentes em nove estados brasileiros, sendo oito na região Nordeste, excetuando-se o Maranhão, e incluindo o norte de Minas Gerais no Sudeste do país.

- Muitos dos Fóruns Estaduais, formados no processo de luta por convivência com o Semiárido, foram constituídos antes da própria ASA, e se agregaram a ela. Tais fóruns, que em muitos estados se popularizaram como “ASAs estaduais”, discutem propostas para a promoção da convivência com o Semiárido em cada estado, para, a partir daí, aprofundar o debate e as ações em âmbito nacional.
- Para materializar sua ação, a ASA desenvolveu uma estratégia norteadora geral: o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido. Nesse contexto, a fim de gerir e garantir o acesso a recursos materiais, foi criada em 2002, a Associação Programa Um Milhão de Cisternas – AP1MC, com sede em Recife (PE), que de acordo com a ASA, se constitui como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, educacional, ambiental e filantrópico, formalizada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Dentro da AP1MC se inscrevem seus dois principais programas: o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas. (P1+2).

O Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido propõe o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água, tanto para o consumo humano, quanto para a produção alimentícia. A partir daí, são desenvolvidas outras ações importantes para a melhoria das condições e da qualidade de vida da população do campo, e para que a convivência com o Semiárido seja assimilada pela sociedade.

Dentre estas ações ligadas à promoção da convivência com o Semiárido, destacam-se a construção do conhecimento agroecológico; a educação contextualizada; as práticas de economia solidária; a formação e manutenção de bancos de sementes nativas; apoio ao desenvolvimento de cooperativas de crédito voltadas para a agricultura familiar; fundos rotativos solidários, a comunicação popular.

O Programa Um Milhão de Cisternas, ou simplesmente, P1MC foi elaborado em 2003 e visa *“beneficiar cerca de cinco milhões de pessoas em toda região semiárida com água potável para beber e cozinhar, através das cisternas de placas<sup>6</sup>”*. A população para qual é direcionado o P1MC é de famílias com renda per capita até meio salário mínimo, e que dispõem do Número de Identificação Social (NIS). Além desses critérios, as famílias devem ainda estar inseridas no Cadastro Único do Governo Federal; ter residência fixa no meio rural, e não acessar o sistema público de abastecimento de água.

O P1MC pretende através de suas ações, promover uma dinâmica articulada e sustentável com o ecossistema do Semiárido, a partir de ações que fortaleçam a Sociedade Civil. Nesse sentido, a construção da cisterna amplia seu significado à medida que oportuniza a mobilização e capacitação das famílias, em uma ação pedagógica, onde elas próprias participem da sua construção, a partir da disponibilização dos materiais e da orientação técnica.

Já O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) visa garantir terra para produção e dois tipos de água, para consumo e para a produção de alimentos, e é o programa que incorpora as comunicadoras e os comunicadores populares, principais sujeitos dessa pesquisa. Seu principal objetivo é de

[...] fomentar a construção de processos participativos de desenvolvimento rural no Semiárido brasileiro e promover a soberania, a segurança alimentar e

---

<sup>6</sup> “A cisterna é uma tecnologia simples, de baixo custo e adaptável a qualquer região. A água é captada das chuvas, através de calhas instaladas nos telhados das casas. De formato cilíndrico, coberta e semienterrada, o reservatório tem capacidade para armazenar até 16 mil litros de água, quantidade suficiente para uma família de 5 pessoas beber e cozinhar, por um período de 6 a 8 meses – época da estiagem na região. As placas da cisterna são construídas de cimento pré-moldadas feitas pela própria comunidade. A construção é feita por pedreiros das próprias localidades, formados e capacitados pelo P1MC. Já a contribuição das famílias no processo de construção se caracteriza com a contrapartida.”  
Fonte: [http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD\\_MENU=5622&WORDKEY=Cisterna](http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=5622&WORDKEY=Cisterna) consultado em 10.01.2015.

nutricional e a geração de emprego e renda às famílias agricultoras, através do acesso e manejo sustentáveis da terra e da água para produção de alimentos.

Os critérios para a população do Semiárido participar do P1+2 consideram famílias que já tenham acesso à água para consumo humano, é preciso que sejam famílias chefiadas por mulheres; que tenham crianças de 0 a 6 anos de idade; e/ou crianças e adolescentes frequentando a escola; adultos com idade igual ou superior a 65 anos; e integrantes familiares com algum tipo de deficiência.

De acordo com a ASA, existem vários tipos de tecnologias que podem ser aplicadas para captação de águas, seja para consumo, seja para a produção de alimentos, e o P1+2 escolheu sete tipos diferentes, quais sejam: cisterna-calçadão, cisterna-enxurrada, barragem subterrânea, barreiro-trincheira, barraginha, tanque de pedra e bomba d'água popular, aplicáveis a situações específicas adequadas a cada tipo, o que pode ser aprofundado em Bronchardt (2013).

O P1+2 avançou na atuação política e metodológica, em relação ao P1MC, quando passou a se preocupar com a construção/sistematização do conhecimento gerado pelas experiências de convivência com o Semiárido, a partir das práticas de famílias que acessaram tecnologias sociais como àquelas de acesso à água, e tiveram mudanças no seu cotidiano em função delas. A construção desse conhecimento se deu a partir da socialização, viabilizada por intercâmbios entre agricultores, grupos locais e técnicos, de diversas comunidades, municípios e estados. Foi exatamente para esse aspecto da execução do P1+2 que se direcionou a pesquisa.

Por reconhecer que a experimentação de tecnologias de convivência com o Semiárido se constitui como conhecimentos a serem apropriados e disseminados, o P1+2 passou a focar a sistematização e publicização dessas experiências. Em linhas gerais, pode-se dizer que, para responder essa demanda foi construída a figura da comunicadora e do comunicador popular, foram propostas ferramentas como o boletim "O Candeeiro", elaborado por esses e essas comunicadoras, em parceria com as famílias, grupos associativos, produtivos, que vivem no Semiárido, com o objetivo de organizar e multiplicar as informações que positivam a vida na região.

## 2.2 A INCORPORAÇÃO DE COMUNICADORES POPULARES PELA ASA

Para responder às demandas apresentadas a comunicação se serve de diferentes instrumentos, compatíveis com a natureza e a especificidade de cada aspecto que envolve sua prática. Dentre essas ferramentas destacam-se impressos, “releases” para a mídia, sites, blogs e páginas de redes sociais, administração de listas e grupos de e-mails, produção de vídeos, elaboração e edição de cartilhas, relatórios, entre outras produções.

A comunicação desenvolvida pela ASA é assumida por uma equipe de profissionais entre jornalistas e relações públicas, que integram sua Assessoria de Comunicação – ASACom, que está inserida na Associação Programa 1 Milhão de Cisternas - AP1MC, e tem seu ambiente estruturado no escritório central da ASA, em Recife, PE. Para tanto, conta com profissionais que lidam cotidianamente com demandas advindas de diferentes segmentos, como financiadores, gestão da ASA nacional e nos estados, entidades articuladas, veículos de comunicação de massa, comunicadoras e comunicadores populares, entre outros.

Como amadurecimento de sua ação, a ASA passou a incorporar a sistematização das experiências ligadas à convivência com o Semiárido, como um instrumento para intercâmbio de conhecimentos. Sistematização que, para efeitos desta pesquisa, foi compreendida enquanto processos particulares que integram uma prática social e histórica mais geral, igualmente dinâmica, complexa e contraditória. Experiências vitais, carregadas de uma enorme riqueza acumulada de elementos que, em cada situação, representam processos inéditos e que não se repetem, traduzidos em uma tarefa de compreender – traduzir e comunicar (HOLLIDAY, 2006).

A sistematização, portanto, cumpre o papel de valorizar e reorganizar o saber acumulado nas comunidades, municípios e territórios, retroalimentando a formulação de novos conteúdos. A ASA entende que esses processos de sistematização se apresentam enquanto práticas coletivas de resgate e registros de saber local, no âmbito da convivência com o Semiárido, conforme afirma Brochardt, quando reflete que

[...] a inclusão da sistematização como componente do Programa; o fortalecimento da comunicação entre agricultores, por meio de intercâmbios e a produção de um boletim como produto que materializaria a sistematização e seria, junto com o intercâmbio, um instrumento importante de valorização das práticas dos agricultores. (BROCHARDT, 2013, p. 83).

A comunicação popular começou a se inserir nas práticas da ASA a partir da necessidade de ampliar o envolvimento das famílias agricultoras, reconhecendo-se a necessidade de que a comunicação atingisse o próprio povo do Semiárido. Em um processo intrínseco entre comunicação – mobilização e participação das famílias das regiões e territórios.

A comunicação estabelecida com agricultores e agricultoras está baseada em um método de trabalho que envolve reuniões e cursos nas próprias localidades, associados ao uso dos meios, sobretudo os impressos (cartilhas, cartazes, calendários, folders.). (COSTA, 2006, p. 154).

A ASA refletiu a importância da sistematização, enquanto um caminho que contribui para a afirmação dos conhecimentos produzidos. O que exigiu que fosse trazida para sua ação a presença de um sujeito que poderia intermediar a relação entre instituições vinculadas à ASA e a população do Semiárido, norteados por um programa da Articulação, (no caso o P1+2), que incluísse a sistematização de experiências como parte de suas ações. Este sujeito, atualmente, é chamado de comunicador popular, denominação que foi gradualmente construída pela equipe, a partir do amadurecimento da experiência.

Em um primeiro momento foram contratados estagiários, para uma experiência prévia, permitindo à ASA analisar a viabilidade desses quadros para produzir as sistematizações das práticas. Com o amadurecimento da iniciativa, chegou-se ao entendimento de que seria necessário substituir os estagiários por profissionais, não necessariamente graduados, ou com experiência prévia em comunicação, mas com a condição de que demonstrassem sensibilidade para práticas ligadas às atribuições previstas, considerando a necessidade cada dia maior de interlocução com famílias agricultoras, para a construção dos conteúdos a serem produzidos

Através do P1+2, foi proposta a elaboração do boletim impresso “O Candeeiro”, como uma das principais ferramentas para a sistematização das práticas

de convivência com o Semiárido dos agricultores e agricultoras. Instrumento que interage com outros produtos de comunicação, como boletins informativos, cordéis, cartilhas, programas de rádio, banners, produzidos pela própria ASA, no âmbito do programa, ou pelas instituições articuladas, respondendo tanto a necessidades mais gerais, quanto a especificidades territoriais.

As comunicadoras e os comunicadores foram selecionados e contratados formalmente pelas instituições articuladas à ASA, no exercício de sua autonomia. No momento da pesquisa, totalizavam 77 instituições. À ASACom coube indicar um perfil profissional condizente com as expectativas para o trabalho.

As orientações para contratação dos profissionais, conjugavam habilidades técnicas e características pessoais favoráveis ao exercício do papel de comunicador popular. A AsaCom também assumiu a responsabilidade de manter um vínculo com essas comunicadoras e comunicadores, através da orientação ao seu trabalho. Ou seja: nos dizeres de Bona (2008), o profissional é fruto de um grupo de variáveis que Os Comunicadores e as comunicadoras populares são importantes interlocutores com as práticas de convivência com o Semiárido. Isso porque, em função de sua atribuição de apoiar a sistematização de experiências, têm elementos para articular diferentes sujeitos, já que acessam em sua dinâmica cotidiana, tanto as famílias do Semiárido; quanto as instituições articuladas à ASA; a equipe da ASACom; as coordenações das ASAs estaduais e o próprio coletivo de comunicadores.

compõe seu perfil: desde personalidade e talento próprio, até uma formação um pouco mais ampla sobre o seu papel na sociedade.

O processo de formação, o acompanhamento dos comunicadores e o caráter coletivo que a ASA se propôs a gerar com isso, permitiram que as comunicadoras e comunicadores populares estimulassem um processo de organização em Rede, sendo criada assim a Rede de Comunicadores Populares da ASA, que atualmente tem representações em todos os estados onde a ASA está presente. Cada estado com dinâmicas próprias e ligadas às particularidades territoriais. Apesar de se apresentar aqui a Rede de Comunicadores Populares da ASA, enquanto estratégia de organização que engloba os sujeitos principais dessa pesquisa, o enfoque dado aqui traduz uma perspectiva mais individualizada do sujeito comunicador e comunicadora popular, sem aprofundar a sua dimensão de articulação.

Pensar subsídios para analisar o perfil das comunicadoras e dos comunicadores populares, implica em considerar que, no caso da ASA, não se trata de sujeitos advindos necessariamente da própria população do Semiárido. Nesse sentido, tais profissionais incorporam um perfil que se aproxima do que é solicitado pelas ONGs e articulações da sociedade civil.

Ao considerar que foram ONGs que incorporaram as comunicadoras e comunicadores populares, foi necessário levar em conta a importância dessas organizações na produção de discursos sobre o Semiárido, enquanto o que Araújo (1999) chamou de núcleos ou comunidades de sentido. Ou seja: grupos de pessoas que produzem e fazem circular discursos, compostos por membros que se reconhecem e em contrapartida são por eles reconhecidos. Os núcleos e comunidades discursivas dividem espaços, convivem entre si, compartilhando espaços de antagonismo e cooperação.

As comunicadoras e os comunicadores são convocados para trabalhar com o processo de mediação social, no qual serve como ponte entre as suas organizações de origem e as outras instâncias sociais, como outras instituições, órgãos governamentais, públicos atendidos, sociedade, entre outros (BONA, 2008). Entender a comunicação “[...] a partir de mediações, é concebê-la como uma interação entre diversas instâncias que, em maior ou menor escala, exercem um variado sistema de trocas e negociações.” (COSTA, 2006, p. 151).



### 3 - METODOLOGIA

A metodologia é a ponte entre a pergunta norteadora da pesquisa e os objetivos traçados, para trazer à luz, através da análise dos dados, respostas às questões lançadas. Entende-se “[...] como um conjunto de regras e procedimentos que aproximam o pesquisador do fenômeno estudado e operacionaliza sua posição epistemológica.” (VERGARA, 2011, p. 762).

Nessa pesquisa optou-se pela abordagem qualitativa, por permitir um contato direto entre pesquisador e realidade pesquisada, sendo frequente que a compreensão dos dados e do contexto estudado se dê a partir da perspectiva dos sujeitos da pesquisa (NEVES, 1996).

A pesquisa qualitativa parte do princípio de que existe uma relação dinâmica entre o sujeito e o mundo investigado (real), e que o conhecimento não se reduz a um conjunto de dados isolados, conectados por uma teoria. O sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos atribuindo-lhes sentido. O objetivo não é um dado neutro; está tomado de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 1995).

Dentre as muitas abordagens da pesquisa qualitativa optou-se pelo estudo de caso, uma vez que tal caminho permite que a unidade representativa de um universo maior torne-se suficiente para fundamentar um argumento, Chizzotti (1995) e, portanto, o estudo de caso pode ser configurado como:

[...] uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular, ou de

vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente. (1995, p. 102).

A pertinência da utilização do estudo de caso nessa pesquisa também se justifica por sua contribuição para o avanço do conhecimento, para o alcance de informações mais abrangentes a partir de um caso específico, alargamento da compreensão e transformação da realidade pesquisada e a possibilidade da verificação dos aspectos observados em uma dada realidade, e sua concretização no cotidiano social em estudo. (ROESE, 1995)

O sujeito principal da pesquisa foram os comunicadores e as comunicadoras populares da ASA, no âmbito da comunicação desenvolvida pela Articulação, junto aos povos do Semiárido. Enquanto delimitação temporal foi definida para a coleta de dados o segundo semestre de 2013 e o primeiro semestre de 2014, considerando o seguinte contexto:

- O momento climático remetia a uma das maiores secas sofridas no Semiárido nos últimos 30 anos, porém, convivendo com mecanismos de enfrentamento. (tecnologias de armazenamento de água, de sementes, de ração animal, etc.). Desafiando a comunicação a enfatizar essas práticas como soluções viáveis, nos conteúdos produzidos, e a intensificar sua apropriação do contexto, do Semiárido, conceitos e sentidos da convivência, como estratégia de ruptura de estereótipos preestabelecidos sobre a região.
- Inclusão na carta do VIII Encontro Nacional da Articulação do Semiárido Brasileiro - EnconASA (no final de 2012) o compromisso com a valorização da comunicação, enquanto instrumento de fortalecimento da luta por direitos e combate à exclusão dos povos do Semiárido. Conteúdo este trazido pelas comunicadoras e comunicadores populares.

Determinada a abordagem metodológica, os sujeitos da pesquisa, e o recorte temporal, foi trabalhada a revisão bibliográfica, baseada nos conceitos de convivência

com o Semiárido e Comunicação Popular, enquanto centrais para a questão e os objetivos formulados.

Conforme exposto no primeiro capítulo, o conceito de convivência com o Semiárido apresentou-se como um desafio bastante significativo no âmbito da revisão bibliográfica, em função do caráter recente de seu pensar e sua apropriação teórica. Mesmo assim, insistiu-se nessa pesquisa em trabalhá-lo como categoria central, ainda que se compreendesse sua derivação do conceito de desenvolvimento sustentável, definição que não aprofundamos no trabalho, por entender que já existe uma vasta revisão bibliográfica acerca do tema, e que isso poderia incorrer no risco de uma invisibilização do conceito de convivência com o Semiárido.

Para o estudo da convivência com o Semiárido foram utilizadas referências de autores contemporâneos, como Roberto Marinho Silva, Álamo Pimentel, Roberto Malvezzi, que transitaram entre elementos históricos, culturais da construção do conceito, com ênfase para a ideia de transição paradigmática que afeta a noção de convivência com o Semiárido, como contraposição à ideia de combate à seca.

Para a reflexão sobre comunicação popular, partiu-se inicialmente de um conceito de comunicação em uma perspectiva geral, a partir de Beltrán, conjugando-o com outras referências como Castells e Fischer e referenciando a ideia de comunicação como direito humano, por se tratar de um aspecto que vem sendo absorvido pela ASA e discutido entre as comunicadoras e comunicadores populares, e frequentemente presente nas suas falas durante a coleta de dados empírica.

Para o conceito de comunicação popular, ainda contou-se com aportes de Canclini, para entender a noção específica de popular, além de referências de Ilse Scherrer-Warren, para a conceituação do universo institucional das ONGs, onde se inserem formalmente as comunicadoras e os comunicadores populares, enquanto principais sujeitos da pesquisa.

A noção específica de comunicação popular foi trazida aqui pelas bases de Cicília Peruzzo, enquanto pesquisadora que sistematizou as várias abordagens dadas ao conceito, traduzindo-o no que se apresenta como mais apropriado em torno do tema. Entretanto, foi necessária uma revisão bibliográfica e aproximação com outros autores, tais como Inezita Araújo e Luciana Miranda Costa que apontam em suas obras

reflexões mais híbridas sobre os tipos de comunicação pensadas pelas/para ONGs, em seu papel como produtores de discursos e a inserção de sujeitos promotores da comunicação e que dialogam com os valores de comunicação popular incorporados pela ASA.

Para a coleta de dados empíricos foram utilizadas três técnicas: a pesquisa documental, a observação da participação das comunicadoras e comunicadores em atividades coletivas promovidas pela ASACom, e a entrevista semiestruturada. Nos tópicos a seguir, são abordadas cada uma delas, bem como descritos os processos de análise utilizados para os dados coletados, de acordo com a pertinência da técnica. Chamou-se a atenção para o fato de que em alguns casos mais de uma técnica foi utilizada ao mesmo tempo, e que sua separação aqui, se apresenta como um recurso didático, para facilitar a compreensão da aplicação metodológica.

### 3.1 - LEVANTAMENTO DOCUMENTAL

A coleta de dados foi delimitada a partir do levantamento de dois tipos de documentos: a) de informações conceituais e políticas (cartas de princípios, carta do Semiárido, etc.), e b) informes de atividades (relatórios de encontros e oficinas). Neste segundo caso os materiais funcionaram como suporte e complemento às entrevistas e observações, já que houve a possibilidade de participar *"in loco"*.

Os documentos ligados à criação da ASA foram coletados a partir da sua página na Internet, onde também foi possível identificar os objetivos dos projetos e programas desenvolvidos pela Articulação, em especial o P1+2, relacionado à ação dos comunicadores e das comunicadoras populares, considerando a disponibilidade de acesso da informação e/ou para *"Download"*. Dentre estes documentos destacam-se:

**QUADRO 03-** TIPOS DE DOCUMENTOS LEVANTADOS

Documento	Classificação pela pesquisa
Carta de princípios da ASA (anexo)	Documentos de ordem conceitual e política.
Declaração do Semiárido Brasileiro (anexo)	
Carta política do VIII EnconASA. (anexo)	
Objetivos dos Programas desenvolvidos pela AP1MC. (via internet).	
Relatório geral da oficina de fotografia (versão digitalizada)	Informes de Atividades
Relatório do Encontro Nacional de Comunicação da ASA. (versão digitalizada)	

Fonte: Elaboração própria.

Durante a pesquisa, reconheceu-se a vasta existência de folders, cartilhas, folhetos, cordéis, além da criação e manutenção de “sites”, “blogs”, “fotologs” listas de e-mails e páginas em redes sociais, favorecendo a comunicação entre comunicadoras e comunicadoras da ASA com a ASACom, bem como a disseminação de conteúdos produzidos e ações desenvolvidas pela ASA para uma população mais ampla. Para efeitos dessa pesquisa não se considerou tais conteúdos, pois exigiria melhores condições materiais e de tempo.

A pesquisa documental foi um processo de "garimpagem". Os conteúdos priorizados apresentaram elementos ligados às categorias de análise definidas: convivência com o Semiárido e comunicação popular. Neste momento, se atentou para os documentos de modo analítico, verificando como torná-los inteligíveis, de acordo com o objetivo de investigar. A partir de então, tais materiais receberam um tratamento direcionado pela pergunta de pesquisa, para que se estabelecesse a montagem das peças, como num quebra-cabeça (ANTUNES apud PIMENTEL, 2001).

Os documentos aqui considerados como de ordem conceitual e política, e que indicam o direcionamento político da ação da ASA e das entidades a ela associadas, foram utilizados na perspectiva de associação de seu conteúdo com as referências teóricas encontradas sobre o conceito de convivência com o Semiárido,

contribuindo na identificação de seus sentidos e valores, para posteriormente servir de referência para a interpretação dos conceitos trazidos pelas comunicadoras e pelos comunicadores populares sobre a convivência.

Ao mesmo tempo, os conteúdos ligados à comunicação, em especial à comunicação popular, não se apresentaram de forma explícita nos documentos de ordem conceitual e política. O que provavelmente decorreu do fato de a estrutura de comunicação não ter sido definida imediatamente a constituição da ASA, ganhando voz gradualmente, com a consolidação da ASA.

Já os documentos considerados – informes de atividades – traziam elementos que permitiam acessar o perfil e o papel das comunicadoras e comunicadores populares, e sua análise permitiu a seguinte classificação, conforme mostra o quadro a seguir:

**QUADRO 04-** RELAÇÃO ENTRE CONTEÚDOS E OBJETIVOS DA PESQUISA, IDENTIFICADA NOS RELATÓRIOS DO ENCONTRO DE COMUNICADORES E DA OFICINA DE FOTOGRAFIA.

<b>Conteúdo principal</b>	<b>Detalhamento do conteúdo</b>	<b>objetivos da pesquisa relacionados</b>
Características das comunicadoras e comunicadores.	Histórias de vida, como chegaram à ASA e à prática da comunicação.	Perfil dos comunicadores populares. (Objetivo 03).
Aspectos avaliativos	Relação com os outros comunicadores; com as ONGs contratantes, com as representações estaduais da ASA, e com a ASACom;	Papel dos comunicadores das e comunicadoras populares. (Objetivo 02)
Aspectos propositivos	Sugestões para qualificar a prática das comunicadoras e comunicadores populares, e melhorar a relação com as diversas instâncias de gestão da ASA, ASACom, além de proposições a serem aprofundadas.	Papel das comunicadoras e comunicadores populares. (Objetivo 2).

**Fonte:** Elaboração própria.

### 3.2- A OBSERVAÇÃO

A observação se caracterizou pela inserção em atividades específicas promovidas pela ASA para os comunicadores e as comunicadoras populares. Assim, foi possível contato direto com o fenômeno observado, e a percepção das ações dos sujeitos em seu contexto natural, considerando seus pontos de vista e perspectivas (CHIZOTTI, 1995). A partir dessa técnica se teve a oportunidade de unir o sujeito de pesquisa ao seu contexto, contrapondo-se ao princípio de isolamento no qual fomos criados. (QUEIROZ; VALL et. al., 2007).

A observação foi realizada em dois eventos promovidos pela ASACom, voltados para as comunicadoras e comunicadores populares: A Oficina de Fotografia, realizada em julho de 2013, no município de Feira de Santana, BA, e o Encontro Nacional de Comunicação da ASA, em setembro do mesmo ano, na capital Pernambucana, Recife.

A oficina de fotografia promovida pela ASA e sob a coordenação da ASACom, buscou qualificar debate pedagógico e político sobre a convivência com o Semiárido, mesclando a bagagem dos participantes com a visão da ASA, na perspectiva da quebra de estereótipo de um Semiárido desprovido de vida e de condições de desenvolvimento. Para isso promoveu uma sensibilização / afirmação do olhar dos comunicadores, através das técnicas e do diálogo sobre fotografia.

A oficina funcionou como uma estratégia para se trabalhar elementos importantes como: o conceito de beleza, (e quem o define), bem como para provocar os comunicadores e comunicadoras sobre como os estereótipos são formados e o quão exigentes podem ser os esforços em prol de sua ruptura. Nesse sentido, foram estabelecidos os seguintes objetivos para essa iniciativa:

Geral:

Refletir coletivamente sobre a importância da comunicação na desmistificação da visão estereotipada do Semiárido, reforçando os princípios da convivência com a região e fortalecendo a ação em rede. (ASA, 2013. p. 2).

Específicos:

- a) Refletir sobre o papel da comunicação dentro da concepção política e metodológica da ASA;
- b) Provocar a reflexão sobre como a comunicação como direito humano dialoga com a prática;
- c) Integrar os comunicadores populares da ASA, fortalecendo a ação em rede;
- d) Discutir a importância da fotografia na sistematização de experiências de convivência com o Semiárido;
- e) refletir sobre a utilização da fotografia como um instrumento para divulgação da imagem do Semiárido rico, viável e pleno de oportunidades e dos agricultores/as como protagonistas das experiências de convivência com a região e;
- f) Capacitar os comunicadores/as em técnicas fotográficas e para o uso adequado das câmeras digitais. (ASA, 2013, p. 2).

O segundo momento de observação foi realizado no Encontro Nacional de Comunicação da ASA, que teve como proposta pensar caminhos para minimizar dificuldades vividas pela Rede de Comunicadores Populares, fortalecendo-a a partir de aportes teóricos e políticos, e na interação com outros sujeitos, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Interozes e TV Viva - Pernambuco, que contribuíram com o evento a partir de suas experiências de comunicação (ASA. 2013b).

Para registro das observações foram empregados o diário de campo e o gravador de voz. Utilizaram-se os áudios gravados para posterior escuta, detalhamento e aprimoramento da informação, sem o recurso da transcrição literal. Eventualmente, alguns trechos de gravações foram transcritos, a fim de identificar falas ilustrativas aos resultados encontrados.

O diário de campo foi uma importante ferramenta para o registro da observação, pois evidenciou categorias emergentes, permitindo o aprofundamento da análise, (MIOTO; DAL PRA, 2007), evidenciando o perfil das comunicadoras e comunicadores, complementando informações trazidas no levantamento documental e nas entrevistas, ligados ao papel destes sujeitos, e chamando a atenção para a forma de apresentação (que elementos da identidade foram apresentados), relação e histórias com o Semiárido (casos do Semiárido), compreensão das atribuições do comunicador popular, aspectos que dialogaram com elementos do referencial teórico.



### 3.3- AS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

As entrevistas semiestruturadas promoveram diálogos específicos com diversos sujeitos pesquisados, a partir de um roteiro previamente elaborado. Sua proposta foi colher informações sobre fenômenos e indivíduos, de acordo com os objetivos da pesquisa (CHIZZOTTI, 1995).

O número de comunicadores e de comunicadoras populares na ocasião da pesquisa se relacionou diretamente ao número de organizações participantes do P1+2 em cada estado, totalizando 79 (setenta e nove) profissionais, incorporados formalmente por ONGs ligadas à ASA e distribuídas no Semiárido brasileiro, conforme o quadro:

**QUADRO 05-COMUNICADORAS E COMUNICADORES POR INSTITUIÇÃO / ESTADO**

Estados		ONGs articuladas à ASA (contratantes das comunicadoras e dos comunicadores populares)	Comunicadoras e comunicadores populares	Comunicadores entrevistados
01	AL	03	03	
02	BA	21	23	09
03	CE	10	10	
04	MG	06	06	
05	PB	07	07	01
06	PE	12	12	01
07	PI	08	8	
08	RN	08	8	
09	SE	02	2	01
	TOTAL	<b>77</b>	<b>79</b>	

**Fonte:** elaboração própria, com dados parciais da ASACom

A definição das pessoas entrevistadas contou com o apoio da equipe da ASACom, estabelecendo-se previamente um número de 20 comunicadoras e

comunicadores, para efeitos de abordagem, o que representaria 25% do total de profissionais. Para essa eleição levou-se em consideração critérios como a diversidade dos estados de origem e o tempo de atuação como comunicador ou comunicadora popular.

O contato posterior com as pessoas identificadas ocorreu de forma individual. Para isso, foi criado um endereço específico de e-mail<sup>7</sup>, e encaminhada uma correspondência a cada um/uma, para confirmação da disponibilidade em contribuir com a pesquisa, a partir da reapresentação dos objetivos propostos.

A partir da sinalização positiva de cada pessoa contatada foram agendadas as entrevistas, totalizando(dentre as 20 pessoas inicialmente identificadas) 12 comunicadoras e comunicadores que aceitaram contribuir com o processo, o que limitou o acesso a sujeitos em alguns estados. Algumas pessoas se apresentaram disponíveis, mas a dificuldade entre suas condições de tempo e o calendário da pesquisa não permitiu que a entrevista se concretizasse.

As entrevistas tiveram duração média de uma hora e trinta minutos e aconteceram presencialmente, por telefone ou *Skype* (de acordo com as condições de localização e tempo da pessoa entrevistada). Para cada uma delas foram feitas gravações, como uma medida preventiva, sempre garantindo a transcrição em tempo real. Ou seja: as respostas eram digitadas integralmente à medida que a pessoa entrevistada discorria sobre cada questão.

Como durante a entrevista se assumiu um compromisso com o sigilo das informações, optou-se por classificar as pessoas entrevistadas a partir de uma numeração, para efeitos de menção de falas ilustrativas no capítulo dos resultados, para o que se obteve autorização das comunicadoras e comunicadores.

O roteiro de entrevista com as comunicadoras e comunicadores populares (Apêndice A) foi dividido em blocos, facilitando, posteriormente, a relação entre as informações coletadas e os objetivos da pesquisa, quais foram:

- a) Identificação / Identidade
- b) Apropriação do conceito de convivência com o Semiárido;
- c) Compreensão sobre comunicação popular;

---

<sup>7</sup>[Pesq.redecomunicadores@yahoo.com.br](mailto:Pesq.redecomunicadores@yahoo.com.br)

- d) Principais atividades desenvolvidas;
- e) Percepção sobre a atuação da Rede de Comunicadores Populares.

As questões elaboradas e as respostas obtidas nessa etapa de entrevistas foram além dos próprios objetivos da pesquisa. Por exemplo, a percepção dos comunicadores e das comunicadoras sobre a dimensão de Rede. Porém, mesmo reconhecendo o valor agregado de algumas reflexões, conteúdos como este exemplificado não permitiu um aprofundamento, por desencadear a necessidade de um maior detalhamento sobre a categoria redes, o que não esteve no cerne da proposta da pesquisa.

Outro grupo entrevistado foi formado por alguns integrantes da Coordenação Executiva da ASA e profissionais da ASACom. As questões levantadas a esses sujeitos buscaram perceber como se dava o diálogo destas instâncias com as comunicadoras e os comunicadores populares, além de como percebem o perfil do comunicador e da comunicadora popular da ASA atualmente.

A análise das entrevistas semiestruturadas dos sujeitos entrevistados utilizou meios distintos. Sobre a identificação da pessoa entrevistada, foi trabalhado o aspecto quantitativo do conjunto de informações, especificando quantos homens, quantas mulheres, quantitativo por faixa etária, quantos com nível superior completo e a quantidade de pessoas cursando a faculdade, por exemplo. Aprofundando esse aspecto, foram consideradas ainda três questões: sua vinculação com o Semiárido (história de vida, identidade com a região, etc.); motivações para integrar esse trabalho; e os conteúdos complementares trazidos nas apresentações feitas durante os eventos observados. (relatos de experiências, expressões de sentimentos em relação às suas perspectivas profissionais, graus de mobilização frente ao tema, mudanças promovidas a partir da sua prática como comunicador / comunicadora).

Sobre as perguntas ligadas aos conceitos de convivência com o Semiárido, e de comunicação popular, utilizou-se como recurso de apoio à análise a nuvem de palavras, que foi desenvolvida através do programa “*wordle 2013*”<sup>8</sup>. Trata-se de uma ferramenta que agrupa e organiza graficamente as informações encontradas em determinado conteúdo, em função da sua frequência. Ainda que seja uma análise

---

<sup>8</sup> Criado por Jonathan Feinberg, com base na plataforma Java2D API,

lexical mais simples, tornou-se interessante, à medida que possibilitou uma rápida identificação das palavras-chave de um corpus conceitual presente nas falas dos sujeitos entrevistados. (JUSTO; CAMARGO, 2013).

Para a utilização da nuvem de palavras, utilizou-se o conteúdo das transcrições em tempo real das entrevistas, e eventualmente reportando-se às gravações para esclarecimentos de dúvidas. Nesse procedimento foram filtradas sempre expressões gramaticais como preposições, artigos, conjunções, ou outras palavras que indicavam ligação, mantendo-se prioritariamente verbos, advérbios, substantivos e adjetivos, como elementos que identificam e qualificam o sentido do que se apresentava com maior frequência no imaginário dos comunicadores e comunicadoras em relação ao conceito.

A escolha das respostas das comunicadoras e dos comunicadores de sobre seu entendimento em torno dos conceitos de comunicação popular e de convivência com o Semiárido, para a aplicação da nuvem de palavras ocorreu porque seriam mais facilmente visualizadas as identidades entre as compreensões das pessoas entrevistadas, ou se havia uma diversidade maior entre estes entendimentos. Nestas respostas foram pinçadas palavras-chave, que sintetizaram ideias centrais.

A análise do conceito de convivência com o Semiárido se apegou a dois elementos trabalhados no referencial teórico: a dimensão de reconhecimento e dimensão da transformação do Semiárido. Ambas presentes e visíveis na definição geral. Buscou-se perceber ainda como, a partir de suas falas, as comunicadoras e os comunicadores expressaram os cinco sentidos do Semiárido, em diálogo com as expressões apontadas na nuvem de palavras.

As outras abordagens das entrevistas aos comunicadores populares, ligadas ao seu papel, por exemplo, estas puderam ser analisadas através de três enfoques trazidos no roteiro: as atividades desenvolvidas, e recortes avaliativos do trabalho – com destaque para a percepção que trazem da ASACom, enquanto um dos espaço que interagem com seu trabalho. Aspectos favoráveis e desfavoráveis das atividades que desenvolvem.

A análise das entrevistas aos integrantes da gestão da ASA e ASACom, além de considerar os elementos ligados aos conceitos de convivência com o Semiárido e comunicação popular, trouxe à tona a percepção sobre o perfil das

comunicadoras e comunicadores, características relevantes para o que se pretende com o seu trabalho, limites e possibilidades na interlocução com esses sujeitos e expectativas em relação à sua contribuição para a disseminação do conceito de convivência com o Semiárido.

Não foi possível estender as entrevistas a gestores institucionais de ONGs vinculadas à ASA que contratam e acolhem as comunicadoras e comunicadores populares. Embora se reconheça que trariam complementos interessantes aos enfoques dados nas entrevistas realizadas, isso exigiria a construção de outro tipo de amostragem, dada as configurações de gestão dessas instituições, localizações, disponibilidades de agenda dos interlocutores, gerando riscos ligados a tempo e recursos, passíveis de inviabilizar a conclusão dessa etapa.

## **4 RESULTADOS ENCONTRADOS**

### **4.1 O PERFIL DOS COMUNICADORES E DAS COMUNICADORAS POPULARES**

Analisar o perfil das comunicadoras e dos comunicadores populares foi importante por perceber o quanto esse aspecto pode favorecer ou dificultar a internalização dos conceitos de comunicação popular e convivência com o Semiárido, enquanto conceitos-chaves de sua ação, assim como para a assimilação do seu papel junto à ASA.

O perfil das comunicadoras e comunicadores populares foi identificado tanto por seus próprios olhares sobre a relação de sua trajetória profissional e de vida com suas práticas atuais, quanto pela reflexão trazida pelas representantes da gestão da ASA e da ASACom.

Chamou atenção a diversidade encontrada no perfil dos comunicadores e das comunicadoras, influenciada por aspectos como: história de vida, faixa etária, grau

de escolaridade, o tipo de relação com o Semiárido, trajetória profissional, habilidades profissionais, etc.

Foram entrevistadas nove comunicadoras mulheres e três homens, no total de 12 profissionais. Para além das entrevistas, no plano da observação, foi possível interagir com uma média de 26 comunicadoras e comunicadores, (sendo 20 mulheres e seis homens), durante a oficina de fotografia, onde foi proposta uma apresentação individual, que também trouxe elementos para o reconhecimento e composição do perfil.

Do ponto de vista da faixa etária, das 12 pessoas entrevistadas, sete eram jovens (com até 29 anos). Já no que toca à questão de gênero havia nove mulheres e três homens. A pesquisa mostrou que existe no grupo uma relação entre faixa etária e experiência profissional, o que foi apontado como algo positivo, à medida que favoreceu relações que mesclam o acúmulo de conteúdos (das mais experientes) e expectativas além de novos olhares e provocações (das pessoas mais jovens).

O fato das comunicadoras e dos comunicadores, em sua maioria, terem uma faixa etária mais jovem chamou a atenção para a expectativa que estes criaram em relação ao seu espaço na ASA. Para além de um ambiente de exercício profissional, a articulação configura-se como um espaço de formação política, o que também é reconhecido pela gestão da ASA.

Acho que eles também veem esse espaço como de grande aprendizado político. Uma porta aberta para novas possibilidades. Na maioria eles são muito jovens, muitos estão vivendo suas primeiras experiências profissionais. (Gestora 02, informação verbal).

No âmbito da escolaridade, oito pessoas entrevistadas tinham formação superior. Sobre os quatro que não tinham, dois estavam cursando a graduação, enquanto dois haviam concluído o ensino médio, e até a ocasião das entrevistas não tinham continuado os estudos.

**QUADRO 06 – ESCOLARIDADE DAS COMUNICADORAS E COMUNICADORES**

<b>ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS</b>			
<b>Ensino médio completo (*)</b>	<b>Cursando graduação</b>	<b>Superior completo</b>	<b>Total</b>
01	03	08	12

**Fonte:** elaboração própria.

(\*) sem dar continuidade aos estudos até o momento da entrevista.

Sobre a área de estudos, das 12 pessoas entrevistadas, 10 eram da área de comunicação, (entre graduados e com curso superior em andamento), ou tinham habilitação em comunicação em nível técnico, e duas pessoas da área das ciências sociais aplicadas. No contexto das observações, embora se registrasse a maioria das comunicadoras e comunicadores com formação acadêmica concluída ou em curso na área de comunicação, também foi significativo o número de pessoas advindas de outras áreas, em especial ciências agrárias, saúde e ciências sociais aplicadas.

Para a gestão da ASA e para a ASACom a formação superior em comunicação social não é tomada como o critério mais relevante, mas pode ser um valor agregado ao perfil das comunicadoras e dos comunicadores populares, na hora de orientar os trabalhos previstos.

Nós já chamamos de comunicador popular, porque não precisa ser alguém formado em comunicação. O perfil que precisamos é uma pessoa que tenha interesse em trabalhar com a comunicação popular. Tem que ter uma facilidade para fotografar e escrever textos. (Gestora 1, informação verbal).

O tipo de formação, quando faz diferença, é na qualidade do texto ou na rapidez com que pegam algumas coisas. Mas considero que para o nosso trabalho é o mínimo. O que mais importa e faz a diferença é a boa vontade das pessoas. (Gestora 2, informação verbal).

Mesmo que a gestão da ASA e a gestão da comunicação (ASACom) tenham apresentado convicção de que a formação em comunicação social não é determinante para a incorporação de uma comunicadora ou um comunicador popular, chama a atenção o fato de que uma parcela muito significativa das pessoas entrevistadas ou

observadas nos eventos acompanhados, tem essa formação, ou está cursando graduação na área.

Sem dúvidas, o fato de a pesquisa não ter se debruçado sobre o olhar gestores institucionais das ONGs integrantes da ASA que contrataram e abrigaram as comunicadoras e comunicadores, pode limitar inferências sobre a contradição entre o discurso e a realidade que se apresenta. Isso porque os responsáveis diretos pela seleção desses sujeitos são as entidades que os abrigam, vinculadas à ASA, conforme explicado no capítulo II.

As falas de comunicadoras e comunicadores que expressaram conciliações de atividades da ASA e da entidade que as contrata, indicaram, ao mesmo tempo, certa priorização de profissionais de comunicação, por parte das ONGs que selecionam, tanto como estratégia para apoiar o fortalecimento institucional das organizações contratantes, quanto para uma procura natural de estudantes ou profissionais de jornalismo, em função das características da função, e pelo caráter inovador que ela imprime, se comparado a práticas em veículos e meios de comunicação de massa, por exemplo, cujo mercado de trabalho é mais conhecido.

Do ponto de vista do vínculo das comunicadoras e comunicadores com o Semiárido, várias respostas encontradas nas entrevistas, ou depoimentos durante os eventos observados apresentaram relações com a região semiárida no contexto de suas histórias de vida. Foi comum encontrar pessoas que vieram do meio rural, ou de cidades do interior, trazendo para compor seu trabalho elementos da cultura e da identidade do campo, ao mesmo tempo em que se reconhecem as diferenças de realidade das histórias que ouviam ou viviam quando eram crianças, adolescentes, para o momento atual.

Minha família é da região. Viveram e conviveram com o Semiárido desde sempre... Escutei muitas histórias, ouvi casos de superação, um pouco mais distante do que vejo hoje. Naturalmente as coisas por aqui são mais fáceis do que antes. Temos mais acesso e, apesar das dificuldades, temos mais conhecimento, aprendemos a lidar melhor com a falta de água, a produzir de forma consciente, a economizar e otimizar a utilização da água para que ela seja suficiente em tempos mais secos. Na roça da minha família sofre muito menos do que quando era pequena... Isso influencia minha experiência. Tenho facilidade em me relacionar com os beneficiários do projeto...nos identificamos quando falamos das experiências, quando dividimos acontecimentos, ideias, histórias...Logicamente eu tenho menos dificuldades, mas consigo dividir com eles o que já ouvi e aprendi com minha



avó, por exemplo. Isso é positivo, transforma a gente em pessoas mais próximas, conhecedora das dificuldades desse povo. A parte negativa do processo é ver que, independente de tudo que já evoluiu com o passar dos anos, os estudos e projetos de convivência com o Semiárido, ainda tem gente com dificuldade de captar água da chuva, de produzir mais, de gerar renda de forma criativa e possível. (Comunicadora 3, informação verbal).

O depoimento acima trouxe uma história de vida que por si, já foi a porta de entrada à realidade do Semiárido, tendo favorecido a assimilação do papel de comunicadora popular, a partir da sensibilização pré-existente. Ao mesmo tempo, houve uma percepção da sua condição de privilégio de acesso aos meios de vida, em relação a famílias com quem mantém contato no exercício de suas atividades, fazendo uma associação da sua realidade de outrora, com a realidade atual com a qual convive, no que se refere aos avanços na captação da água da chuva, por exemplo.

Outra forma de se assumir o vínculo com o Semiárido esteve ligada a um pertencimento à região que não era consciente. Isso ficou claro quando a entrevistada expressou que nasceu e viveu parte da sua vida no interior do estado, muitas vezes em cidades situadas no Semiárido, mas não reconhecia essa identidade, em função de que, em sua infância/adolescência se alimentava um imaginário da identidade “sertanejo/sertaneja”, direcionado às pessoas que vivem na área rural dos municípios. O que foi ressignificado a partir da experiência com a ASA.

Quando eu fui fazer minha primeira visita (*à família agricultora*), o pessoal da entidade começou a falar que eu ia comer galinha de capoeira na comunidade e eu não entendia isso como um valor. Porque eu sou do interior, mas sou da cidade, e apesar de ser no Semiárido, tem uma diferenciação. Seu Zé mora numa casa de taipa. Eu nunca tinha entrado numa casa de taipa antes. Quando eu entrei lá eu achei interessante. [...] A gente sai com uns pensamentos tão estranhos. Eu entrei naquela casa e seu Zé e sua esposa foram logo me abraçando, me chamando de minha filha, me mostrando coisas boas na propriedade. Em momento nenhum ele aproveitou a entrevista para reclamar. Ele não se lamentou da vida que tinha. Falava de direitos, falava dos agrotóxicos. Aquele foi um momento rico. Porque a gente vai percebendo quanto o pensamento é infectado com os olhares preconceituosos sobre o Semiárido e vai desmanchando isso. (Comunicadora 1, informação verbal).

É possível perceber a narração de um processo de sensibilização, construído a partir da vivência da comunicadora. Esta, por sua vez, já trazia um imaginário limitado em relação à população rural e à vida no Semiárido para agricultores, agricultoras e

suas famílias, e ao mesmo tempo um aprendizado sobre o universo das práticas de convivência com o Semiárido que já são parte da vida dessa população. Eu sou do Semiárido, [...] mas, eu não tinha, porém, o contato com agricultores, e nem mesmo noção dessa história de agroecologia, antes da participação na ASA.” (Comunicadora 1, informação verbal).

Na narrativa da mesma comunicadora referenciada acima, fica visível uma história de vida que não permitiu que ela fizesse desde cedo uma conexão entre a sua realidade (vivendo na área urbana do município) com os outros elementos territoriais que se apresentam na região. Isso fica visível no estranhamento à casa do agricultor. (“...Eu achei interessante”). Ao mesmo tempo, aparece com força a referência do modo de vida urbano, mesmo em cidades menores e interiorizadas, como compoendo certo padrão de adequação de uma determinada forma de vida. O que não funciona daquela forma é visto com certo estranhamento. O que fica claro quando ela expressa o espanto pela família agricultora não ter feito queixas e por ter apresentado todo um lado positivo da sua vida e de seu trabalho.

Apresentaram-se ainda comunicadoras e comunicadores com trajetórias urbanas, que se aproximaram do Semiárido a partir do vínculo com a ONG que lhe contratou, e da consequente integração à ASA. Em muitos casos, há profissionais que permanecem boa parte do tempo em escritórios institucionais que funcionam em capitais (Recife, Salvador, Fortaleza), o que é frequente em ONGs de maior abrangência populacional e de ações, e cujo potencial de alcance territorial, de equipe e de gestão de projetos envolve outros enfoques temáticos e regionais, para além do Semiárido. Nessas situações as comunicadoras e os comunicadores acabam por se deslocar para o campo, apenas em função das demandas apresentadas. Mesmo assim, nessas situações a sensibilização para o tema da convivência decorreu de um processo promovido pelo próprio contato com agricultoras e agricultores, durante as atividades. “[...] Vínculo pessoal exatamente não, mas me sinto muito envolvida pelas histórias e vivências das famílias que vivem no Semiárido. Esse envolvimento me mobiliza.” (Comunicadora ,4 informação verbal).

Dentre as pessoas entrevistadas que nasceram em municípios do interior, e saíram para estudar em cidades de médio porte, ou em capitais, chamaram atenção aquelas que optaram por retornar para sua região de origem. As motivações foram a

indisponibilidade para conviver com as problemáticas urbanas (excesso de trânsito, violência, superpopulação, custo de vida, etc.), associadas ao desejo de contribuir com o desenvolvimento de municípios de pequeno e médio porte, trabalhando com populações rurais, utilizando os conteúdos apreendidos nos estudos e outras experiências.[...] nasci aqui [...] meus amigos são em sua maioria filhos da minha terra e sempre estivemos envolvidos em movimentos políticos e sociais da região.” (Comunicador 2, informação verbal).

O depoimento acima faz perceber que, no caso das comunicadoras e comunicadores que tiveram raízes em cidades do interior, a saída para capitais ou cidades maiores não se deu pela impossibilidade de convivência com a região, do ponto de vista climático e ambiental. Os argumentos apresentados se relacionaram à busca de oportunidades que não lhes eram proporcionadas nas suas localidades de origem, principalmente de formação profissional, geração de renda e inserção no mercado de trabalho. Mesmo assim, a expressão do desejo de retornar para contribuir com o desenvolvimento local, contribui para uma maior disponibilidade em internalizar a convivência com o Semiárido.

O processo migratório está se invertendo. Fui estudar em Salvador, me formei e quis voltar pro Sertão. Apesar de ter muito mais possibilidades na minha formação e de continuar com minha empresa de assessoria que abri na capital, fui chamada para a vaga de comunicadora e não pensei duas vezes. Já conhecia o trabalho da ASA com as ONG's, e quando surgiu à proposta aceitei experimentar e vivenciar a comunicação no terceiro setor mais popular, viver uma nova experiência. (Comunicadora03, informação verbal).

Sobre as diferenças entre comunicadoras e comunicadores que vieram do meio rural ou têm trajetórias ligadas à vida no campo, e outros oriundos de grandes cidades, as respostas trazidas por integrantes da gestão / gestão da comunicação da ASA chamaram a atenção para o grau de sensibilidade de quem já trabalhou com populações do campo, ou que têm em suas famílias e /ou histórias de vida alguma relação com o meio rural. Isso facilita o processo de ambientação do profissional junto aos conteúdos e à população com a qual irá dialogar.

Quando o comunicador ou a comunicadora traziam um histórico pessoal e profissional urbano, se apresentava um desafio maior no que dizia respeito às orientações ligadas à sensibilização para o tema e capacitação para abordagem da

população no Semiárido, o que também pareceu ser frequente com quem veio de veículos de comunicação de massa, que se propõem a outra lógica de funcionamento na construção de seus conteúdos.

Quem é da região sabe do que falamos quando se trata de convivência com o Semiárido. Sabe o que é não ter água e comida na seca. É muito sensível. É bem mais fácil ensinar técnicas de comunicação a essas pessoas (quando elas não já sabem!) do que ensinar a quem não é da região. Normalmente são pessoas que tem mais sensibilidade para abordar uma família, para escrever a história de alguém. (Gestora 2, informação verbal).

Sobre o pertencimento institucional das comunicadoras e comunicadores, levou-se em conta, nas entrevistas realizadas, as ONGs articuladas à ASA que assumiram a contratação dos profissionais, e como cada pessoa se posicionou em relação a essas entidades. A necessidade de destacar este aspecto veio da observação nos eventos. Percebeu-se que havia casos de pessoas que já eram dos quadros da entidade contratante, e eventualmente passaram a acumular a função de comunicador popular junto à ASA, mesmo que se estimulasse a lógica de que tais profissionais fossem liberados para exercer exclusivamente a função junto às demandas de sistematização do P1+2 na entidade.

[...] acabei assumindo mais essa função porque a instituição não tinha como pagar salário de duas profissionais de comunicação na época. Havia alguns projetos encerrando e a pessoa que assumia isso não conseguia cumprir os prazos. Então eu fiquei como responsável pelas ações de comunicação popular da ASA. Fui consultada e topei a proposta, porque apesar de ter assumido muitas atividades é bem enriquecedor. (Comunicadora 04, informação verbal).

Circunstâncias como as do depoimento acima, trouxeram pontos favoráveis e dificuldades. Se em uma instituição em que a profissional assume exclusivamente a função de comunicador ou comunicadora popular é possível uma maior dedicação ao trabalho, em entidades em que o profissional acumula demandas há o risco de um distanciamento da ASA, e um sentimento de pertencimento frágil a temas e demandas ligadas à comunicação popular e da própria convivência com o Semiárido.

[...] tenho várias outras atividades institucionais que não me permitem sentir sendo ASA. Gostaria fazer mais coisas, mas a demanda é grande a acabo, por

exemplo, deixando de lado ações de outros projetos da entidade que não consigo dar conta, o ideal seria mais uma pessoa na equipe sim. (Comunicadora 04, informação verbal).

Apesar das ONGs não serem o sujeito principal da pesquisa, falas como essa remeteram a duas questões: a crise de sustentabilidade financeira pela qual passam muitas ONGs. Aspecto que, Armani (2013), afirma integrar uma mudança de ciclo histórico no percurso das ONGs no Brasil, e a forma como a comunicação se apresenta para tais instituições atualmente: figurando como uma necessidade palpável, e requerendo investimentos específicos. Muitas vezes contrapostos às condições financeiras, e que frequentemente gera uma sobrecarga aos seus quadros.

Ainda no aspecto do pertencimento institucional, chamou atenção a presença do financiador como indicador da identidade do comunicador ou comunicadora. Em alguns casos percebeu-se que o profissional não se refere à instituição contratante, mas àquela que financia o P1+2 na organização da qual faz parte, portanto a instituição apoiadora que garante financeiramente o pagamento de seu salário. *“Eu sou comunicador da Petrobrás”*, por exemplo, foi uma fala que fez coro às apresentações em alguns dos eventos observados, ainda que esse tipo de identificação não se faça necessária e não seja estimulada pela ASA.

A presença do financiador na identificação do comunicador ou da comunicadora popular pode estar vinculada aos contratos entre a ASA e a entidade apoiadora, para financiamento do P1+2. Esses contratos determinam o prazo para o trabalho dos profissionais, sendo passível de ser renovado ou não. Quando encerrados, os contratos previam uma rescisão, quebrando o processo de contribuição do comunicador por um período. Em função disso, nem sempre é possível recontratar a mesma pessoa. Isso, em alguns casos, faz com que seja alimentada a rotatividade de profissionais, já que nem todos, inclusive por uma questão de sobrevivência, podem esperar esse intervalo para recomeçar um novo contrato e dar continuidade ao trabalho.

O perfil do comunicador popular destacou-se por aspectos diversos que incluem a identidade pessoal e territorial (elementos da história familiar, origem), a identidade social e profissional (escolaridade, experiências profissionais, experiências

associativas, habilidades técnicas), e identidade institucional (no sentido do pertencimento a uma organização).

A partir das reflexões trazidas nesse capítulo, corrobora-se com o que já apontam outros estudos: que o comunicador popular da ASA, é hoje, antes de tudo, o profissional que está inserido nas ONGs, e incorpora em seu perfil importantes elementos, que variam desde a personalidade e talento próprio até uma formação um pouco mais ampla sobre o seu papel na sociedade.

É preciso levar em conta a inserção destes sujeitos nos espaços da ASA e a convivência com outros profissionais de comunicação atuantes nesse universo, como fonte de motivação para o aprofundamento das formas como a comunicação popular é apropriada pela ASA, na promoção da convivência com o Semiárido, configurando-se, a depender da sensibilidade e interesse dos sujeitos, como também um espaço de vivência política, relacionado às lutas pela garantia de direitos dos povos do Semiárido, em relação à convivência.

#### **4.1.1 - A Convivência com o Semiárido pelo olhar das comunicadoras e comunicadores populares**

A partir do que foi percebido nas entrevistas realizadas, o desempenho do comunicador e da comunicadora popular está relacionado a muitos fatores: a vinculação institucional com a organização contratante, suas condições de trabalho, a interação com a ASA, as motivações pessoais para exercerem sua função, entre tantos outros aspectos. Para efeitos dessa pesquisa foi considerado como relevante a apropriação que estes sujeitos trazem de conceitos determinantes à sua prática - a convivência com o Semiárido e a comunicação popular.

De maneira formal, o conteúdo sobre a convivência com o Semiárido para aportar à prática das comunicadoras e comunicadores foi facilitado pela ASA e pelas ONGs contratantes, através de processos de formação e da orientação ao trabalho. Todavia, a apropriação do conceito e dos sentidos da convivência com o Semiárido pode envolver também a trajetória pessoal e profissional de cada pessoa. Muitas das histórias que esses profissionais apresentaram, deixaram claro que já havia uma reflexão feita a partir de suas vivências.



Notou-se a presença de palavras que indicam: conceitos, tecnologias, ações, populações, características físicas, expectativas, formando o mosaico e trazendo para a ilustração a diversidade de elementos que esse conceito engloba. Ao se observar o conceito adotado para efeitos dessa pesquisa, em comparação com as falas dos comunicadores e das comunicadoras, percebeu-se que as expressões dos sujeitos enfocaram duas dimensões: a dimensão do reconhecimento do ambiente, e a dimensão da sua transformação, como pode ser visto no quadro abaixo, que está organizado a partir do conceito construído por Malvezzi.

**QUADRO 07- CONCEITOS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO PELAS COMUNICADORAS E COMUNICADORES POPULARES**

<b>Conceito de convivência</b>	<b>Dimensões conceituais</b>	<b>Expressões presentes nas falas dos comunicadores</b>
Compreender como o clima funciona, respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes.	Dimensão do reconhecimento ambiente do Semiárido.	Semiárido, consciência, caatinga, crianças, manifestações, estereótipos, respeito, simplicidade, realidade, aceitar, estiagem, campo, identidades, agricultores.
Interferir no ambiente. Adequar-se a ele. Adaptar-se de forma inteligente. Introduzir novas culturas, promover o resgate e a construção de relações de convivência entre as pessoas e a natureza, melhorar a qualidade de vida da população.	Dimensão da transformação do Semiárido	Convivência, agroecologia, formação, intercâmbio, possibilidades, evoluir, alternativas, oportunidade, ideia, independência, adaptáveis, estratégia, valorização.

**Fonte:** Quadro elaborado a partir das considerações apontadas por Malvezzi.

Em linhas gerais, o quadro apresentado trouxe uma forma de pensar o conceito de convivência com o Semiárido, a partir da interpretação de sujeitos que se utilizam dessa referência em suas ações cotidianas. Os conteúdos apontados pelas comunicadoras e pelos comunicadores, além de apresentarem uma compreensão geral sobre o tema, traduzem alguns de seus princípios, a partir da exemplificação que foi percebida no decorrer das suas falas.



Para refletir as especificidades apresentadas nos conceitos apontados pelas pessoas entrevistadas, se tomou como referência os sentidos da convivência com o Semiárido, desenvolvidos por Ponti e Contel, que se resumem em cinco: convivência com o meio ambiente, economia da convivência, convivência com qualidade de vida, cultura da convivência, e a dimensão política. Nos itens seguintes, estão extraídas as principais ideias relacionadas a cada um desses sentidos, que integraram as reflexões dos comunicadores e das comunicadoras, conforme apresenta o quadro abaixo:

**QUADRO 8 – SENTIDOS DA CONVIVÊNCIA E EXPRESSÕES RELACIONADAS APRESENTADAS PELAS COMUNICADORAS E COMUNICADORES.**

<b>Sentidos da convivência com o Semiárido</b>	<b>Expressões presentes nas falas das comunicadoras e comunicadores</b>
Convivência com o meio ambiente	Remetem à preservação da Caatinga, o cultivo através de princípios agroecológicos, o desenvolvimento de ações sustentáveis e viáveis para os períodos de estiagem; o acesso à terra, estocagem de recursos naturais, em especial a água e sementes nativas, com vistas à produção de alimentos saudáveis. Apresentam como desafio encontrar o “compasso” com a terra, para que se possa aproveitar dela de maneira equilibrada.
Economia da convivência	O aspecto que aparece com mais força é o investimento na agricultura familiar, como oportunidade a evolução da qualidade produtiva de agricultores e agricultoras, ampliando as possibilidades de geração de renda, e de práticas ligadas à economia solidária.
Convivência com a qualidade de vida	Destacou-se a satisfação das necessidades fundamentais, como condição de expansão das capacidades humanas. Ou seja: a possibilidade de viver bem no lugar de origem, com garantias de permanência, sem que as condições de vida sejam imperativas para saída da região, reconhecendo suas potencialidades e a diversidade de identidades de seu povo, nos aspectos de gênero, geração, território.
Cultura da Convivência	Foi apontada a história de negação de direitos à população do Semiárido, em função de processos de dependência política, O Semiárido passa por intervenções geradoras de sensibilização e valorização da região, a partir de práticas de convivência. É a consciência das populações do Semiárido que permite lutar para quebrar os estereótipos sobre a região, contribuindo para aumentar a autoestima da população. Isso, pode se dar com contribuições ligadas à troca de saberes,

	entre especialistas formados (teóricos) e os homens e mulheres do campo.
Dimensão política	<p>Conjunto de ações, políticas, filosóficas, e um jeito de se lidar a nível pessoal com uma região que possui suas particularidades climáticas.</p> <p>A organização social foi outro caminho, que avança no sentido da formação política.</p> <p>Passa por políticas e oportunidades que possibilitem a qualidade de vida com o Semiárido.</p>

**Fonte:** Elaboração própria.

A partir do quadro anterior e das respostas trazidas pelas comunicadoras e comunicadores nas entrevistas e nas observações, percebeu-se o quanto é intensa a sua identificação com o sentido cultural da convivência com o Semiárido. Da maneira como o conjunto de informações se apresentou, perceberam-se nas expressões sobre aspectos históricos e culturais, as mesmas dimensões verificadas no aspecto geral de convivência com o Semiárido: dimensão do reconhecimento e dimensão da transformação. Ou seja: quando as comunicadoras e os comunicadores trouxeram os aspectos ligados a uma imagem negativa do Semiárido, tais como cultura de dependência política, negação de direitos, estavam se referindo à dimensão do reconhecimento do contexto histórico e cultural ao qual o Semiárido esteve submetido durante séculos.

Viver no Semiárido é ter consciência do clima, consciência do histórico de dominação e de opressão e consciência da necessidade de luta para quebrar todos os estereótipos que existem. Para mim é aceitar as características da região (Comunicadora 1, informação verbal).

Ao mesmo tempo, em suas falas, foi possível constatar a percepção da transição entre reconhecer um passado histórico de opressão, em contraposição às transformações atuais, visíveis nas tecnologias sociais presentes, nos comportamentos e nas práticas culturais diversas, e que transformam o olhar da própria população sobre a região, a partir do seu olhar sobre si, sobre o manejo de sua produção, e sobre as novas formas de produzir, de modo a garantir adequação ambiental, conservação da

vegetação, estocagem de água e alimentos, entre outros exemplos, que melhoram sua autoestima e seu olhar sobre a região.

Eu vejo a convivência como uma colcha de retalhos, se você conseguir alcançar essa amplitude de atuação em nível de formação, política e cultura, vai conseguir alcançar uma transformação social, que é justamente o trabalho que a ASA e as suas organizações vão pautando. (Comunicador 09 informação verbal)

A convivência com o Semiárido é o princípio básico que define o tipo de experiência que se pretende sistematizar e disseminar. Busca-se, em geral, experiências exitosas, que denotem o caráter construtivo de práticas de convivência (como adoção de tecnologias sociais de captação de água, de preservação de sementes nativas, criação de animais, segurança alimentar, manejo do solo e etc.).

Quanto mais as comunicadoras e os comunicadores estiverem apropriados desse conceito, como um dos principais subsídios de sua atuação, mais condições terão de identificar práticas correlatas à convivência com o Semiárido, passíveis de serem sistematizadas e disseminadas, tanto entre agricultores e agricultoras, quanto em espaços mais diversos da sociedade em geral.

#### **4.1.2 - A Comunicação popular: como as comunicadoras e os comunicadores se apropriam**

Na análise do conceito de comunicação popular segundo as comunicadoras e os comunicadores populares percorreu-se um caminho semelhante àquele feito na ocasião de analisar o entendimento que esses sujeitos tiveram do conceito de convivência com o Semiárido. Nesse sentido, a nuvem de palavras abaixo foi elaborada também visando ajudar a refletir sobre a compreensão das comunicadoras e comunicadores sobre a comunicação popular.



informações e experiências com agricultores e agricultoras, e influencia na forma de apresentação e de disseminação destes conteúdos.

A formulação do conceito de comunicação popular foi, para comunicadoras e comunicadores, um aprendizado diretamente relacionado à sua prática. Não necessariamente sendo apresentado nas entrevistas a partir de uma referência teórica. Assim, sua percepção de comunicação popular é influenciada pela sua história de vida e trajetória profissional; grau de abertura para uma proposta diferenciada de intervenção, em relação a veículos de mídia convencional e pelo próprio entendimento do seu papel na ASA.

O ideal de comunicação popular não é algo dado. Varia muito de proposição e posicionamento político. De forma geral, eu entendo comunicação popular como um processo de apropriação das ferramentas, dos meios de comunicação. Dentro da realidade do Semiárido é como tirar dessa plateia milhões de famílias que consomem uma comunicação dada por outros atores que não tem nada a ver com a plateia e fazê-la ocupar o palco. E transformar o grande teatro que é o nosso país em grande palco. A comunicação popular se propõe a inverter toda uma lógica. É um próprio caminho de consolidação do sentimento de identidade. O desafio do meu trabalho é entender esse conceito dentro de mim, enquanto comunicador popular, materializar isso prática, no dia a dia do trabalho. (Comunicador 9, informação verbal).

O grande desafio para o comunicador popular, cuja prática se aproxima do que Peruzzo chamou de popular-alternativo é que a apropriação deste conceito permita vivenciar o desafio de, atuando no âmbito institucional de ONGs e organizações afins, não necessariamente falar de vivências pessoais ao produzir seu conteúdo comunicacional, como é o caso dos comunicadores da ASA, reconhecer nos agricultores, agricultoras do Semiáridos os reais agentes da mudança a que se busca com as ações e práticas ligadas à convivência. Despindo-se, portanto, de seu lugar de notório saber no âmbito das técnicas e formas, reconhecido institucionalmente, para dar vazão à construção conjunta do conhecimento.

É a oportunidade de disseminar as informações verdadeiras. De dentro pra fora, construída junto com as pessoas que vivem no Semiárido, comunicação que valorize e que tem um objetivo comum. Não que as outras não tenham, mas a comunicação popular tem um objetivo mais verdadeiro, mais sincero, e sem segundas intenções. (Comunicadora 1 informação verbal).

A comunicação popular, para os comunicadoras e comunicadores ainda se traduz com muita força na noção de “dar a voz” a agricultores e agricultoras, valorizando suas experiências, de forma que são aqueles os sujeitos que identificam tais experiências e as sistematizam. Organizar a forma de contar uma história, e recontá-la em uma perspectiva de valorização dessa realidade.

A comunicação popular é, antes de tudo, a ação de sistematizar histórias de famílias, agricultores experimentadores, perpetuar boas ideias de convivência com o Semiárido. É um grande avanço no campo da comunicação. (Comunicador 11, informação verbal).

Para as comunicadoras e comunicadores populares faz parte da prática de comunicação popular o contexto de sensibilização das famílias do campo, contribuindo para que elas possam reconhecer o ambiente e as experiências que desenvolvem, como promissoras oportunidades de reorientar o olhar sobre o Semiárido.

Avanço maior ainda quando percebemos que os agricultores tinham a necessidade de um acompanhamento mais próximo, uma sensação de valorização da sua história, das suas ideias, da sua horta, suas criações... A comunicação popular é isso, promover histórias, perpetuar bons exemplos, valorizar as conquistas, as evoluções, as pessoas, dar importância e visibilidade aqueles que compõem o Semiárido. (Comunicador 8, informação verbal).

Várias das pessoas entrevistadas reconhecem a comunicação popular como advinda do universo dos movimentos sociais, e fazem relação destes movimentos com os públicos envolvidos nas lutas sociais, em especial as lutas do campo – quando destacam: sem-terra, agricultores e agricultoras, como sujeitos participantes da construção desta forma de se comunicar.

Sempre militei onde os movimentos sociais pudessem ter voz nos meios de comunicação. Isso fez criar uma rede de comunicação popular nos municípios da diocese. Por exemplo, sindicato de trabalhadores rurais, associações de pescadores. Eu entrava nesse meio e tentava entender as necessidades. Precisava que essas populações tivessem voz. [...] Foi aí que a ação política fez com que eu adentrasse na comunicação popular. Hoje, eu vejo como uma necessidade dar voz a comunidades que vivem, por exemplo, em fundo de pasto. É com esse público que eu entendo a ação da comunicação popular. Porque a mídia convencional aqui só fala do que se produz manga, uva, como frutas para exportação. (Comunicador 5)

Os valores da comunicação popular, incorporados pelos profissionais pesquisados, estão apresentados também em seus discursos sobre outros temas (trajetória individual, conceito de convivência com o Semiárido etc.). “[...] a comunicação consegue agregar várias áreas, a rede de comunicadores trouxe a comunicação como direito humano, relacionando com vários outros direitos” (Comunicador 12, informação verbal).

A essência da ideia de popular é apropriada como sinônimo de acessível, de relação horizontalidade com a população do Semiárido, acaba sendo um importante valor agregado, em relação aos valores pessoais que cada sujeito traz em sua bagagem, e ao acúmulo técnico presente nos profissionais, ficando, mais uma vez, clara a relevância da dimensão humana no perfil deste sujeito.

Há comunicadoras e comunicadores que encaram a comunicação popular como uma proposta voltada à transformação social. Assim, ao comungar com esta ideia, o trabalho é estimulado a assumir características de militância, o que é incorporado por alguns profissionais, visando contribuir com a participação em ações em prol de um ideal social: a afirmação do valor do Semiárido e de seu povo. Talvez por isso, muitas vivências militantes e/ou ativistas se apresentam como valor agregado à experiência do profissional, a exemplo de participações em Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s, além de experiências com sindicatos, ou atuação em outras ONGs.

[...] tenho 18 anos de trabalho em ONGs e acho importante reafirmar a inclusão social que a ASA faz no campo. (Comunicador 5);

Desde que percebi como se trabalhava comunicação na ASA eu vi que são espaços que procuram lutar para que as pessoas tenham direito a voz. Se compararmos com a grande mídia, que é para onde a maioria dos jornalistas migra quando se forma, a gente sabe que a proposta de comunicação das entidades da ASA é diferente. Enquanto nos meios de comunicação formais, o jornalista está brigando pelo seu espaço, a nossa comunicação vai para uma via contrária, que é uma via em que a figura do comunicador está ali como alguém que vai prestar um serviço. Se consegue perceber a dimensão social da comunicação na forma como a ASA trabalha a comunicação, e isso é uma das motivações. (Comunicador 12, informação verbal).

No contexto do valor agregado à noção de comunicação popular entram outros conceitos, apropriados pelas comunicadoras e comunicadores, dentre os quais

merece destaque a comunicação como direito humano. Para muitas das pessoas entrevistadas, estes conceitos se materializam quando as populações podem divulgar suas experiências em favor da convivência com o Semiárido, conduzindo a um reposicionamento da compreensão da comunicação, para além da sua instrumentalidade técnica para se acessar direitos, mas do seu papel político, promovendo possibilidades de expressão e de participação cotidiana, conectadas com sua realidade.

A comunicação como direito humano aparece sob duas perspectivas: a do reconhecimento de sua importância, inclusive a partir de pautas trazidas pelas próprias comunicadoras e comunicadores para a gestão da ASA; e da intenção da própria gestão da ASA de aprofundar o tema no seu debate interno. Essas duas perspectivas dialógicas contrapõem à ideia da comunicação apenas como ferramenta, mais uma vez trazendo elementos que inscrevem o tipo de comunicação popular desenvolvida pela ASA no que Peruzzo (2009) caracteriza como popular-alternativo. Mesmo que a própria ASA, enquanto gestão assuma que não se atém a um marco teórico de comunicação popular pré-determinado, mas se posiciona como disposta de uma clareza quanto ao – para que – se faz a comunicação da maneira que se faz. O que se pretende aprofundar a partir do deflagrar da construção de sua política de comunicação.

A ASA está trabalhando a formulação de sua política de comunicação. Se pode falar que se está trabalhando com algumas concepções em relação à comunicação. E quando se está falando na ASA, tem que entender que há uma diferença muito grande, porque ela pressupõe a diversidade, inclusive de compreensões. Há estados que mais inseridos em uma reflexão voltada para comunicação popular, e outros que presos à comunicação mais instrumentalizada. Basicamente é uma comunicação que pretende promover a mobilização social, fazendo com que de fato seja popular, porque envolve as pessoas. Não se acredita em uma comunicação feita por uma pessoa específica. Todos somos comunicadores, quando estamos comunicando uma perspectiva de desenvolvimento diferenciado no Semiárido. (Gestora 1, informação verbal).

#### 4.2 O PAPEL DAS COMUNICADORAS E COMUNICADORES POPULARES

Entre os fatores que influenciaram na contribuição das comunicadoras e dos comunicadores populares para o fortalecimento do conceito de convivência com o



Semiárido esteve a apropriação que estes tinham de seu papel na ocasião da pesquisa. A percepção do seu papel teve a ver com a forma como se denominaram no exercício das suas atribuições e no reconhecimento destas; e na relação que estabelecem com a ASA em suas diversas instâncias, em especial com outras comunicadoras e comunicadores e com a ASACom, enquanto sujeitos mais próximos de sua ação, e com os próprios agricultores e agricultoras, durante as atividades em campo.

A pesquisa não investigou com profundidade como as comunicadoras e comunicadores dialogam com as ONGs articuladas à ASA que os contratam, ou com as instâncias estaduais de gestão da ASA. A fragilidade de um olhar sobre esses dois segmentos é uma das justificativas para que não se tenha aprofundado a dimensão de rede, que faz parte da dinâmica dos comunicadores, já que, na perspectiva coletiva estes se articulam na chamada – Rede de Comunicadores Populares da ASA. Assim, eventualmente mencionaremos elementos ligados à rede de comunicadores, levando em conta os conteúdos que possam contribuir com os objetivos aqui traçados.

Entretanto, mesmo não tendo aprofundado a relação entre os comunicadores, as comunicadoras e as entidades contratantes, as observações realizadas nos eventos, e pontuações em algumas entrevistas permitiram refletir a importância do papel das ONGs contratantes na composição desse elo que estabelece a condição de rede, da ASA e até mesmo na chamada rede de comunicadores. As ONGs são, ou deveriam ser, corresponsáveis juntamente com a ASA e com a ASACom tanto pela sensibilização do comunicador e da comunicadora no que diz respeito ao conteúdo e às abordagens metodológicas no trabalho com famílias agricultoras, quanto na promoção de condições adequadas para que o comunicador e / ou a comunicadora se apropriem do seu papel.

Existem perfis diferenciados de ONGs que compõem a ASA e que participam do programa P1+2, recebendo portanto, comunicadoras e comunicadores populares entre seus quadros. A estrutura maior em termos de intervenção, de orçamento e de recursos humanos, pode representar tanto aspectos favoráveis, à medida que os papéis podem ficar mais claros para esses sujeitos, como pode significar ainda o risco de os comunicadores e/ou as comunicadoras possam ser assoberbados com demandas e dinâmicas institucionais, de forma que as atribuições mais específicas e ligadas à ação direta da ASA são cumpridas de forma pontual.

A relação das ONGs com os espaços de representação estadual da ASA, que são popularizadas sob a expressão: ASAs estaduais também é um fator que pode favorecer ou fragilizar a assimilação, de maneira mais ampla, da noção de comunicação na perspectiva do seu potencial político, mais que apenas como uma ferramenta.

A clareza institucional das ONGs sobre o seu lugar na rede, em diversos âmbitos territoriais, o lugar do comunicador e da comunicadora popular na intersecção de relações entre a ASA e a instituição contratante, são elementos que dialogam com a própria maturidade e clareza presentes na atuação da comunicadora ou do comunicador, o que fica visível em uma reflexão que aponta que

“(…). Aqui eu faço a comunicação, mas faço mais a comunicação estadual da ASA. Desde que eu entrei me coloquei nessa posição. Faço a alimentação de site, mas não tenho a dinâmica, de estar buscando notícias, fazendo clipagem, porque pela minha formação eu não me permiti a fazer esse papel. (Comunicadora 01).

O aspecto da forma como as comunicadoras e comunicadores se autointitulam é algo que chama a atenção, por sintetizar elementos e símbolos do papel que estes desempenham. Nesse sentido, a nuvem de palavras apresentada a seguir chama a atenção para as terminologias que se destacaram nas entrevistas e observações.

Figura 04 – Nuvem de Palavras sobre o papel das comunicadoras e comunicadores populares



Fonte: arquivo pessoal

A dimensão da contação de histórias se define, num sentido estrito, na necessidade de perpetuar o imaginário individual ou coletivo, ligando o mundo de fora ao mundo de dentro, como também um instrumento que operacionaliza o acesso aos diferentes níveis de realidade (BUSSATO, 2010). Alguns comunicadores se posicionam a partir dessa referência quando falam de suas atividades, em função de já terem vivido experiências pedagógicas com a contação de histórias, e ao mesmo tempo por não terem a formação em comunicação social, de forma que o lugar de contador de histórias funciona como um qualitativo, um valor agregado ao exercício de seu papel. Nesses casos, ficou claro que lhes parece uma posição mais confortável, diante da forma de elaborar os produtos que lhes são cabíveis.

Minha formação não é em comunicação, passei a ser comunicadora por ser educadora popular. Eu sou contadora de histórias. Contamos as histórias através do [Boletim] O Candeeiro.(Comunicadora 1, informação verbal).

Ao mesmo tempo, a ASA reafirma esse papel do “contador de história” à medida que reconhece que cabe às comunicadoras e aos comunicadores a função de contribuir para o recontar a história do Semiárido brasileiro, a partir das experiências positivas de agricultores, agricultoras e suas famílias. Um recontar que se dá, antes de tudo a partir da escuta dessas histórias e da apropriação dessa experiência, pautada no desafio de – escutar – apropriar-se – traduzir, em um produto que apresente ao mesmo tempo clareza e fidelidade ao lugar de protagonismo que se espera ser dado aos agricultores e agricultoras, como as verdadeiras vozes do Semiárido.

O papel de contadores de história, expressado durante as entrevistas e observações, dialoga claramente com a dimensão da sistematização, a partir do seu significado para esta pesquisa, presente no primeiro capítulo. A menção à sistematização foi associada a uma das funções dos comunicadores populares, numa referência mais específica à elaboração dos boletins periódicos – “O Candeeiro”.

A denominação – comunicador popular, embora tenha aparecido com frequência nas respostas, foi assumida por poucos comunicadoras e comunicadores como identidade principal. A identificação mais subjetiva (como sistematizador ou contador de histórias), em muitos casos aliou-se às funções ocupadas nas instituições

pelas quais são contratados (assessora /assessor, responsável por comunicação, etc.). Não ficou claro se essa pouca ênfase ao papel de comunicador popular, como parte de sua identificação, se deveu ao fato de já se saber previamente que todos e todas ali assumem tal função.

A identidade de comunicador e comunicadora popular, no caso da ASA, assume sentidos distintos, influenciados por referenciais conceituais, valores políticos, pela diversidade de realidades nos territórios e estados onde a ASA atua, pelas atribuições desenvolvidas e pelas relações com os demais “nós” da rede, desde suas instâncias de gestão a nível nacional, passando pela representação da ASA em cada estado, e por fim, as ONGs articuladas, responsáveis pelo contrato das comunicadoras e comunicadores.

Os enfoques trazidos pelos comunicadores e populares, no que tocou à sua identidade, não se trataram de aspectos estanques, ou excludentes. Foi possível inferir que se referem a características complementares que compõem seu papel, como foi sintetizado no quadro a seguir, estabelecendo-se um paralelo entre os enfoques de atividades desenvolvidas e as tarefas desempenhadas, a comunicadores partir das descrições realizadas.

**QUADRO 09- PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS COMUNICADORES POPULARES**

<b>Enfoque das Atividades (processo de atuação das comunicadoras e comunicadores populares)</b>	<b>Principais atividades mencionadas nas entrevistas</b>
<b>Mobilização para captação da informação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhamento das famílias beneficiadas com tecnologias de convivência com o Semiárido. (cisternas, bancos de sementes, etc.)</li> <li>• Acompanhamento dos técnicos de campo (de outras temáticas – assistência técnica rural, educação contextualizada, agroecologia, etc.)</li> <li>• Acompanhar a visitas de intercâmbio entre agricultores de comunidades, municípios diferentes.</li> </ul>

<b>Sistematização</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produções dos banners.</li> <li>• Confeção de adesivos, peças institucionais: (“<i>folders</i>”, cartazes, etc.).</li> <li>• Produção de programas de rádio.</li> <li>• Elaboração de cadernos de experiências.</li> <li>• Produção de matérias para mídia.</li> <li>• Produção de boletim estadual.</li> <li>• Registro audiovisual.</li> <li>• Elaboração dos boletins “O Candeeiro”.</li> </ul>
<b>Disseminação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação e alimentação de página em redes sociais. (<i>Face book</i>).</li> <li>• Contribuição com o site da ASA.</li> <li>• Alimentação de site.</li> <li>• Atualização de blogs.</li> </ul>
<b>Formação e capacitação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação nos Encontros da ASA.</li> </ul>

**Fonte:** Elaboração própria.

As descrições de atividades e etapas do fazer comunicativo de comunicadoras e comunicadores populares apresentadas no quadro acima, abriram espaço para as particularidades sobre o modo como essas tarefas são desenvolvidas, e as diferentes dimensões assumem nas interlocuções entre a ASA/ASACom e suas entidades contratantes. Tal fato influencia o sentimento de pertencimento e a relação com a ASA, com a organização de origem de cada profissional, bem como a visão sobre a sua contribuição para a consolidação do ideário que compõe a convivência com o Semiárido. “Aqui eu faço a comunicação, mas faço mais a comunicação estadual da ASA. Desde que eu entrei me coloquei nessa posição.” (Comunicadora 1, informação verbal).

As comunicadoras e os comunicadores dialogam com outros profissionais das ONGs onde estão inseridos, ampliando sua participação na dinâmica institucional. Ao mesmo tempo em que algumas comunicadoras e comunicadores fizeram uma leitura de que essa interlocução, acompanhada do apoio a outras demandas, pode gerar sobrecarga de trabalho, foi possível encontrar também uma interpretação de que essa possibilidade pode qualificar o seu trabalho, à medida que favorece a inserção em

atividades e espaços passíveis de ampliar o olhar sobre a ação desenvolvida, como formações, intercâmbios, seminários, sejam ou não parte específica dos projetos desenvolvidos em conjunto com a ASA.

[...] além de acompanhar diretamente as ações do P1+2, da ASA, tem os trabalhos de comunicação de outro projeto, e o que a entidade precisar na área de comunicação, criação de peças para outros programas, entrevistas, depende. (Comunicadora 06, informação verbal).

A exemplo da reflexão mencionada anteriormente, algumas comunicadoras e comunicadores expressaram que assumiam outras tarefas nas suas instituições de origem, para além das atribuições diretamente ligadas à ASA. Chamou atenção a leitura feita por cada profissional, de modo individualizado, sobre esta realidade.

Enquanto para uma parte das pessoas entrevistadas registrou-se uma segregação entre papéis e funções, no que concerne ao que “pertence” à ASA e ao que “pertence” à organização.

[...] eu apenas cumpro as metas dos projetos. Elaboro os produtos (boletins e banners) junto com os agricultores. Todas as outras ações que desenvolvo, inclusive de mobilização ou trabalho com mídias sociais, oficinas, etc., são muito mais institucionais do que enquanto comunicadora popular da ASA. (Comunicadora 4, informação verbal).

Outras participantes da pesquisa entenderam que, uma vez sendo as demandas voltadas para o desenvolvimento do Semiárido, não há sentido em promover uma separação entre a contribuição dada dentro da instituição, e a contribuição ligada à ASA, de maneira mais ampla, pois de quaisquer das formas se está contribuindo para a convivência com o Semiárido.

[...] é importante que as pessoas que trabalham na comunicação enxerguem a convivência com o Semiárido como um todo. Então o projeto de comunicação da ASA é interessante para isso. E o que a organização faz “individualmente” não pode estar separado, e acaba subsidiando as informações para a ASA. (Comunicador 05, informação verbal).

Foi visível a referência à importância de se fortalecer a interlocução entre as diversas instâncias de gestão da ASA (espaços de gestão nacional, estaduais,

chegando, na medida do possível, diretamente às instituições articuladas que abrigam comunicadoras e comunicadores) no que toca ao debate da comunicação promovida pela ASA de forma mais ampla, e chegando-se até a atuação das comunicadoras e comunicadores populares.

Nesse sentido, uma solução que a gestão da ASA vem apontando, é fortalecer, cada vez mais, a garantia de liberação completa das comunicadoras e comunicadores populares, para as atividades específicas aos projetos que a organização contratante desses profissionais executam em parceria direta com a ASA.

Temos hoje 75 comunicadores/as populares liberados pela ASA, a meta é chegarmos a 120. O MST tem 10 pessoas liberadas para fazer comunicação. Estamos aqui para além do cumprimento de metas, mas precisamos pensar nisto enquanto militância. O que significa esta capilaridade? (Gestora 1, informação verbal).

Se as atribuições e o papel das comunicadoras e comunicadores populares não forem devidamente apropriados, tanto pelas entidades contratantes quanto pelas diferentes instâncias de gestão da ASA, há riscos de se gerar conflitos no sentimento de pertença daqueles sujeitos, incidindo especificamente nas atribuições e no exercício do seu papel enquanto comunicadoras e comunicadores, bem como no entendimento sobre sua ação. Quando as ações da ASA, de uma maneira mais ampla, não são internalizadas também como parte da ação institucional, é difícil para o comunicador contar com o apoio da instituição na relação entre suas práticas institucionais e as ações a serem desenvolvidas no âmbito das práticas fomentadas pela ASA.

As análises feitas consideraram todo o tempo, o caráter de intersecção entre relações, papéis e atribuições, pelas quais perpassam as comunicadoras e comunicadores populares no exercício de suas funções cotidianas, entendendo que elementos como: identidade, apropriação conceitual das referências que norteiam suas práticas e clareza do seu papel são fatores que permitem uma efetiva contribuição para a consolidação do conceito de convivência com o Semiárido, enquanto paradigma em transição. Ao mesmo tempo, não se trata de ter todos esses elementos funcionando de maneira alinhada, mas podendo transitar de acordo com o que a realidade apresenta, em seus aspectos favoráveis e suas tensões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que gerou essa dissertação teve por questão central investigar qual a contribuição das comunicadoras e comunicadores populares da ASA para o fortalecimento do conceito de convivência com o Semiárido?

Partiu-se da compreensão de que o perfil das comunicadoras e comunicadores populares, enquanto principal sujeito da pesquisa, bem como a apropriação das ideias chaves que norteiam sua prática, entendidas aqui como: convivência com o Semiárido e comunicação popular e, por fim, a clareza que têm sobre seu papel no âmbito da ASA, são fatores determinantes para que sua contribuição possa fortalecer, nos espaços em que interagem, o conceito de convivência com o Semiárido, enquanto um paradigma em transição.

Para responder a questão de pesquisa lançada, estabeleceu-se como objetivo geral **analisar a contribuição das comunicadoras e comunicadores populares da ASA, para o fortalecimento do conceito de convivência com o Semiárido**. Objetivo este, cujo alcance prescindiu de um percurso formado por três objetivos específicos, quais foram:

- 4 Conhecer o perfil das comunicadoras e comunicadores populares da ASA;
- 5 Investigar a apropriação das comunicadoras e comunicadores populares sobre os conceitos de convivência com o Semiárido e comunicação popular.
- 6 Analisar o papel das comunicadoras e comunicadores populares na ASA;

O caminho metodológico adotado centrou-se no universo da pesquisa qualitativa, a partir da abordagem de estudo de caso, privilegiando o levantamento



documental, a observação e entrevistas semiestruturadas como técnicas de coleta de dados. Tal opção ocorreu pela compreensão de que o ambiente da ASA, bem como a inserção das comunicadoras e comunicadores neste espaço têm suficiente amplitude para trazer respostas passíveis de serem compatibilizadas com realidades afins.

No âmbito do perfil das comunicadoras e comunicadores, pode-se afirmar a presença de um perfil jovem, com significativa presença de pessoas em busca de consolidação de suas trajetórias profissionais. Entretanto, esse aspecto não descarta a diversidade de características pessoais e percursos profissionais, visões de mundo e formas de olhar e se relacionar com o universo do campo, que conduziu cada uma e cada uma essa experiência.

Ficou ainda evidente que seu perfil influencia na forma como estes sujeitos se apropriam da realidade do Semiárido, enquanto cenário de sua intervenção, e pesquisas futuras podem aprofundar essa questão, buscando identificar como se estabelecem as relações entre famílias agricultoras do Semiárido e os comunicadores populares, enquanto sujeitos que, por suas atribuições, identificam nas experiências das populações do campo, práticas que validam a construção de uma nova imagem para o Semiárido brasileira, minimizando os estereótipos construídos historicamente, em função do imaginário da seca.

Ainda sobre o perfil das comunicadoras e dos comunicadores, em diversas situações a pesquisa encontrou aquelas e aqueles que defendem a importância de articular habilidades técnicas, sensibilidade política e características pessoais, para um bom desempenho de suas atribuições. Sendo que esses dois últimos aspectos foram avaliados pelos próprios comunicadoras e comunicadores, assim como pela gestão da ASA como determinantes, ao passo que as habilidades técnicas são compreendidas como um conjunto de condições que podem ser apreendidas a partir das orientações, de inserção nos espaços formativos e até mesmo da interlocução cotidiana com outros comunicadores.

A ação das comunicadoras e dos comunicadores populares também é influenciada pela forma como cada qual internalizou os conceitos de convivência com o Semiárido e de comunicação popular.

A assimilação do conceito de convivência com o Semiárido pelas comunicadoras e comunicadores populares se deu a partir de dois enfoques: o primeiro foi o reconhecimento dos territórios, em suas características comuns do ponto de vista ambiental, histórico, cultural e político. O segundo enfoque relacionou-se com o potencial de transformação que esses territórios guardam, e que as práticas de convivência com o Semiárido, em suas diversidades, materializam. Assim, o significado dado à convivência com o Semiárido, figura entre um dos principais determinantes da escolha das experiências de agricultores e agricultoras que serão sistematizadas e disseminadas por esses sujeitos, bem como da opção política por valorizar práticas exitosas no seio dessas experiências.

Ainda que a ASA referende que não há uma preocupação com uma apropriação teórico-conceitual da ideia de comunicação popular, os resultados da pesquisa levaram à compreensão de que a utilização dessa nomenclatura para qualificar a prática de tais sujeitos, diz de um querer fazer político pedagógico calcado em sentidos e valores que se aproximam do que foi denominado por Círculo Peruzzo como – popular-alternativo, noção que ganha visibilidade entre as décadas de 1990 e 2000, e que se relaciona a uma atuação mais flexível e considera a variedade de segmentos com os quais a sociedade civil dialoga.

Nessa perspectiva é possível e legítimo incluir outros sujeitos na comunicação desenvolvida pelos comunicadores e comunicadoras populares e direcionada pela ASA. Além dos agricultores e agricultoras, permeiam o cenário de tais práticas equipes de gestão das ASAs estaduais, e equipes das ONGs contratantes dos comunicadores, enquanto agentes que também influenciam na forma como os valores da comunicação popular são apropriados e colocados em prática.

O papel das comunicadoras e comunicadores populares sofre interferência de uma diversidade muito grande de variáveis. A pesquisa privilegiou analisar essa apropriação à luz das atividades que desenvolvem, o que se deu com base nas seguintes dimensões:

- 7 Captação da informação: parte da identificação de experiências de convivência com o Semiárido, estabelecida tanto pela via do contato direto com agricultores e agricultoras, como através da participação em espaços coletivos voltados para

essas populações, como intercâmbios, seminários, etc., e promovidos pelas ASA's estaduais, ou pelas próprias instituições às quais estão vinculados.

- 8 Sistematização: que significa a organização da informação, dentro do desafio de manter a fidedignidade ao agricultor, e a linguagem compatível com os formatos propostos, privilegiando a síntese do que a experiência privilegia como aprendizado.
- 9 Disseminação: se relaciona tanto com materiais produzidos especificamente pela ASA, como pela contribuição que diversos comunicadores trazem para a própria ação comunicacional da instituição em que se encontram vinculados.
- 10 Formação: espaços promovidos pela ASA e que permitem a inserção das comunicadoras e comunicadores populares, onde, ao mesmo tempo em que elas e eles acessam conteúdos técnicos e políticos que qualificam sua prática, também interferem politicamente no fazer comunicativo da ASA, levando temáticas e questões ligadas às suas necessidades, que ampliem a sua mirada política sobre a comunicação, a exemplo da pauta sobre comunicação como direito humano, que vem sendo incorporada pela ASA, em grande parte pela contribuição dos comunicadoras e comunicadores populares.

Estas quatro dimensões apresentadas constituem, em nossa análise, a contribuição das comunicadoras e dos comunicadores populares da ASA para o fortalecimento do conceito de convivência com o Semiárido. Em termos mais imediatos, poder-se-ia dizer que operacionalmente tal contribuição se estabelece à medida que esses sujeitos sistematizam e apoiam a disseminação de práticas exitosas ligadas à melhoria da qualidade de vida nesses territórios e para suas populações. Nesse sentido, constitui-se o comunicador e a comunicadora popular como um elo importante ao fortalecimento da identidade de rede da ASA, à medida que sua ação permite intermediar informações e conteúdos entre as ONGs locais, a ASACom e as ASAs estaduais.

Em outro campo, a interface direta desses sujeitos, comunicadoras e comunicadores populares, com famílias agricultoras e grupos produtivos do campo, dentro de um processo de identificação de experiências, escolhas temáticas, sistematizações e disseminação, permite o estabelecimento de uma troca constante de

saberes, que valoriza e favorece um reconhecer da autoestima dos povos do campo, por saber que suas vivências podem também influenciar realidades semelhantes em outros ambientes do Semiárido.

Do ponto de vista interno, e da relação com as demais instâncias da ASA, o grande mérito dos comunicadores e das comunicadoras se inicia com a absorção e apreensão da ideia de rede, já que acolhem, reconhecem a importância desse modelo, ainda que se reconheçam os limites apresentados no formato atual. Mas, para além disso a consolidação da figura das comunicadoras e dos comunicadores populares na ASA provocou a Articulação a olhar a comunicação desde sua dimensão política, o que ampliou a sua participação, inclusive em termos de conteúdos novos que passam a ser pauta nos espaços de gestão da ASA.

Embora se reconheça que a dinâmica de entender a comunicação como uma prática política, mais que meramente instrumental se encontra em construção, e assume tempos e processos diferentes nos estados e nas organizações, não havia fôlego institucional na gestão da ASA para o trato dessa questão, antes da chegada dos comunicadores e comunicadoras, e da legitimação do seu papel. Ainda que pontualmente se reconhecesse algum grau de sensibilização para o tema, principalmente em sujeitos mais diretamente implicados com as ações comunicacionais.

Foi nessa perspectiva que os comunicadores e as comunicadoras interferiram na possibilidade de se deflagrar um processo de revisão do lugar político da comunicação, influenciando direta e indiretamente na ruptura de estereótipos historicamente construídos sobre a região, complementando e corroborando com outras práticas comunicacionais desenvolvidas pela ASA.

Por fim, entendendo os recortes necessários a uma dissertação de mestrado, bem como os limites que se apresentam no transcurso da pesquisa, sugere-se que estudos futuros possam analisar a receptividade das famílias agricultoras aos processos implementados pelas comunicadoras e comunicadores populares, ou mesmo, em outro enfoque, como as instituições vinculadas à ASA interferem nas práticas das comunicadoras e dos comunicadores populares, fortalecendo o vínculo com agricultoras e agricultores, enquanto detentores de conhecimento, e favorecendo um maior protagonismo desses homens e mulheres, enquanto sujeitos centrais das ações para a convivência.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Juliana. **A importância da ECO 92 para a sustentabilidade corporativa.** Rio de Janeiro:2010. Disponível em: <<http://www.sustentabilidadecorporativa.com/2010/08/importancia-da-eco-92-para.html>>. Acesso em: 14/06.2014

ARMANI, Domingos. **Breve mapa do contexto das ONGs brasileiras.** Porto Alegre: [s.n], 1999. Disponível em: <[www.abong.org.br](http://www.abong.org.br)>. Acesso em: 12.04.2014

\_\_\_\_\_. **O futuro das ONGs.** Porto Alegre: [s.n.], 2013. Disponível em: <<http://domingosarmani.wordpress.com/2012/09/12/o-futuro-das-ongs/>>. Acesso em: 12.02.2014.

\_\_\_\_\_. **Sustentabilidade – desafio democrático.** Porto Alegre: [s.n.], 2006. Disponível em: <<http://institutofonte.org.br/colnteudo>>. Acesso em: 28 set. 2010.

ARAUJO, Margareth Panerai; ROSSI, Alberto de Souza. A comunicação e o desenvolvimento sustentável: caminhos da representatividade. **Revista Conexão – comunicação e cultura**, Caxias do Sul, v. 7 n. 13. Jan/Jun., 2008.

ARAÚJO, Inesita; CARDOSO, Janine M. **Comunicação e saúde.** Rio de Janeiro:SciELO: Ed. Fiocruz, 2007.

ARAÚJO. Inesita. **A reconversão do olhar.** São Leopoldo: Unissinos, 2000.

Articulação Semiárido Brasileiro – ASA. Oficinas regionais de comunicação - fotografia. **Relatório Síntese.** Recife: [s.n], 2013.

BARBOSA JUNIOR, Antenor Rodrigues. **Evapotranspiração – elementos de Hidrologia Aplicada.** [S.l.: s.n.]. Disponível em: <[http://www.em.ufop.br/deciv/departamento/~antenorrodriques/5\\_evapotranspiracao.pdf](http://www.em.ufop.br/deciv/departamento/~antenorrodriques/5_evapotranspiracao.pdf)>. Acesso em: 15.04.2014.

BARROS, Paula Franceschelli de Aguiar. **Estratégias de comunicação de ONGs em crise de imagem institucional.** 2010. .... f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)– Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2010.

BELTRÁN, Luiz Ramiro. Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, ano III, n. 6. set. 1981.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política.** Brasília: Editora UnB, 1999.

BROCHARDT, Viviane dos Santos. **Comunicação popular na construção de políticas de acesso à água no Semiárido**: a experiência da ASA. 2013. 231 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)–Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CAMPOS, J. N. B.; STUDART, T. M. C. Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções. In: *Dialógo interamericano de gerenciamento de águas*, 4., Foz do Iguaçu: ABRH, 2001.

CAMPOS, Roberio Telmo. KHAN, Ahmad Saed. Efeitos das secas sobre o pequeno produtor rural do Nordeste. 1989. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/4980>. Consultado em abril de 2014.

CÁRITAS BRASILEIRA. O Semiárido brasileiro. **[Anais]**. Brasília: [s.n.], 2003. Caderno 3.

CARVALHO, J. M. M.; EVANGELISTA, F. C. **Algumas considerações sobre o êxodo rural no Nordeste**. [S.l.]: Banco do Nordeste do Brasil, 2001. Disponível em: <[https://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede\\_Irrigacao/Docs/Algumas%20Consideracoes%20sobre%20o%20Exodo%20Rural%20no%20Nordeste.PDF](https://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irrigacao/Docs/Algumas%20Consideracoes%20sobre%20o%20Exodo%20Rural%20no%20Nordeste.PDF)>. Acesso em: 21.09.2014.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança** – movimentos sociais na era da internet. Trad. Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 2013.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez. 1995. Biblioteca da Educação – Série 1.

COELHO, Alita Barros. Terceiro setor: das questões (e imprecisões) conceituais à questão do voluntariado. **Caderno de Resumos do VII ENPESS**, Brasília, vol. II, p. 232-38, 2000.

COGO, Denise Maria. **No ar... uma rádio comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998.

CONTI, I.L. PONTEL, E. Transição paradigmática na convivência com o Semiárido. In: CONTI, I.L. SCHROEDER, E.O. (Org.). **Convivência com o Semiárido** – autonomia e protagonismo social. Brasília: IABS, 2013. Série Cooperação Brasil-Espanha.

COSTA, Luciana Miranda. **Comunicação & meio ambiente**: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo. Cortez. 1988.

DORNELLES, Beatriz. Divergências conceituais em torno da comunicação popular na América Latina. Porto Alegre. **Revista Nacional da Associação dos Programas de Pós-graduação em Comunicação**, Porto Alegre, PUC, 2007.

DUQUE, Ghislaine. DINIZ, Paulo César O. Intervenção da sociedade civil organizada com e para agricultura familiar no Nordeste Semiárido: a experiência da Articulação do

Semiárido. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Universidade de Campinas. São Paulo. 2003. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CDcQFjAB&url=http%3A%2F%2Ffojs.c3sl.ufpr.br%2Ffojs%2Findex.php%2Fmade%2Farticle%2Fdownload%2F13417%2F9043&ei=erCAU63VDtWrsATn74Aw&usg=AFQjCNGvY1-dP-KsUMqQzkCmwYx57KjP-g&sig2=Orp1DVUV6xkx35g-fLlilA>>. Acesso em: 24.05.2014.

FARAGO, Cátia Cilene. FONFOCA, Eduardo. **A análise de conteúdo na perspectiva de Bardin**: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações. Disponível em: <<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/007.pdf>>. Acesso em: 11.03.2014.

FETAPE. Diretrizes para a convivência com o Semiárido. Recife: FETAPE, 2013. Disponível em: <[www.fetape.org.br/imagens/documentos/Diretrizes.pdf](http://www.fetape.org.br/imagens/documentos/Diretrizes.pdf)>. Acesso em: 10.06.2014.

FIEIRA, C.; SANTOS, Z.M. Q.; BATISTA, K.M. **Desertificação**: causas e consequências no ambiente e a relação homem e meio. Fortaleza: UECE. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/geografia>>. Acesso em: 15.08.2014.

FISHER, Desmond. **O direito de comunicar**: expressão, informação e liberdade. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

GALINDO, Wedna (Org.). **Vozes da convivência com o Semiárido**. Recife: Centro Sabiá, 2013.

GARCÍA, Nestór C. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais no início do século XXI** – antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOMES, Gislene Moreira. **COMUNICAÇÃO, CULTURA E PARTICIPAÇÃO**: um olhar sobre o uso da comunicação na construção da gestão participativa do desenvolvimento nos territórios do Sisal e Baixo Sul da Bahia. 2005. TCC. (Especialização em Gestão Social para o Desenvolvimento Sustentável)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

GOMES, R.A.L. **A comunicação como direito humano**: um conceito em construção. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

JUSTO, Ana Maria; CAMARGO, Brígido Vizeu. Iramuteq. –um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas Psicol.**, Ribeirão Preto, vol. 21 n.2, dez. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>>. Acesso em: 23.06.2014.

HENRIQUES, Márcio Simeone. **Comunicação e estratégia de mobilização social**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Tradução Maria Viviana V. Resende. 2. ed. Brasília: MMA, 2006. 128 p. Série Monitoramento e Avaliação, 2.

LIMA, T.C.S; MIOTO, R.C.T; DAL PRA, K.R.A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 6. n. 1. p. 93-104. jan/jun.2007. Disponível em: <[http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view\\_File/1048/3234](http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view_File/1048/3234)>. Acesso em: 17.10.2014.

MACEDO, Odomaria Rosa Bandeira. **A convivência com o Semiárido**: desenvolvimento regional e configuração do local no projeto do IRPAA. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

MACIEL, Suely. História de vida de comunicadores populares: relato de uma experiência em rádio livre. **Revista PJ:BR Jornalismo Brasileiro**. 7. ed. São Paulo: USP, 2006.

MALVEZI, Roberto. **Semi-árido**: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007.

NOBRE, Paulo. Mudanças climáticas e desertificação – os desafios para o Estado Brasileiro. In: MARIN, A.M.P; LIMA, R.C.C; CAVALCANTI, A.M.B. (Org.). **Desertificação e mudanças climáticas no Semiárido brasileiro**. Campina Grande: INSA, 2011.

MEIRELLES, Maria Cristina. **Conhecimento e prática social**: a contribuição da sistematização de experiências. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MENDONÇA, Marcelo Teles de. **A participação em canais institucionais**: a experiência com o Plano Diretor da Cidade do Recife. 1995. Tese. (Mestrado em Serviço Social)–UFPE, Recife, 1995.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, **Relatório Final Grupo de Trabalho Interministerial para Redelimitação do Semiárido Nordestino e do Polígono das Secas**. Brasília. 2005.



MORAES, Denis. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia – a contribuição teórica de Gramsci. **Dossiê Comunicação e Política**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/clacso/gt/20101018015333/cecena.pdf#page=15>>. Acesso em: 23.06.2014.

MOREIRA, Gislaine. **El realismo fantástico de las políticas públicas de comunicación para el desarrollo en América Latina**. [S.l.:sn.] Disponível em: <[https://www.academia.edu/215210/El\\_realismo\\_fantastico\\_de\\_las\\_politicas\\_de\\_comunicacion\\_para\\_el\\_desarrollo\\_en\\_America\\_Latina](https://www.academia.edu/215210/El_realismo_fantastico_de_las_politicas_de_comunicacion_para_el_desarrollo_en_America_Latina)>. Consultado em 10.06.2014>.

OLIVEIRA, Almir A. Observação e entrevista em pesquisa qualitativa. **Revista FACEVV**, Vila Velha, n. 4, p. 22-27, jan./jun., 2010. Disponível em: <<http://www.facevv.edu.br/Revista/04/OBSERVA%C3%87%C3%83O%20E%20ENTREVISTA%20EM%20PESQUISA%20QUALITATIVA%20-%20almir%20almeida.pdf>>. Acesso em: 10.08.2014.

PERUZZO. Cicilia M. Krohling. Aproximações entre comunicação popular e comunitária, e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 31., 2008, **[Trabalhos publicados]**. Natal: UFRN/InterCom, 2008. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2108/1247>>. Acesso em: 11 de junho de 2014.

\_\_\_\_\_. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso na pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, Londrina, n. 114. p. 179-95, 2001.

POLITO, André Guillerme. **Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa**. 5ª. Ed. São Paulo. Editora Melhoramentos. 2009.

QUEIROZ D.T.; VALL J.; SOUZA A.M.A.; VIEIRA N.F.C. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área de saúde. **R. Enferm.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-83, abr/jun., 2007. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v15n2/v15n2a19.pdf>>. Acesso em: 08.06.2014.

RIBEIRO, Sâmbara Paula Francelino. **Parceria: os caminhos da relação entre o poder público estatal e as ONGs**. 2000. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

RIBEIRO, Leila. **Construção de conhecimento no terceiro setor**. [S.l.:s.n]. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000805/01/T153.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

ROESE, Mauro. **AMetodologia do Estudo de Caso**. Cadernos de Sociologia. Porto Alegre, v.9, p.189 -200

SANTOS, L.F.P. **No balanço da rede**: formação e atuação das redes de organizações não governamentais. 2008. TCC (Especialização)–Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2008.

SUASSUNA, João. **Semiárido**: proposta de convivência com a seca. [S.l.]:Fundação Joaquim Nabuco, 2002. Disponível em:<<http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=comcontent&id=659&Itemid=376>>. Acesso em: 12.04.2014.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Na ora de contribuir com o social, o que abrir**: uma ONG ou uma OSCIP? [S.l.: s.n]. Disponível em:<<http://www.sebrae.com.br/uf/amapa/abra-seu-negocio/uma-ong-ou-uma-oscip#.U06QIfldXT8>>. Acesso em: 16.04.2014.

SENADO FEDERAL. **Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta**: desenvolvimento sustentável dos países. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>>. Acesso em: 16.04.2014.

SILVA. Alamo Pimentel Gonçalves da. **O elogio da convivência e suas pedagogias subterrâneas no Semiárido brasileiro**.2002. Tese. (Doutorado em Educação)–Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Brasília. 2006. Tese. (Doutorado)–Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

\_\_\_\_\_. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o Semiárido. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 339-60, jan./dez. 2003.

TAUK, Salett. Receptores imaginados: os sentidos do popular. In: Encontro da Compos, 16., 2008, São Paulo. **[Trabalhos publicados]**. São Paulo, UNIP, 2008.

VARGAS, José, **Sociologia**. [S.l.]: Porto Editora, 2002.

VERGARA, Silvia Constant. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 761-65, jul./ago., 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/rac>>. Acesso em: 10, jun. 2014.

WENDHAUSEN, Henrique. **Comunicação e mediação das ONGs**: uma leitura a partir do canal comunitário de Porto Alegre. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. Coleção Comunicação 26.

## **ANEXOS**

## ANEXO A – CARTA DE PRINCÍPIOS ASA

São membros ou parceiros da ASA todas as entidades ou organizações da sociedade civil que aderem à "Declaração do Semiárido" (Recife 1999) e a presente Carta de Princípios;

1. A Articulação Semiárido (ASA) é o espaço de articulação política regional da sociedade civil organizada, no Semiárido brasileiro.
2. A ASA é apartidária e sem personalidade jurídica, e rege-se por mandato próprio; respeita totalmente a individualidade e identidade de seus membros e estimula o fortalecimento ou surgimento de outras redes de nível estadual, local ou temático, adotando o princípio de liderança compartilhada;
3. A ASA se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares, baseado em: a) a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido; b) a quebra do monopólio de acesso a terra, água e outros meios de produção - de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do Semiárido;
4. A ASA busca contribuir para a implementação de ações integradas para o semi-árido, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam nos níveis locais; apoia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o Semiárido;
5. A ASA se propõe a sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do Semiárido;
6. A ASA busca contribuir para a formulação de políticas estruturadoras para o desenvolvimento do Semiárido, bem como monitorar a execução das políticas públicas;

7. A ASA se propõe a influenciar os processos decisórios das COPs - Conferências das Partes da Convenção de Combate à Desertificação, das Nações Unidas, para fortalecer a implementação das propostas da Sociedade Civil para o Semiárido, e busca articular-se aos outros Fóruns Internacionais de luta contra desertificação.

Igarassú (PE), 15 de fevereiro de 2000.

## **O Semiárido TEM DIREITO A UMA POLÍTICA ADEQUADA!**

### **Depois da Conferência da ONU, a seca continua**

O Brasil teve o privilégio de acolher a COP-3 - a terceira sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação. Esse não foi apenas um momento raro de discussão sobre as regiões áridas e semiáridas do planeta, com interlocutores do mundo inteiro. Foi, também, uma oportunidade ímpar para divulgar, junto à população brasileira, a amplitude de um fenômeno mundial "a desertificação" do qual o homem é, por boa parte, responsável e ao qual o desenvolvimento humano pode remediar. Os números impressionam: há um bilhão de pessoas morando em áreas do planeta susceptíveis à desertificação. Entre elas, a maioria dos 25 milhões de habitantes do Semiárido brasileiro.

A bem da verdade, a não ser em momentos excepcionais como a Conferência da ONU, pouca gente se interessa pelas centenas de milhares de famílias, social e economicamente vulneráveis, do Semiárido. Por isso, o momento presente parece-nos duplamente importante. Neste dia 26 de novembro de 1999, no Centro de Convenções de Pernambuco, a COP-3 está encerrando seus trabalhos e registrando alguns avanços no âmbito do combate à desertificação. Porém, no mesmo momento em que as portas da Conferência estão se fechando em Recife, uma grande seca, iniciada em 1998, continua vigorando a menos de 100 quilômetros do litoral.

É disso que nós, da Articulação Semiárido brasileiro, queremos tratar agora. Queremos falar dessa parte do Brasil de cerca de 900 mil km<sup>2</sup>, imensa porém invisível, a não ser quando a seca castiga a região e as câmeras começam a mostrar as eternas imagens de chão rachado, água turva e crianças passando fome. São imagens verdadeiras, enquanto sinais de alerta para uma situação de emergência. Mas são, também, imagens redutoras, caricaturas de um povo que é dono de uma cultura riquíssima, capaz de inspirar movimentos sociais do porte de Canudos e obras de arte de dimensão universal - do clássico Grande Sertão, do escritor Guimarães Rosa, até o recente Central do Brasil, do cineasta Walter Salles.

## **AS MEDIDAS EMERGENCIAIS DEVEM SER IMEDIATAMENTE REFORÇADAS**

Nós da sociedade civil, mobilizada desde o mês de agosto através da Articulação Semiárido (ASA); nós que, nos últimos meses, reunimos centenas de entidades para discutir propostas de desenvolvimento sustentável para o Semiárido; nós dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das Entidades Ambientalistas, das Organizações Não-Governamentais, das Igrejas Cristãs, das Agências de Cooperação Internacional, das Associações e Cooperativas, dos Movimentos de Mulheres, das Universidades; nós que vivemos e trabalhamos no Semiárido; nós que pesquisamos, apoiamos e financiamos projetos no Sertão e no Agreste nordestinos, queremos, antes de mais nada, lançar um grito que não temos sequer o direito de reprimir: QUEREMOS UMA POLÍTICA ADEQUADA AO Semiárido!

Neste exato momento, a seca está aí, a nossa porta. Hoje, infelizmente, o sertão já conhece a fome crônica, como mostram os casos de pelagra encontrados entre os trabalhadores das frentes de emergência. Em muitos municípios está faltando água, terra e trabalho, e medidas de emergência devem ser tomadas imediatamente, reforçando a intervenção em todos os níveis: dos conselhos locais até a SUDENE e os diversos ministérios afetos.

Sabemos muito bem que o caminhão-pipa e a distribuição de cestas básicas não são medidas ideais. Mas ainda precisamos delas. Por quanto tempo? Até quando a sociedade vai ser obrigada a bancar medidas emergenciais, anti-econômicas e que geram dependência? Essas são perguntas para todos nós. A ASA, por sua vez, afirma que, sendo o Semiárido um bioma específico, seus habitantes têm direito a uma verdadeira política de desenvolvimento econômico e humano, ambiental e cultural, científico e tecnológico. Implementando essa política, em pouco tempo não precisaremos continuar distribuindo água e pão.

## **NOSSA EXPERIÊNCIA MOSTRA QUE O SEMIÁRIDO É VIÁVEL**

A convivência com as condições do Semiárido brasileiro e, em particular, com as secas é possível. É o que as experiências pioneiras que lançamos há mais de dez anos permitem afirmar hoje. No Sertão pernambucano do Araripe, no Agreste



paraibano, no Cariri cearense ou no Seridó potiguar; em Palmeira dos Índios (AL), Araci (BA), Tauá (CE), Mirandiba (PE) ou Mossoró (RN), em muitas outras regiões e municípios, aprendemos:

- que a caatinga e os demais ecossistemas do Semiárido – sua flora, fauna, paisagens, pinturas rupestres, céus deslumbrantes – formam um ambiente único no mundo e representam potenciais extremamente promissores;

- que homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária;

- que toda família pode, sem grande custo, dispor de água limpa para beber e cozinhar e, também, com um mínimo de assistência técnica e crédito, viver dignamente, plantando, criando cabras, abelhas e galinhas;

- enfim, que o Semiárido é perfeitamente viável quando existe vontade individual, coletiva e política nesse sentido.

### **É PRECISO LEVAR EM CONSIDERAÇÃO A GRANDE DIVERSIDADE DA REGIÃO**

Aprendemos, também, que a água é um elemento indispensável, longe, porém, de ser o único fator determinante no Semiárido. Sabemos agora que não há como simplificar, reduzindo as respostas a chavões como “irrigação”, “açudagem” ou “adutoras”. Além do mais, os megaprojetos de transposição de bacias, em particular a do São Francisco, são soluções de altíssimo risco ambiental e social. Vale lembrar que este ano, em Petrolina, durante a Nona Conferência Internacional de Sistemas de Captação de Água de Chuva, especialistas do mundo inteiro concluíram, na base da sua experiência internacional, que a captação da água de chuva no Semiárido brasileiro seria uma fonte hídrica suficiente para as necessidades produtivas e sociais da região.

O Semiárido brasileiro é um território imenso, com duas vezes mais habitantes que Portugal, um território no qual caberiam a França e a Alemanha reunidas. Essa imensidão não é uniforme: trata-se de um verdadeiro mosaico de ambientes naturais e grupos humanos. Dentro desse quadro bastante diversificado,

vamos encontrar problemáticas próprias à região (o acesso à água, por exemplo) e, outras, universais (a desigualdade entre homens e mulheres).

Vamos ser confrontados com o esvaziamento de espaços rurais e à ocupação desordenada do espaço urbano nas cidades de médio porte. Encontraremos, ainda, agricultores familiares que plantam no sequeiro, colonos e grandes empresas de agricultura irrigada, famílias sem terra, famílias assentadas, muita gente com pouca terra, pouca gente com muita terra, assalariados, parceiros, meeiros, extrativistas, comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, comerciantes, funcionários públicos, professores, agentes de saúde. O que pretendemos com essa longa lista é deixar claro que a problemática é intrincada e que uma visão sistêmica, que leve em consideração os mais diversos aspectos e suas inter-relações, impõe-se mais que nunca.

## **PROPOSTAS PARA UM PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

Este programa está fundamentado em duas premissas:

- A conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido.
- A quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção.

O Programa constitui-se, também, de seis pontos principais: conviver com as secas, orientar os investimentos, **fortalecer a sociedade**, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados.

## **CONVIVER COM AS SECAS**

O Semiárido brasileiro caracteriza-se, no aspecto sócio-econômico, por milhões de famílias que cultivam a terra, delas ou de terceiros. Para elas, mais da metade do ano é seco e a água tem um valor todo especial. Além disso, as secas são fenômenos naturais periódicos que não podemos combater, mas com os quais podemos conviver.

Vale lembrar, também, que o Brasil assinou a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, comprometendo-se a “atacar as causas profundas da desertificação”, bem como “integrar as estratégias de erradicação da pobreza nos esforços de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca”. Partindo dessas reflexões, nosso Programa de Convivência com o Semiárido inclui:

- O fortalecimento da agricultura familiar, como eixo central da estratégia de convivência com o Semiárido, em módulos fundiários compatíveis com as condições ambientais. Terminaram por gerar novas pressões, que contribuíram aos processos de desertificação e reforçaram as desigualdades econômicas e sociais.

Por isso, o Programa de Convivência com o Semiárido compreende, entre outras medidas:

- A descentralização das políticas e dos investimentos, de modo a permitir a interiorização do desenvolvimento, em prol dos municípios do Semiárido.
- A priorização de investimentos em infra-estrutura social (saúde, educação, saneamento, habitação, lazer), particularmente nos municípios de pequeno porte.
- Maiores investimentos em infra-estrutura econômica (transporte, comunicação e energia), de modo a permitir o acesso da região aos mercados.
- Estímulos à instalação de unidades de beneficiamento da produção e empreendimentos não agrícolas
- A regulação dos investimentos públicos e privados, com base no princípio da harmonização entre eficiência econômica e sustentabilidade ambiental e social.

## **ORIENTAR OS INVESTIMENTOS NO SENTIDO DA SUSTENTABILIDADE**

O Semiárido brasileiro não é uma região apenas rural. É também formado por um grande número de pequenos e médios centros urbanos, a maioria em péssima situação financeira e com infra-estruturas deficientes. Pior ainda: as políticas macro-econômicas e os investimentos públicos e privados têm tido, muitas vezes, efeitos

perversos. Terminaram por gerar novas pressões, que contribuíram aos processos de desertificação e reforçaram as desigualdades econômicas e sociais.

## **FORTALECER A SOCIEDADE CIVIL**

Esquemas de dominação política quase hereditários, bem como a falta de formação e informação representam fortes entraves ao processo de desenvolvimento do Semiárido. Sabendo que a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação insiste bastante sobre a obrigatoriedade da participação da sociedade civil em todas as etapas da implementação dessa Convenção. A ASA propõe para vigência desse direito:

- O reforço do processo de organização dos atores sociais, visando sua intervenção qualificada nas políticas públicas.
- Importantes mudanças educacionais, prioritariamente no meio rural, a fim de ampliar o capital humano. Em particular:
  - A erradicação do analfabetismo no prazo de 10 anos.
  - A garantia do ensino básico para jovens e adultos, com currículos elaborados a partir da realidade local.
  - A articulação entre ensino básico, formação profissional e assistência técnica.

- A valorização dos conhecimentos tradicionais.
- A criação de um programa de geração e difusão de informações e conhecimentos, que facilite a compreensão sobre o Semiárido e atravesse toda a sociedade brasileira.

## **INCLUIR MULHERES E JOVENS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO**

As mulheres representam 40% da força de trabalho no campo e mais da metade começam a trabalhar com 10 anos de idade. No Sertão são, muitas vezes, elas que são responsáveis pela água da casa e dos pequenos animais, ajudadas nessa tarefa pelos(as) jovens. Apesar de cumprir jornadas de trabalho extenuantes, de mais de 18 horas, as mulheres rurais permanecem invisíveis. Não existe reconhecimento

público da sua importância no processo produtivo. Pior ainda: muitas delas nem sequer existem para o estado civil. Sem certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF ou título de eleitor, sub-representadas nos sindicatos e nos conselhos, as mulheres rurais não podem exercer sua cidadania.

Partindo dessas considerações e do Artigo 5º da Convenção de Combate à Desertificação, pelo qual o Brasil se comprometeu a “promover a sensibilização e facilitar a participação das populações locais, especialmente das mulheres e dos jovens”, a Articulação no Semiárido Brasileiro reivindica, entre outras medidas:

- que seja cumprida a Convenção 100 da OIT, que determina a igualdade de remuneração para a mesma função produtiva;
- que as mulheres sejam elegíveis como beneficiárias diretas das ações de Reforma Agrária e titularidade de terra.
- que as mulheres tenham acesso aos programas de crédito agrícola e pecuário;

## **PRESERVAR, REABILITAR E MANEJAR OS RECURSOS NATURAIS**

A Convenção da ONU entende por combate à desertificação “as atividades que... têm por objetivo: I - a prevenção e/ou redução da degradação das terras, II - a reabilitação de terras parcialmente degradadas e, III – a recuperação de terras degradadas.” A caatinga é a formação vegetal predominante na região semi-árida nordestina. Apesar do clima adverso, ela constitui ainda, em certos locais, uma verdadeira mata tropical seca. Haveria mais de 20 mil espécies vegetais no Semiárido brasileiro, 60% das quais endêmicas.

Contudo, a distribuição dessa riqueza natural não é uniforme e sua preservação requer a manutenção de múltiplas áreas, espalhadas por todo o território da região. A reabilitação de certos perímetros também é possível, se conseguirmos controlar os grandes fatores de destruição (pastoreio excessivo, uso do fogo, extração de lenha, entre outros). Mas podemos fazer melhor ainda: além da simples preservação e da reabilitação, o manejo racional dos recursos naturais permitiria multiplicar suas funções econômicas sem destruí-los.

Entre as medidas preconizadas pela Articulação, figuram:

- A realização de um zoneamento sócio-ambiental preciso.
- A implementação de um programa de reflorestamento.
- A criação de um Plano de Gestão das Águas para o Semiárido.
- O combate à desertificação e a divulgação de formas de convivência com o Semiárido através de campanhas de educação e mobilização ambiental.
- O incentivo à agropecuária que demonstre sustentabilidade ambiental.
- A proteção e ampliação de unidades de conservação e a recuperação de mananciais e áreas degradadas
- A fiscalização rigorosa do desmatamento, extração de terra e areias, e do uso de agrotóxicos.

## **FINANCIAR O PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

Os países afetados pela desertificação e que assinaram a Convenção da ONU, como é o caso do Brasil, se comprometeram a “dar a devida prioridade ao combate à desertificação e à mitigação dos efeitos da seca, alocando recursos adequados de acordo com as suas circunstâncias e capacidades”.

Nossa proposta é de que o Programa de Convivência com o Semiárido seja financiado através de quatro mecanismos básicos.

- A captação de recursos a fundos perdidos, a serem gerenciados pelas Organizações da Sociedade Civil.
- A reorientação das linhas de crédito e incentivo já existentes, de modo a compatibilizá-las com o conjunto destas propostas.
- Uma linha de crédito especial, a ser operacionalizada através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento ao Desenvolvimento do Nordeste).

Vale lembrar que os gastos federais com as ações de “combate aos efeitos da seca”, iniciadas em junho de 1998, custaram aos cofres públicos cerca de 2 bilhões

de reais até dezembro de 1999. A maior parte desses gastos se refere ao pagamento das frentes produtivas e à distribuição de cestas – isto é, ao pagamento de uma renda miserável (56 reais por família e por mês) e à tentativa de garantir a mera sobrevivência alimentar.

Ou seja, o assistencialismo custa caro, vicia, enriquece um punhado de gente e humilha a todos. A título de comparação, estima-se em um milhão o número de famílias que vivem em condições extremamente precárias no Semiárido. Equipá-las com cisternas de placas custaria menos de 500 milhões de reais (um quarto dos 2 bilhões que foram liberados recentemente em caráter emergencial) e traria uma solução definitiva ao abastecimento em água de beber e de cozinhar para 6 milhões de pessoas.

O Semiárido que a Articulação está construindo é aquele em que os recursos são investidos nos anos “normais”, de maneira constante e planejada, em educação, água, terra, produção, saúde, informação. Esperamos que expressões como “frente de emergência”, “carro-pipa” e “indústria da seca” se tornem rapidamente obsoletas, de modo que possamos trocá-las por outras, como convivência, autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento, ecologia e justiça.

Recife, 26 de novembro de 1999.

## APÊNDICES



## **APENDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM COMUNICADORAS E COMUNICADORES POPULARES**

### **I – Dados da entrevista**

1.1 - Data:

1.2 - Local:

1.3 - Forma de entrevista: ( ) Presencial ( ) Skipe / telefone

### **II – dados de identificação do entrevistado**

2.1 - Nome:

2.2 - Idade:

2.3 - Sexo:

2.4 – Instituição:

2.5 - Formação:

2.6 - Tempo de vínculo:

2.7 – Cidade:

2.8 - Você tem um vínculo pessoal com o Semiárido? Em caso afirmativo, qual?

### **III – Vivência como comunicador/comunicadora popular**

3.2 - Quais as motivações para integrar a rede de comunicadores?

3.3 - Quais as atividades que você desenvolve como comunicador popular?

### **IV - Relação com a ASACom**

4.1 - Como se estabelece sua relação com a equipe da AsaCom?

4.2 - Como você percebe a gestão da comunicação na ASA do seu estado?

4.3 - Como você dialoga com demais comunicadores da Rede?

### **V – Aspectos Conceituais**

5.1 - O que é convivência com o Semiárido para você?

5.2 - O que é comunicação popular para você?

5.3 - Que características ou habilidades definem um comunicador popular?

### **VI - Sobre a contribuição da Rede de Comunicadores Populares**

6.1 - Em sua opinião, qual ou quais as contribuições dos comunicadores da Rede para o fortalecimento da ideia de convivência com o Semiárido?

6.2 - Atualmente, em sua opinião quais os limites de trabalho para a rede de comunicadores populares do Semiárido?

## **APENDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM INTEGRANTES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA ASA – ASACOM**

### **I Dados de Identificação**

- 1.1 - Nome:
- 1.2 - Função:
- 1.3 - Cidade de atuação:
- 1.4 - Data:
- 1.5 - Tempo no Cargo:
- 1.6 - Tempo na ASA:

### **I - A rede de Comunicadores Populares e a Ação da ASACom**

- 8. - Como a Rede de Comunicadores do Semiárido se inscreve na ação geral da ASACOM
- 9. - Quais as principais estratégias de interlocução com a população do Semiárido usadas pelos comunicadores da rede ? E como a ASACom participa disso ?
- 10.- Como essas estratégias usadas pelos comunicadores (incluindo os produtos que eles desenvolvem) dialogam com as outras práticas de comunicação desenvolvidas pela ASACOM.
- 11.- Como você avalia a apropriação dos comunicadores sobre o conceito de convivência com o Semiárido ?
- 12.- Quais os limites para a disseminação desse conceito pela rede ?
- 13.- O que é comunicação popular para a ASACom?
- 14.- Se você fosse caracterizar o perfil dos comunicadores da Rede – Que aspectos mais lhe chamam a atenção?
- 15.- Sobre a diferença entre profissionais de comunicação ou de outras áreas
- 16.- Tendo em conta que a rede não surgiu a partir de uma intencionalidade, mas de uma circunstância, e depois consolidou-se como uma força da ASA, quais os limites e potencialidades de trabalho da Rede de comunicadores do Semiárido (não dos comunicadores individualmente – mas da rede enquanto uma articulação)?

## **APENDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM COORDENAÇÃO EXECUTIVA DA ASA**

### **I - Identificação**

- 1.1 Nome:
- 1.2 Função na ASA:
- 1.3 Estado:
- 1.4 Instituição:
- 1.5 Há quanto tempo você está na ASA?

### **II - ASA Aspectos Gerais**

- 2.1 O que são hoje, os principais valores que perpassam o conceito da convivência com o Semiárido?
- 2.2 Que valores da convivência com o Semiárido são priorizados pelo trabalho da ASA?
- 2.3 Quais os principais problemáticas enfrentados pela ASA atualmente?

### **III - A ASA e a Comunicação**

- 3.1 Qual o seu papel na gestão da comunicação e como se dá esse diálogo?
- 3.2 Qual a contribuição da comunicação da ASA para a disseminação do conceito de convivência com o Semiárido?
- 3.3 Quais os principais desafios para a comunicação da ASA atualmente?  
que é comunicação popular para a gestão da ASA ?
- 3.4 O que facilita e o que dificulta a comunicação na gestão organizada por estados ?
- 3.5 Se você fosse caracterizar o perfil dos comunicadores da Rede – Que aspectos você destacaria?
- 3.6 Como as entidades de origem (articuladas à ASA) influenciam na ação dos comunicadores populares?
- 3.7 Para a gestão da ASA, qual o papel da rede de comunicadores populares?
- 3.8 Existem resultados da ação da ASA que podem ser atribuídos à intervenção dos comunicadores populares?

## **APENDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM COORDENAÇÃO EXECUTIVA DA ASA**

## **I - Dados de Identificação**

- 1.1 - Nome:
- 1.2 - Função na ASA:
- 1.3 - Estado:
- 1.4 - Instituição:

## **II – Questões gerais da ASA**

- 2.1 - Quais os principais problemáticas enfrentados pela ASA atualmente?

## **III – A ASA e as práticas de comunicação**

- 3.1 - Qual a contribuição da comunicação da ASA para a disseminação do conceito de convivência com o Semiárido?
- 3.2 - Quais os principais desafios para a comunicação da ASA atualmente?

## **IV – A Comunicação popular e a ASA**

- 17.- O que é comunicação popular para a gestão da ASA?
- 18.- Para a gestão da ASA, qual o papel da rede de comunicadores populares ?
- 19.- Como as entidades de origem (articuladas à ASA) influenciam na ação dos comunicadores populares?
- 20.- Existem resultados da ação da ASA que podem ser atribuídos à intervenção dos comunicadores populares?
- 21.- Se você fosse caracterizar o perfil dos comunicadores da Rede – Que aspectos mais lhe chamam a atenção?